



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

KARINE KÉSSIA DE SOUSA FÉLIX MENDES

**O IMPACTO SOCIAL DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA
JOVENS DA FUNDAÇÃO WALL FERRAZ DO MUNICÍPIO DE TERESINA**

TERESINA

2023

KARINE KÉSSIA DE SOUSA FÉLIX MENDES

**O IMPACTO SOCIAL DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA
JOVENS DA FUNDAÇÃO WALL FERRAZ DO MUNICÍPIO DE TERESINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Jairo de Carvalho Guimarães.

TERESINA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

M538i Mendes, Karine Késsia de Sousa Félix.
O impacto social da ação de qualificação profissional para jovens da Fundação Wall Ferraz do Município de Teresina / Karine Késsia de Sousa Félix Mendes. -- 2023.

116 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Teresina, 2023.

“Orientador: Prof. Dr. Jairo de Carvalho Guimarães”.

1. Juventude. 2. Qualificação profissional. 3. Políticas Públicas. I.

CDD

Bibliotecária: Milane Batista da Silva – CRB3/1005

KARINE KÉSSIA DE SOUSA FÉLIX MENDES

O IMPACTO SOCIAL DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS DA FUNDAÇÃO WALL FERRAZ DO MUNICÍPIO DE TERESINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Aprovada em: 30 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jairo de Carvalho Guimarães (Orientador/Presidente)
Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Dr.^a Guiomar de Oliveira Passos (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Dr.^a Antônia Dalva França Carvalho (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Dr.^a Marta Rochelly Ribeiro Gondinho (Examinadora Externa Suplente)
Universidade Federal do Piauí

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de compreender o impacto social da ação de qualificação profissional para jovens egressos da Fundação Wall Ferraz (FWF) no município de Teresina. Trata-se de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI), na área de concentração Estado, Sociedade e Políticas Públicas, partindo do problema central: qual o impacto social da ação de qualificação profissional de jovens de 18 a 29 anos, ofertada pela FWF, no período de 2018 a 2021? Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar o impacto social das ações de qualificação profissional desenvolvidas pela FWF entre 2018 e 2021 na ocupação de jovens de 18 a 29 anos. Especificamente, pretende-se: caracterizar o funcionamento, a estrutura e as ações de qualificação profissional para jovens na FWF; identificar os resultados gerados pelos cursos de qualificação profissional na renda de jovens egressos da FWF; identificar as contribuições para ascensão, emancipação social e melhoria de vida desses jovens após o término dos cursos. Para tanto, o estudo utilizou como aportes metodológicos uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva/explicativa, tendo como método de pesquisa o estudo de caso, a partir de pesquisa de fontes bibliográficas, documentais e entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Realizou-se a pesquisa bibliográfica com base em livros, revistas científicas, jornais e institutos de pesquisa, sendo os principais autores consultados Escott (2020), Deluiz (2011), Neri (2014), Mészáros (2008), Antunes (1999), Lombardi Filho (2020), Silva *et al.* (2017), entre outros. A pesquisa documental teve sua construção ancorada na análise de materiais e fichas cadastrais disponibilizadas pela equipe técnico-operacional da FWF. Ademais, realizaram-se entrevistas por telefone com 20 alunos egressos da FWF, na faixa etária de 18 a 29 anos, que concluíram seus cursos nos anos de 2018 a 2021. Descortinou-se que a qualificação profissional corresponde a uma importante ferramenta para aumento da empregabilidade de jovens, contribuindo para a inserção desse segmento no mercado de trabalho. Ao término do estudo, foi possível concluir que a qualificação profissional gerou impactos positivos na vida de jovens no município de Teresina. Contudo, ainda há muito o que se fazer. Nesse sentido, a gestão pública municipal da cidade deve fortalecer a política de geração de empregos e trabalhar para uma articulação mais acurada entre os dois âmbitos da referida política na capital, quais sejam qualificação e geração de emprego e renda. Sem fortes ações nesse sentido, a região tende a não avançar significativamente na erradicação do desemprego, nomeadamente, de jovens.

Palavras-chave: juventude; emprego; qualificação profissional; impacto social; políticas públicas.

ABSTRACT

This study aimed to understand the social impact of the professional qualification action for young graduates of the Wall Ferraz Foundation (FWF) in the municipality of Teresina. This is a research linked to the Graduate Program in Public Policies (PPGPP/UFPI), in the area of concentration State, Society and Public Policies, starting from the central problem: what is the social impact of the action of professional qualification of young people from 18 to 29 years old, offered by FWF, in the period from 2018 to 2021? To answer this question, a general objective was established: to analyze the social impact of the professional qualification actions developed by the FWF between 2018 and 2021 in the occupation of young people aged 18 to 29 years. Specifically, it is intended to: characterize the functioning, structure and actions of professional qualification for young people in the FWF; identify the results generated by professional qualification courses on the income of young graduates of the FWF; to identify contributions to the ascension, social emancipation and improvement of these young people's lives after the end of the courses. For this purpose, the study used a qualitative approach as methodological contributions, of a descriptive/explanatory nature, having as a research method the case study, based on research of bibliographic sources, documents and interviews with the research subjects. A bibliographical research was carried out based on books, scientific magazines, newspapers and research institutes, the main authors consulted being Escott (2020), Deluiz (2011), Neri (2014), Mészáros (2008), Antunes (1999), Lombardi Filho (2020), Silva et al. (2017), among others. The documentary research was anchored in the analysis of materials and registration forms made available by the FWF technical-operational team. In addition, telephone interviews were carried out with 20 students who graduated from the FWF, aged between 18 and 29 years old, who completed their courses in the years 2018 to 2021. It was revealed that professional qualification corresponds to an important tool for increasing the employability of young people, contributing to the inclusion of this segment in the labor market. At the end of the study, it was concluded that professional qualification generated positive impacts on the lives of young people in the city of Teresina. However, there is still much to be done. In this sense, the city's municipal public management must strengthen the job generation policy and work towards a more accurate articulation between the two areas of the said policy in the capital, namely qualification and job and income generation. Without strong actions in this sense, the region tends not to make significant progress in eradicating unemployment, namely among young people.

Key-words: youth; job; professional qualification; social impact; public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
COVID-19	Coronavírus
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIC	Formação Inicial e Continuada
FWF	Fundação Wall Ferraz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Índice de Cidades Empreendedoras
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei nº 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer ou Questionadores e Intersexo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMT	Prefeitura Municipal de Teresina
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGPP	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
REP	Reforma da Educação Profissional
SEMDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

LISTA DE FIGURA E QUADROS

Figura 1 -	Atributos e naturezas da avaliação de impacto social.....	50
Quadro 1 -	Estudos relacionados à temática avaliação de impacto da ação de qualificação profissional, encontrados no banco de teses da Capes e do PPGPP/UFPI.....	15
Quadro 2 -	Sentidos da qualidade formal e política da educação.....	28
Quadro 3 -	Componentes que incrementam a empregabilidade do trabalhador.....	33
Quadro 4 -	Principais atividades de ocupação de mão de obra no Piauí (1º trimestre 2019-2020).....	42
Quadro 5 -	Pessoas desocupadas em Teresina com 14 anos ou mais de idade (1º trimestre 2018- 2020).....	44
Quadro 6 -	Taxa composta da subutilização da força de trabalho (%) de pessoas com 14 anos ou mais de idade, segundo as unidades da Federação que apresentaram estimativa acima de 40% (4º trimestre 2020).....	45
Quadro 7 -	Síntese dos principais conceitos de impacto social e termos relacionados.....	47
Quadro 8 -	Quatro dimensões de impacto social.....	48
Quadro 9 -	Categorias englobadas na perspectiva de impacto social adotadas na pesquisa.....	49
Quadro 10 -	Programas e projetos desenvolvidos pela FWF.....	59
Quadro 11 -	Centros de Capacitação profissional da FWF.....	60

LISTA DE GRÁFICO E TABELAS

Gráfico 1 -	Composição do PIB de Teresina (2016).....	72
Tabela 1 -	Comparativo entre as probabilidades de indivíduos jovens e adultos quanto à posição na força de trabalho no Brasil.....	38
Tabela 2 -	Dados gerais, com base no recorte temporal da pesquisa (nº).....	64
Tabela 3 -	Dados referentes ao gênero dos entrevistados (nº).....	65
Tabela 4 -	Dados referentes aos entrevistados: idade, curso realizado, data, horário e duração das entrevistas, respectivamente.....	66
Tabela 5 -	Condição de emprego dos egressos após a conclusão do curso de qualificação na FWF.....	68
Tabela 6 -	Relação causa e efeito entre qualificação dos egressos e ingresso no mercado de trabalho formal de Teresina.....	69
Tabela 7 -	Condição de emprego dos egressos atualmente.....	75
Tabela 8 -	Opinião dos egressos quanto ao conteúdo do curso.....	75
Tabela 9 -	Avaliação dos egressos quanto ao nível de aprendizado dos cursos.....	78
Tabela 10 -	Opinião dos egressos quanto à compatibilidade com as necessidades do mercado local de Teresina.....	79
Tabela 11 -	Condição de renda dos egressos antes da realização do curso.....	80
Tabela 12 -	Condição de renda dos egressos após a realização do curso.....	81
Tabela 13 -	Porcentagem de acréscimo na renda dos egressos após a realização do curso.....	81
Tabela 14 -	Opinião dos egressos sobre a relação causa-efeito entre ter feito uma qualificação e contribuições em melhorias de vida, aquisição de bens e serviços necessários e valorizados socialmente.....	82

Tabela 15 -	Impacto da qualificação da FWF sobre mudanças (direta ou indiretas) na realidade de vida dos egressos.....	86
Tabela 16 -	Opinião dos egressos quanto ao cumprimento do papel social do município.....	89
Tabela 17 -	Projetos profissionais dos egressos da FWF.....	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	EDUCAÇÃO E TRABALHO: ELEMENTOS DETERMINANTES DA CONDIÇÃO HUMANA.....	18
2.1	Apontamentos gerais sobre educação e trabalho.....	18
2.2	Breves apontamentos sobre educação profissional.....	22
2.3	Qualificação profissional.....	24
2.4	Imbricações entre educação e trabalho: caminho para a cidadania.....	27
3	JUVENTUDE E TRABALHO: ASPECTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO ATUAL.....	31
3.1	Empregabilidade no Brasil: indicadores atuais.....	31
3.2	Juventude e mercado de trabalho.....	34
3.3	Entendendo os fatores que influenciam o desemprego entre os jovens.....	36
3.4	Considerações sobre o mercado de trabalho para jovens face à pandemia da COVID-19.....	39
3.5	Mercado de trabalho e participação dos jovens na força de trabalho em Teresina.....	42
4	IMPACTO SOCIAL: CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA SUA DEFINIÇÃO.....	46
4.1	Impacto social: características e conceitos.....	46
4.2	Avaliação de impacto social.....	49
5	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	52
5.1	Qualificação e método da pesquisa.....	52
5.2	Técnicas, instrumentos de coleta de dados e participantes da pesquisa.....	53
5.3	Técnica de análise de dados.....	55
5.4	Aspectos éticos da pesquisa.....	56
6	CARACTERIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO WALL FERRAZ (FWF).....	58
6.1	Fundação Wall Ferraz (FWF).....	58
6.2	Programas e projetos.....	59
6.3	Centros de capacitação, cursos e recursos.....	60

7	O IMPACTO SOCIAL DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE TERESINA: ESTUDO DE CASO NA FWF.....	63
7.1	O desvelar da pesquisa de campo: o primeiro contato com os entrevistados.....	63
7.2	O percurso das entrevistas: análise e discussão dos achados da pesquisa....	67
7.2.1	Contribuições dos cursos de qualificação profissional da FWF no aumento de renda e em melhores condições de vida para os jovens egressos.....	67
7.2.2	Contribuições para ascensão e emancipação social dos jovens egressos da FWF após o término dos cursos.....	83
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	107
	APÊNDICE B – Roteiro semiestruturado da entrevista.....	110
	ANEXO A.....	112

1 INTRODUÇÃO

O desemprego é uma questão grave e histórica das economias capitalistas, sendo considerado um dos maiores problemas que a sociedade humana enfrenta atualmente, pois é um desafio para governos de todo o mundo ocupar e absorver toda a força de trabalho de suas nações.

No Brasil, em especial, apesar dos muitos avanços nos últimos anos, no que tange às estratégias de superação da pobreza, com políticas e programas sociais, significativa parcela da população vive na pobreza, de modo que a desigualdade social é presente em proporções elevadas, tendo como principais motivos a origem do desemprego, da falta de condições dignas de trabalho e de educação de qualidade.

Quando se analisa a evolução das taxas de ocupação e desemprego entre os jovens nos últimos anos, é patente que o desemprego atinge, sobretudo, essa população. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que a partir do primeiro trimestre de 2015, o desemprego entre os jovens de 15 a 29 anos seguiu uma trajetória de crescimento elevado e contínuo, passando de 15%, no primeiro trimestre de 2015, para 25% no mesmo trimestre de 2017. Após esse período, a taxa mostra sinais de recuo, mas em 2018, passa a oscilar em um patamar maior, e em 2019, volta a subir, chegando ao 4º trimestre com 25,2% (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANÇA, 2020).

Com a pandemia do coronavírus (COVID-19), a taxa, que era de 25,2% no 4º trimestre de 2019, passou para 30,7% no mesmo período de 2020, sendo a maior entre os grupos etários – 18 a 24 anos (29,8%), e de 25 a 39 anos (13,9%) – e acima da média nacional, com 13,5% (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020; AGÊNCIA BRASIL, 2021; UOL NOTÍCIAS, 2022).

Em 2021, esse índice chegou a 31% (AGÊNCIA BRASIL, 2021). No ano seguinte, essa taxa recuou para 22,8%, mas ainda assim, permanece elevada em relação ao restante da população (CNN BRASIL, 2022). Trata-se de um quadro grave, cujas principais razões para sua ocorrência aludem à predominância de pouca ou nenhuma experiência no emprego e baixa qualificação profissional dos jovens (OLIVEIRA; BATISTA, 2017; OLIVEIRA; SOUSA, 2013).

O Piauí, a exemplo do que ocorre nos demais estados da Federação, vem se defrontando com um percentual elevado da sua População Economicamente Ativa (PEA) subutilizada. A taxa composta de subutilização da força de trabalho – que é o percentual de pessoas desocupadas (desempregadas), subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada – foi a maior em seis estados da

Federação no 4º trimestre de 2020. Dentre eles, o Piauí ocupou primeiro lugar em relação à média nacional, totalizando um número de 46,7% de trabalhadores subutilizados, constituindo em um grave problema, tanto de natureza econômica quanto social (IBGE/PNAD, 2020).

Segundo o último Censo do IBGE, realizado em 2020, o Piauí contava com uma população estimada em 3.281.480 pessoas (IBGE, 2020), das quais os jovens estão entre os públicos mais atingidos pelo desemprego, tendo em vista os poucos caminhos existentes para o ingresso no trabalho formal.

Em consonância com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referente aos trimestres de 2019 e 2020, as principais atividades de ocupação da mão de obra para pessoas de 14 anos ou mais é o comércio, incluindo *Shopping Centers* e *call centers*, seguido de serviço público/administração pública e agricultura (IBGE/PNAD, 2021).

Isso demonstra a fragilidade das atividades empresariais no estado. Especificamente em Teresina, no 1º trimestre de 2018, havia 67 mil pessoas de 14 anos ou mais desocupadas; já no mesmo período, em 2019, eram 59 mil desocupados; e em 2020, um total de 70 mil desocupados na faixa etária de 14 anos ou mais (IBGE/PNAD, 2021).

Assim, em razão do elevado desemprego juvenil, aliado à busca de meios para a redução dessa problemática, este estudo buscou analisar em que medida a ação de qualificação profissional impacta socialmente a vida de jovens de 18 a 29 anos, em termos de inclusão no mercado de trabalho, e que efeitos práticos esse apoio educacional proporcionou para os jovens que recorreram à FWF como, por exemplo, em contribuições para a empregabilidade, o sucesso na inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no aumento de renda e melhores condições de vida.

O estudo enfoca as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), por meio da FWF. Nessa direção, questiona-se: qual o impacto social da ação de qualificação profissional de jovens de 18 a 29 anos, ofertada pela FWF, no período de 2018 a 2021? Entende-se por impacto social o conjunto de mudanças sociais produzidas por uma intervenção, seja de programas, projetos ou investimentos sociais. “[...] Essas mudanças podem ser intencionais e não intencionais, positivas e negativas, diretas e indiretas” (FABIANI *et al.*, 2018, p. 5). Isto é, correspondem a conseqüências ou efeitos sociais de uma intervenção, que no caso desta pesquisa, refere-se aos efeitos gerados pelos cursos de qualificação profissional desenvolvidos pela FWF.

Já a qualificação profissional diz respeito ao arcabouço de conhecimentos, saberes e habilidades que podem derivar de muitas esferas, tais quais: da formação geral (conhecimento científico); da formação profissional (conhecimento técnico); e da experiência de trabalho e

social (qualificações tácitas). Em conjunto, todas essas questões auxiliam o indivíduo no enfrentamento das mais variadas situações imprevistas no mundo do trabalho (DELUIZ, 2011).

No âmbito da FWF, os cursos ofertados são enquadrados em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), isto é, cursos de formação profissional que objetivam preparar os estudantes para o mercado de trabalho e promover o aperfeiçoamento da população em todos os níveis de escolaridade.

A propósito, a FWF é uma instituição pública de direito privado, sem fins lucrativos, integrante da administração indireta do município de Teresina, vinculada à PMT, instituída pela Lei nº 2.586, de 1º de dezembro de 1997. Foi a instituição escolhida para os fins desta investigação por três razões: por ser vinculada à PMT; ser responsável pela aplicação da Política Ativa de Emprego no município, no âmbito qualificação e requalificação profissional para jovens e adultos de baixa renda; e por ofertar cursos gratuitos com encaminhamento dos egressos para o mercado de trabalho.

Ademais, a qualificação entre os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos é um tema bastante estudado. Somente no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontradas 849.133 (oitocentos e quarenta e nove mil cento e trinta e três) pesquisas sobre essa temática. Contudo, especificamente no âmbito da avaliação de impacto da ação de qualificação profissional, existem poucos estudos.

Na Capes, por exemplo, exatamente sobre esse tema, foram encontrados apenas seis estudos, e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI), apenas três, demonstrando que essa temática ainda é pouco explorada na produção científica brasileira, ratificando a necessidade de pesquisas nessa seara. O Quadro 1 mostra a relação de pesquisas encontradas propriamente sobre o tema avaliação de impacto social da qualificação profissional:

Quadro 1 – Estudos relacionados à temática avaliação de impacto da ação de qualificação profissional, encontrados no banco de teses da Capes e do PPGPP/UFPI

CAPES	<p>MACEDO, Lucinda M. R. A qualificação Profissional na globalização: avaliação do Plano Territorial de Qualificação em Pernambuco (Recife) 2004-2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFPE, Recife, PE, 2007</p>	<p>VELASCO, Erivã G. Jovem e qualificação profissional: programas e trajetórias de jovens em busca do primeiro emprego em Mato Grosso. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – UFMA, São Luís, MA, 2007.</p>	<p>LOPES, Isabel C. C. Política Nacional de Qualificação Profissional: A Comissão Municipal de Emprego em Campos dos Goytacazes/RJ em análise. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2002.</p>	<p>SANTOS, Giselli C. Qualificação profissional versus inserção no mercado de trabalho na região metropolitana do Recife: um estudo sobre os egressos do Plano Estadual da Qualificação de Pernambuco PEQ - 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - UFPE, Recife, PE, 2004.</p>	<p>MORAES, Ana C. P. T. Políticas de Juventude: um estudo sobre a qualificação profissional do programa Bolsa Trabalho em Belém-PA. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPA, Belém, PA, 2011.</p>	<p>BEZERRA, Simone M. C. B. Interiorização da UFAC: qualificação profissional e sua influência no desenvolvimento do estado do Acre. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UFAC, Rio Branco, AC, 2009.</p>
PPGPP/UFPI	<p>ARAÚJO, Aline R. de S. Políticas de Juventude: análise do PROJOVEM Urbano em Teresina a partir da visão de jovens e educadores. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – UFPI, Teresina, PI, 2014.</p>		<p>PEREIRA, Samara C. S. A política de educação profissional média integrada: entre o legal e o 'real'. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – UFPI, Teresina, PI, 2012.</p>		<p>EULÁLIO, Marcelo M. Políticas públicas e educação profissional: a atuação do SENAC no contexto das transformações do mercado de trabalho – Piauí – 2003-2007. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – UFPI, Teresina, PI, 2010.</p>	

Fonte: banco de teses e dissertações CAPES e PPGPP/UFPI (2022).

Salienta-se, por oportuno, o motivo para a escolha dessa temática de estudo, que é relacionada, sobretudo, à experiência de vida desta pesquisadora enquanto sujeito social e jovem teresinense. Nesse sentido, no percurso de seus dezoito anos, ao deparar-se com dificuldades para integração no mercado de trabalho e, posteriormente, com a inserção em empregos precários, experimentou diretamente a problemática atual que muitos jovens

vivenciam na luta competitiva por inserção e permanência no mercado laboral. Essas experiências plantaram a semente do interesse em pesquisar a temática, quando a pesquisadora iniciou no universo da pesquisa científica, germinando este estudo.

Isso posto, cabe ressaltar os propósitos deste estudo, que tem como objetivo geral analisar o impacto social das ações de qualificação profissional desenvolvidas pela FWF, entre 2018 e 2021, na ocupação de jovens de 18 a 29 anos de idade. De modo específico, almeja-se: caracterizar o funcionamento, a estrutura e as ações de qualificação profissional para jovens na FWF; identificar os resultados gerados pelos cursos de qualificação profissional na renda de jovens egressos da FWF; identificar as contribuições para ascensão, emancipação social e melhoria de vida desses jovens após o término dos cursos.

Para tanto, lançou-se mão, como procedimentos técnico-operacionais, de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. A primeira consistiu em análise da literatura disponível acerca da temática, construindo o referencial teórico com base em livros, revistas científicas, jornais e institutos de pesquisa e estatísticas, sendo os principais autores estudados Escott (2020); Deluiz (2011); Neri (2014); Mészáros (2008); Antunes (1999); Lombardi Filho (2020); Silva *et al.* (2017), entre outros. A segunda constou na análise de documentos e materiais desenvolvidos pela equipe técnico-operacional da FWF, compreendendo histórico e funcionamento da instituição, e fichas cadastrais para pré-seleção dos participantes da pesquisa. Por último, as entrevistas foram realizadas por telefone, com 20 participantes, alunos egressos da FWF dos anos de 2018 a 2021, na faixa etária de 18 a 29 anos.

O estudo está organizado em mais seis capítulos, além desta introdução, que constitui o primeiro capítulo. No segundo capítulo, intitulado *Educação e trabalho: elementos determinantes da condição humana*, abordam-se alguns aspectos da educação e do trabalho, trazendo contexto e conceitos, entre outros apontamentos sobre educação profissional, no que tange à historicidade, além de abordar conceitos de qualificação profissional e a relação entre educação e trabalho como ponte para a cidadania.

No terceiro capítulo, sob o título *Juventude e trabalho: aspectos sobre o mercado de trabalho atual*, pontuam-se aspectos que envolvem o mercado de trabalho atual para jovens, como: empregabilidade, habilidades e competências; fatores determinados pelas transformações no sistema produtivo, como precarização e desemprego; algumas considerações sobre o mercado de trabalho para jovens, em face da pandemia de COVID-19; e considerações sobre o mercado de trabalho e a participação dos jovens na força de trabalho em Teresina.

No quarto capítulo, com o nome *Impacto social: contributos teóricos para sua definição*”, analisa-se o termo *impacto social*, no tocante a aspectos como definição, origem,

contexto etc., com o intuito de situar o leitor acerca do conceito de impacto social adotado no estudo, auxiliando, inclusive, a análise dos dados da pesquisa.

Em seguida, no quinto capítulo, *Percurso metodológico da pesquisa*, a discussão esclarece o caminho metodológico percorrido no decorrer da pesquisa, pontuando aspectos como: a abordagem adotada; a natureza da pesquisa; o *locus* da pesquisa; os métodos utilizados; os instrumentos de coleta de dados; os participantes da pesquisa; a técnica de análise de dados; bem como as questões éticas do estudo.

O sexto capítulo, intitulado *Caracterização da Fundação Wall Ferraz (FWF)*, expõem-se as características, o funcionamento e a estrutura da fundação, além das ações desenvolvidas na entidade visando à qualificação profissional para jovens. Nesse ensejo, discorreu-se sobre aspectos como: lei, missão e objetivos; localização e edifício; parcerias; programas e projetos; centros de capacitação; cursos e recursos.

No sétimo capítulo, *O impacto social da ação de qualificação profissional para jovens no município de Teresina: um estudo de caso na FWF*, são apresentados informações, dados e resultados da pesquisa de campo realizada junto a 20 alunos jovens de 18 a 29 anos de idade, egressos da instituição FWF. Nesta seção, apresentam-se as informações detalhadas da pesquisa, mediante dados obtidos durante o processo de coleta de dados. As informações foram correlacionadas com os objetivos específicos do estudo, com a finalidade de chegar ao objetivo geral estabelecido, qual seja: analisar o impacto social das ações de qualificação profissional desenvolvidas pela FWF, entre 2018 e 2021, na ocupação de jovens de 18 a 29 anos de idade.

No oitavo e último capítulo, composto pelas principais conclusões obtidas no estudo, realiza-se uma síntese dos resultados, concluindo-se que a qualificação profissional contribuiu de forma indireta para a inserção no mercado de trabalho formal dos jovens egressos da FWF, pois favoreceu maior empregabilidade aos alunos. Não obstante, ainda há um número significativo de egressos desempregados, desvelando que a qualificação contribui, mas sozinha não é a solução para todos os problemas, pois para o sucesso da inserção no mercado de trabalho formal, é necessária uma política de qualificação profissional trabalhando em conjunto com a Política de Geração de Empregos na cidade.

2 EDUCAÇÃO E TRABALHO: ELEMENTOS DETERMINANTES DA CONDIÇÃO HUMANA

A educação é fundamental para um País, é pilar essencial de uma sociedade, sendo responsável por, mais do que formar profissionais, formar cidadãos. Assim, relaciona-se intimamente com diversos contextos da sociedade, estabelecendo uma relação particular com o projeto de cidadania que a nação deseja desenvolver.

Nesse contexto, mantém uma conexão intrínseca com o trabalho. Diante dessa realidade, neste capítulo, abordam-se alguns apontamentos sobre educação e trabalho, incluindo sua contextualização e conceituação; algumas notas sobre educação profissional, ressaltando brevemente a sua historicidade; caracterização e definição de qualificação profissional; bem como a inter-relação entre educação e trabalho, pois a partir dessa ligação, a cidadania também é construída.

2.1 Apontamentos gerais sobre educação e trabalho

A educação prepara os indivíduos para o desenvolvimento de suas atividades ao longo da vida, dando suporte a vários aspectos, sejam econômicos, sociais, culturais, científicos ou tecnológicos, impostos por um mundo globalizado. Por essa razão, a educação mantém relação direta com diversos contextos de uma sociedade, pois o ato de educar, em sua essência, é um processo social que vive em constante transformação ao longo da história (CASCAIS; TERÁN, 2014).

No Brasil, a educação é considerada um direito fundamental e social, como consta no Título II (Direitos Fundamentais), Capítulo II (Direitos Sociais), Art. 6º da Constituição Federal da República de 1988: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1990, p. 10).

Educação, de acordo com o conceito literal da palavra, é o ato ou efeito de educar ou, mais precisamente “[...] aperfeiçoamento das faculdades físicas intelectuais e morais do ser humano, disciplinamento, instrução e ensino. Processo pelo qual uma função se desenvolve e se aperfeiçoa pelo próprio exercício” (MICHAELIS, 1998, p. 77).

Ainda pode consistir em:

[...] ação ou resultado de educar-se. Processo formal de transmissão de conhecimentos em escolas, cursos, universidades. Formação e desenvolvimento da capacidade física, moral e intelectual do ser humano. Conjunto de teorias e métodos relativos ao ensino e à aprendizagem; didática; pedagogia. (AULETE, 1986, p. 98).

Logo, percebe-se que a educação possui muitas concepções. Mas de modo geral, o conceito abarca três perspectivas, quais sejam: educação formal, não formal e informal. Em outros termos, “[...] ações educativas escolares seriam formais e aquelas realizadas fora da escola não formais e informais” (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009, p. 133).

Gohn (2006, p. 28), em seus pressupostos, faz a distinção entre as três modalidades, demarcando seus campos de atuação:

a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Com efeito, a educação formal tem um espaço próprio para ocorrer, ou seja, é legitimada em ambiente escolar, prevê conteúdos em sala de aula, enquanto a educação informal não é institucionalizada, envolve valores e a cultura de cada lugar. Por sua vez, a educação não formal ocorre a partir da troca de experiências entre diferentes sujeitos, em espaços coletivos.

Dito de outro modo, a educação formal abrange o âmbito escolar, de modo que o conteúdo é apresentado formalmente, a partir de disciplinas escolares, e avaliado por um educador. Na educação informal, o conhecimento é adquirido a partir da vivência e da interação social dos indivíduos, portanto, não há formalidade, ocorrendo espontaneamente.

Diante de tais considerações, observa-se que educação, seja formal ou informal, está em constante interação com a sociedade, ou seja, correlaciona-se. Assim, a educação exerce forte influência nas transformações que a envolvem, e embora seja um processo contínuo na história de todas as sociedades, esse processo não é o mesmo em todos os tempos e em todos os lugares, e possui íntima relação com o projeto de cidadania¹ que uma sociedade almeja emergir (DIAS; PINTO, 2019).

Conforme explicam Dias e Pinto (2019, p. 449),

¹ Na concepção de Abbagnano (2012, p. 156), cidadania remete “[...] à liberdade (concebido de modo elitista ou universal) ou à justiça (entendida como ordem ou paridade) e a ambas, e nesse aspecto identifica-se com o exercício de três gerações de direitos humanos: os civis [...], os políticos [...] e aos sociais (p.ex., ao trabalho, ao estudo, à saúde”.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

a educação é, portanto, um processo social que se enquadra numa certa concepção de mundo, concepção esta que estabelece os fins a serem atingidos pelo processo educativo em concordância com as ideias dominantes numa dada sociedade. A educação não pode ser entendida de maneira fragmentada, ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar, mas, sim, como uma prática social, situada historicamente, numa determinada realidade

À vista disso, é possível afirmar que o processo educativo em uma sociedade se circunscreve em torno de um fim a ser atingido, um projeto societário. E nesse ponto, estabelece-se a relação intrínseca entre educação e trabalho, sendo este a ponte para o homem transformar a natureza e satisfazer suas necessidades de subsistência. Por meio da educação, o conhecimento que já foi adquirido no processo de trabalho é transmitido, tornando possível o desenvolvimento da humanidade (SAVIANI, 2007).

Aliás, o referido autor destaca que a educação é um fenômeno essencialmente humano. A existência humana não pode ser garantida apenas pela natureza, mas necessita ser produzida pelo próprio homem, por meio do trabalho, por intermédio do qual o conhecimento é adquirido.

O homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é ao mesmo tempo a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Portanto, ao mesmo tempo que o homem, por intermédio do trabalho, produz bens materiais, origina o próprio conhecimento, nisso consistindo o processo educativo, estabelecendo-se a relação entre educação e trabalho. Deveras, essa relação está imbricada de tal forma na vida dos sujeitos que se pode dizer que possui caráter central na sociedade, afinal o trabalho constitui um horizonte para qualquer pessoa, é uma referência cotidiana obrigatória, mesmo que não se tenha acesso a ele. Tendo isso em vista, a educação deveria ter uma referência natural no trabalho (GONZÁLEZ, 2006).

Por sinal, a relação educação e trabalho é vislumbrada como meio de promover maior equidade social e assim, amenizar a acirrada luta por um espaço no mercado de trabalho. Em sua essência, essa relação tem função integradora e papel transformador, na medida em que a educação é entendida como aspecto essencial para a superação do subdesenvolvimento, integração dos países periféricos (na competitividade do mercado internacional) e redução do desemprego (MOURÃO, 2009).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação e o trabalho como direitos sociais, sendo aquela a ponte para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho: “Art. 205º. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990, p. 95).

Notadamente, além de possuir relação com o trabalho, sendo essencial para conquista de um bom emprego, a educação também é fundamental para o desenvolvimento do ser humano, o que repercute em diferentes aspectos na vida dos sujeitos, seja na capacidade de se relacionar, lidar com emoções, adquirir senso crítico na tomada de decisões e, principalmente, obter satisfação pessoal e profissional. Portanto, quando um País se preocupa com a educação, consequentemente obtém resultados positivos que impactam como um todo a sociedade.

Contudo, na atual conjuntura, com as transformações ocorridas (e que continuam a ocorrer) no mundo do trabalho, compromete-se radicalmente o emprego, a renda e o futuro da classe trabalhadora, sobretudo em países com educação de baixa qualidade, como é o caso do Brasil. É possível “[...] considerar má (de baixa qualidade) a educação cujos fins são tidos como inadequados. Uma das principais finalidades da educação é a alfabetização, que no Brasil está bem abaixo do esperado”, porquanto a taxa de analfabetismo, em 2019, de pessoas com 15 anos ou mais de idade foi de 6,6%, equivalente a 11 milhões de pessoas (GUSMÃO, 2013, p. 3). Trata-se de um quadro bastante elevado, especialmente na Região Nordeste, onde o analfabetismo prevalece (56,2% ou 6,2 milhões de pessoas), segundo a PNAD (2019).

Nesse contexto, se a educação foi importante na história, na atualidade, dada a conjuntura do mundo do trabalho, ela é *sine qua non*, demandando qualificação para acesso a melhores empregos, pois os profissionais devem mostrar competências e habilidades que atendam às necessidades do mercado de trabalho, diferenciando-se na luta por melhores colocações. Destarte, para garantir vantagem nessa seara competitiva, é essencial ter como base uma boa formação.

De acordo com a Lei nº 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no que se refere aos princípios e fins da educação nacional: “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL/LDB, 1996, p. 2).

Isto é, a educação tem por finalidade o desenvolvimento do cidadão, denotando uma possibilidade de emancipação social, política e econômica. Sem embargo, a realidade da

educação brasileira distancia-se muito do que é estabelecido na LDB. Na prática, o que se observa é uma educação fragilizada, que atrelada às constantes exigências do mercado de trabalho, agudiza ainda mais o quadro de desemprego, sobretudo o juvenil.

Isso porque muitas empresas ainda optam por trabalhadores adultos que já contam com experiências na atividade, somando ainda mais obstáculos à conquista do emprego pelos jovens. Esse fato evidencia a dificuldade que esse segmento enfrenta para se inserir no mercado de trabalho formal, e nesse contexto, ressalta-se o papel da qualificação profissional – no quadro atual de reduzidas oportunidades – como instrumento meritório para prover os jovens de condições necessárias para a ampliação de possibilidades para o ingresso no mercado de trabalho e exercício da cidadania.

2.2 Breves apontamentos sobre educação profissional

No Brasil, historicamente, a Educação Profissional foi marcada por dualidades quanto à oferta, ou seja, dividida entre a formação para as elites – mais concentrada nas funções intelectuais, com vistas ao desempenho de atividades de planejamento e supervisão, designando uma educação de excelência – e a formação para as classes menos favorecidas, centralizada na formação instrumental, almejando o desempenho de atividades de execução (ESCOTT, 2020).

Sua origem histórica é marcada pela “[...] perspectiva assistencialista, na qual jovens em situação de mendicância eram levados para casas específicas onde recebiam instrução básica e algum tipo de ofício” (NASCIMENTO; CAVALCANTE; OSTERMANN, 2020, p. 122).

Com isso, a educação profissional brasileira desenvolveu-se sob moldes assistencialistas, com o objetivo de atender aos pobres e órfãos sem condições sociais e econômicas (ESCOTT, 2020). “[...] Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais, já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola e aos demais lhes era negado o acesso” (MOURA, 2010, p. 61).

Nesse particular, quando é mencionada a educação profissional na realidade brasileira, concebe-se que as relações de trabalho-educação-humanização-emancipação, historicamente, foram frágeis, considerando a trajetória histórica do Brasil desde o século XIX, momento em que a educação profissional era marcada pela diferenciação entre o tipo de educação destinada aos grupos segundo classe social (SAMPAIO; FRANÇA, 2009).

Do século XIX ao século XX, muito se avançou, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando entrou em vigor a LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996). Atrelado a isso, a Reforma da Educação Profissional (REP) implementada durante a década de

1990, com o objetivo de adequar os diferentes países para as transformações ocorridas no mundo do trabalho, colaborou para que o Estado brasileiro assumisse a defesa de um modelo de formação profissional mais moderno e adequado a esse novo momento. Nesse ensejo, colocou-se em prática, por um lado, a qualificação, o treinamento e a formação profissional, financiados com recursos públicos e, por outro lado, pretendeu-se combater o analfabetismo e a exclusão (FERRETTI, 2007).

Já no século XXI, assistiu-se a outros importantes avanços, especialmente em 2003, na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando grandes reformas foram realizadas, no que tange à expansão da educação profissional brasileira, com a instituição do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), “[...] marcados pela defesa de um projeto estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica” (ESCOTT, 2020, p. 8).

Nesse processo, a educação profissional é concebida como um processo de “[...] construção social que, simultaneamente, qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas e ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, considerado nas relações sócio-históricas e culturais de poder” (ESCOTT, 2020, p. 9).

Passa, então, a desempenhar papel de mediação na construção do conhecimento, sob a ótica da integração, tendo como princípio o desenvolvimento pleno do educando, sua formação para o trabalho, bem como o preparo para o exercício da cidadania (SANTOS; SILVA; SILVA, 2020), “[...] com a intencionalidade de superar o erro historicamente dado de transformar a educação em mercadoria e de considerar a educação profissional e tecnológica como adestramento ou treinamento” (ESCOTT, 2020, p. 9).

É justamente sob essa ótica que está inserida a qualificação profissional, conforme previsto no Art. 42 da LDB: “[...] formação inicial e continuada ou qualificação profissional podem ser oferecidos como cursos de livre oferta, abertos à comunidade, com suas matrículas condicionadas à capacidade de aproveitamento da formação, e não necessariamente ao nível de escolaridade” (BRASIL, 1996, p. 15).

Com isso, em um País como o Brasil, marcado por muitas desigualdades sociais, ações em torno da oferta de educação profissional abarcando todos os seus moldes – incluindo a qualificação profissional – são necessárias e urgentes (NASCIMENTO; CAVALCANTE; OSTERMANN, 2020).

No entanto, muitos jovens brasileiros não possuem recursos financeiros para se qualificar. A realidade é que ainda existem muitos jovens de baixa renda com carência de capacitação profissional, e isso amplia as dificuldades em encontrar uma vaga no mercado de trabalho formal, contribuindo para o crescimento da informalidade no mundo do trabalho.²

Diante desse cenário, infere-se que a qualificação profissional é essencial, sendo capaz de mudar a realidade da vida de muitos jovens, possibilitando oportunidades e chances de ascensão profissional. Isso corrobora a importância de políticas públicas de educação profissional, precipuamente em seu eixo *qualificação*.

2.3 Qualificação profissional

Com a reestruturação produtiva a partir dos anos 1970 e 1980, as formas de trabalho passaram por fortes transformações, como a desregulamentação e flexibilização do trabalho, processo em que o mesmo empregado executa variadas funções no ambiente da empresa, exigindo do trabalhador habilidades e competências como pré-requisito necessário para sobressair-se diante de um processo produtivo totalmente inovado. Nesse ponto, a qualificação profissional tem papel preponderante, pois é por meio dela que tais quesitos são viabilizados, denotando uma expressão que traduz múltiplos fatores, desde o conhecimento técnico em si, como “[...] as expectativas sociais sobre o que o trabalhador deve conhecer, saber fazer e como deve se conduzir”, até a capacidade do trabalhador de responder às demandas exigidas na atualidade, com as mudanças tecnológicas e do processo de trabalho capitalista, e o constante acúmulo de experiências na vida social, escola e trabalho (MACEDO, 2007, p. 113-114).

Para Deluiz (2011, p. 14), qualificação profissional é

um conjunto de conhecimentos, saberes e habilidades que provêm de várias esferas, tais como: da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico), e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas) posto em ação para resolver problemas e enfrentar situações imprevistas em uma situação concreta de trabalho.

A qualificação profissional é o conjunto de conhecimentos necessários para desempenhar determinada atividade profissional, de acordo com os requisitos de cada trabalho. Pode ser entendida como o treinamento e a capacitação de pessoas para atividades que requerem

² Para uma compreensão mais clara sobre os termos, Carneiro (2012) relaciona as diferenças entre *mercado de trabalho* – lugar da empregabilidade, dos postos fixos de ocupação e, portanto, da profissionalidade – e *mundo do trabalho* – campo, por excelência, da realização humana e da construção coletiva da cidadania com qualidade de vida.

um conhecimento técnico específico para execução (CÔRTEZ, 1997). Isto é, trata-se de um conjunto de práticas que buscam relacionar o funcionamento do sistema educativo alinhado ao sistema produtivo (TARTUCE, 2004).

Na acepção de Leite e Rizek (1998), a qualificação profissional pode ser compreendida também como o conjunto de conhecimentos escolares, técnicos e sociais que tornam o trabalhador capacitado para determinada profissão.

Por sua vez, Moreno (1980, p. 242) entende que a qualificação profissional está intimamente ligada ao treinamento. Assim, para o supracitado autor, a qualificação é compreendida como “[...] o processo que objetiva dotar o treinamento com conhecimentos práticos e/ou teóricos que o credenciam ao exercício de uma função qualificada”.

Já para Paiva (1995), a qualificação é vista como sendo para “[...] além da obtenção de graus escolares sucessivos, o empenho pessoal na busca do aprendizado contínuo, tanto no ponto de vista cognitivo, técnico, formal, como no desempenho prático no cotidiano do trabalho” (PAIVA, 1995, p. 82).

Há que se considerar também o entendimento de Santos (2004), que destaca dois sentidos para a qualificação: habilidades profissionais, que são adquiridas na própria prática, dependendo inteiramente dos esforços e experiências do indivíduo; e qualificação técnica, em que os conhecimentos são adquiridos de forma processual e formal, formalizados em situações como cursos, preparatórios etc.

O susodito autor ainda salienta que existem três características para a qualificação profissional: subjetivo humanista – quando a qualificação diz respeito às habilidades que a pessoa adquire em suas experiências de vida; objetivo positivo – quando a qualificação aponta para exigências de habilidades e conhecimentos técnicos em determinados postos de trabalho, sendo necessária a adequação do trabalhador; e social – refere-se à qualificação como uma construção social (SANTOS, 2004).

Consoante Santos (2004 apud SCHWARTZ, 1995, p. 30-31) ressalta três dimensões para a qualificação profissional: conceitual, que diz respeito aos aspectos formais, como títulos e diplomas; social, que está no âmbito das relações sociais “[...] que se estabelecem entre os conteúdos das atividades e a classificação hierárquica, bem como ao conjunto de regras e direitos relativos ao exercício profissional construído coletivamente”; por fim, a dimensão experimental, que traduz a relação da qualificação com o conteúdo real do trabalho, isto é, relaciona-se ao múltiplos saberes postos em jogo a partir da realização do trabalho.

Tendo em vista traduzir a concepção e os parâmetros de qualificação profissional adotados no âmbito deste estudo, aqui se entende por qualificação profissional toda e qualquer

qualificação técnica materializada a partir de cursos que se referem aos chamados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou cursos básicos, definidos como qualquer curso de formação que tenha como objetivo primaz qualificar o indivíduo para o exercício de uma atividade profissional. Para tanto, podem ser ofertados em escolas e instituições como Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, sindicatos, associações, contam com duração variável, podendo ser oferecidos em todos os níveis de escolaridade, contemplando, ao término do curso, certificado para o aluno concluinte. São exemplos de cursos de qualificação profissional: informática; idioma; corte e costura; culinária; massagem terapêutica; secretariado; manicure; pedicure; cabeleireiro; garçom; cozinheiro; guia turístico; pedreiro; decoração de bolos; maquiagem; instrumentador cirúrgico etc. (NERI, 2014).

Os cursos FIC são a modalidade de cursos ofertados na FWF, instituição utilizada como *locus* desta pesquisa. Esses cursos objetivam preparar os estudantes para o mercado de trabalho e promover o aperfeiçoamento da população de todos os níveis de escolaridade. São considerados cursos de qualificação profissional não vinculados ao ensino regular e podem ser criados de acordo com as demandas percebidas na sociedade. A principal finalidade é promover a inserção profissional no mercado de trabalho por meio da aquisição de aptidões para a vida produtiva social (GUGLIANO; MOREIRA; BEHLING, 2020, p. 4).

Esse tipo de qualificação profissional tem sido discutido amplamente nas pautas governamentais da política de emprego brasileira como uma relevante contribuição para tornar as pessoas empregáveis e promover a igualdade social – principalmente no que diz respeito aos jovens –, na medida em que esses cursos tendem a viabilizar maior segurança em relação à garantia do primeiro emprego a esses indivíduos, que possuem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, haja vista que o problema do desemprego atinge de forma especial os jovens (OLIVEIRA; BATISTA, 2017).

A qualificação profissional apresenta significado e relevância, no que tange à permanência no mercado de trabalho, assim expressos por Ramos (2002, p. 406):

Tal permanência passa a depender das competências adquiridas e constantemente atualizadas, que proporcionariam ao trabalhador a empregabilidade. A aquisição e a renovação de competências pode ocorrer por meio da educação profissional continuada ou pela diversificação das experiências profissionais. Por isso as diretrizes recomendam que os currículos sejam modulares, permitindo aos trabalhadores a construção de seus próprios itinerários de formação, assim como preveem mecanismos de avaliação, que possam certificar competências adquiridas pela experiência profissional. Neste último aspecto reside uma inovação proporcionada pela noção de competência: o reconhecimento do saber prático/tácito do trabalhador.

Portanto, a qualificação profissional contribui para que um indivíduo se mantenha no

mercado de trabalho. Logo, a qualificação aliada às competências são valores necessários para a empregabilidade dos sujeitos. As competências são entendidas como “combinações sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho profissional dentro de determinado contexto organizacional, que agregam valor a pessoas e organizações” (CARBONE *et al.*, 2009, p. 43).

Segundo Bastos (2006), na contemporaneidade, emerge um desafio por qualificação profissional, por ser uma poderosa arma para o êxito no emprego, em meio ao cenário turbulento de reestruturação produtiva e de globalização. Ademais, a qualificação profissional, em alguns casos, também é compreendida como mecanismo para reduzir desigualdades, isso porque, atualmente, há uma vinculação direta da educação com a ascensão social. A lógica é: quanto maior a escolaridade, maior a chance de conseguir um posto de trabalho em um mundo em que o trabalho é cada vez mais escasso.

2.4 Imbricações entre educação e trabalho: caminho para a cidadania

As conexões entre a educação e o trabalho são históricas. Por sinal, coexiste uma relação que as tornam interdependentes, isto é, propugna-se a educação como elemento fundante para a adequada preparação do sujeito social para o trabalho, do mesmo modo que para alcançar a sua autonomia crítica, política e sensitiva no percurso de sua profissão e profissionalização, o sujeito não prescinde da educação, enquanto agente atuante no campo econômico, desenvolvendo o papel de trabalhador formal.

Não obstante, a simples formalização na relação entre patrão e empregado não exige o indivíduo de envidar esforços no sentido de sua qualificação, ampliando as chances de crescimento profissional, independência, autonomia e capacidade de autogovernar o seu destino, conformando a sua consciência, na qualidade de sujeito social emancipado. Nesse aspecto, Pedroso (2006, p. 24) afirma que “[...] através do trabalho, o homem contribui para o progresso contínuo das ciências e da técnica, e para a incessante elevação cultural e moral da sociedade”.

No entanto, educar não é apenas transferência de conhecimentos, mas também conscientização e testemunho de vida. Para Mészáros (2008, p. 25), “[...] os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”.

Por cúmulo, processos sociais como educação e trabalho inter-relacionam-se, pois o trabalho gera a reprodução material da sociedade que, porventura, também suscita relações

sociais e cria conhecimento. A partir dessa ligação, a cidadania também é construída. Nessa mesma linha de pensamento, Demo (2000) ressalta que a educação pode ser um elemento fundamental para a cidadania, desde que fundada no saber pensar e que tenha qualidade formal e política. Essa qualidade à qual o autor se refere possui dois sentidos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Sentidos da qualidade formal e política da educação

QUALIDADE TÉCNICA FORMAL	QUALIDADE POLÍTICA
É aquela que forma o estudante para utilização e desenvolvimento de conteúdos técnicos e formais existentes nas ciências humanas, biológicas e exatas.	A ponte para construção da cidadania, pois forma o estudante para compreender o meio social de forma crítica: participando, observando, relacionando, problematizando, construindo e organizando alternativas às questões sociais urgentes na sociedade.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Demo (2000).

Quando se relaciona à qualidade política à qual Demo (2000) se refere com a formação profissional, vislumbra-se que os elementos oferecidos pela educação servem de subsídios para que os sujeitos estejam preparados para o exercício de uma profissão e, além disso, que estejam igualmente aptos para exercitar a cidadania, participando das questões do meio social em que vivem.

Conforme ressaltou Frigotto (2001), o conceito de educação deve relacionar-se com a formação humana, a fim de viabilizar o desenvolvimento das múltiplas dimensões do ser humano enquanto sujeito com várias necessidades – sejam materiais, culturais, estéticas, afetivas ou lúdicas. Dessa forma, concluir os estudos, além de possibilitar a construção da cidadania dos indivíduos, viabiliza a compreensão das novas bases de tecnologia do mundo produtivo.

Nesse sentido, pode-se dizer que a pedagogia moderna almeja auxiliar os sujeitos a entenderem os processos complexos da sociedade.³ Assim, o que diferencia a pedagogia moderna é a humanização dela, ou seja, a contribuição com o projeto de autoconstrução da sociedade. Então, educar é humanizar, é o caminho para emancipação, autonomia, construção da moral e ética dos sujeitos sociais, como ratifica Freire (1996).

³ De acordo com o pensamento de Strazzeri (2014, p. 512), a noção de sociedade transita entre “[...] o meio necessário no qual se dá a vida humana [...]” e a acepção de que se trata de “[...] uma construção contingente com um propósito específico de existência”. Em quaisquer das duas concepções, o sujeito social remete ao indivíduo provido de historicidade, sentimentos e expectativas, capaz de, concomitantemente, dispor de ferramentas competitivas visando a suprir as suas demandas, assim como se desvelar apto a aglutinar forças para, no estatuto coletivo, envidar esforços aspirando a reivindicar condições melhores de sobrevivência e na defesa de seus direitos.

STRAZZERI, Victor. A trajetória histórica do “social”. *Revista do Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 119, p. 508-530, jul./set. 2014.

À vista disso, seu objetivo é estabelecer as relações de trabalho-educação-humanização-emancipação (ARROYO, 2005). Reforçando essa linha de pensamento, Mourão (2009, p. 138) explica que

não há dúvida de que educação e trabalho são conceitos inter-relacionados. A ligação da formação profissional com o sistema educacional também é fundamental, porque o trabalho é uma forma de inserção na sociedade. As universidades e os cursos técnicos são os dois principais elos entre educação e formação profissional, mas o debate atual sobre o tema é mais abrangente e inclui também a educação básica. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê que a educação básica precisa dar condições de o cidadão progredir no trabalho. A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Atualmente, o constante foco nas competências laborais e o aumento da expectativa de vida motivaram a expansão da demanda por formação, que hoje é compreendida como algo a ser buscado por toda a vida. Nessa direção, o indivíduo deve constantemente se aperfeiçoar, rompendo com a lógica educacional do século passado (POCHMANN, 2013).

Isso quer dizer que no atual contexto de modificações no mundo do trabalho, o papel da educação vem sendo revalorizado, assumindo um novo significado, buscando muito mais do que promover o desenvolvimento econômico do País e, além disso, aumentar as chances individuais dos sujeitos de se inserirem no mercado de trabalho, enquanto cidadãos, como entendem Lemos, Dubeux e Pinto (2009) – tendo em vista que por meio do trabalho, o homem constrói as condições de sua existência individual e social. Em outros termos, o trabalho é uma categoria fundamental na vida dos indivíduos, tanto do ponto de vista econômico quanto social (ANTUNES, 1999).

Segundo o referido autor, além de contemplar a dimensão econômica indispensável para a satisfação das necessidades materiais dos sujeitos, o trabalho também representa um elemento de integração na vida dos indivíduos, porquanto atua como forma de regulação social que organiza o tempo e espaço nas atividades da vida humana. Outrossim, é instrumento de realização pessoal, legitimador das diferentes fases da vida, tais como estudo, atividade laboral e aposentadoria, daí porque representa elemento indispensável na constituição da condição humana.

Por cúmulo, as imbricações entre educação e trabalho perpassam a questão da cidadania, posto que a educação representa possibilidades para o cidadão adquirir conhecimento e formação, visando a produzir sua própria existência por meio do trabalho. E nisso consiste o

caminho para cidadania, na medida em que sinaliza a possibilidade de autonomia e de emancipação do sujeito (ANTUNES, 1999).

Nesta perspectiva, considera-se relevante analisar o mercado de trabalho no contexto atual, tema a ser discutido no próximo capítulo.

3 JUVENTUDE E TRABALHO: ASPECTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO ATUAL

No mercado de trabalho hodierno, que é cada vez mais competitivo, exige-se dos trabalhadores competências e habilidades específicas, de modo que os indivíduos necessitam se esforçar para se manterem sempre conectados com as novas tendências e necessidades do mundo do trabalho.

Com isso, ampliam-se os desafios dos jovens para ingressarem e permanecerem no emprego, uma vez que as taxas de ocupação vêm sendo cada vez mais reduzidas. Por essa razão, este capítulo apresenta uma análise sobre os aspectos que envolvem o mercado de trabalho atual para jovens, ressaltando fatores importantes na atualidade, a exemplo da empregabilidade, isto é, as habilidades e competências exigidas dos trabalhadores hoje.

Complementarmente, aborda os fatores gerados pelas transformações no sistema produtivo, como o trabalho precário e o crescente desemprego. Após tecer algumas considerações sobre o mercado de trabalho para jovens face à pandemia de COVID-19, apontam-se considerações sobre o mercado de trabalho e a participação dos jovens na força de trabalho em Teresina.

3.1 Empregabilidade no Brasil: indicadores atuais

Na atual conjuntura do mercado de trabalho, cada vez mais se demanda dos trabalhadores competências e habilidades específicas, o que torna a questão da empregabilidade bastante relevante na dinâmica do mercado de trabalho. Isso é constatado porque a lógica do momento é a necessidade de adequações dos indivíduos ao trabalho, devendo o trabalhador estar em uma luta constante para se aperfeiçoar profissionalmente, com o intuito de continuar no emprego ou conseguir outro, por meio de qualificação (BETTIOL, 2009).

Deveras, o desafio do jovem para ingressar no mercado de trabalho é ampliado à medida que as taxas de ocupação vêm sendo reduzidas (IBGE, 2020). Nesse ponto, é imperioso sublinhar que o conjunto de habilidades, competências e atitudes que são requeridas pelas organizações fazem a diferença na manutenção do profissional na empresa ou no processo de seleção para vagas eventualmente abertas.

É a partir dessa questão que se compreende o principal destaque da empregabilidade que, por sua vez, está intimamente ligada às transformações do mundo do trabalho, do contexto

de reestruturação produtiva e da modernização tecnológica, tornando necessária a qualificação profissional permanente dos trabalhadores.

Consoante Oliveira (1999), compreende-se por empregabilidade a capacidade do trabalhador de manter-se empregado ou de se recolocar no mercado de trabalho em casos de desemprego. Sendo assim, a empregabilidade refere-se ao fato de as possibilidades de inserção do trabalhador no mercado de trabalho dependerem fortemente da bagagem do trabalhador (qualificações, experiências, competências e habilidades) e da capacidade dele de se adequar às novas exigências do mercado.

A palavra *empregabilidade* vem do inglês *employability*, e representa o conjunto de habilidades, conhecimentos e comportamentos que tornam um trabalhador importante para uma empresa ou qualquer outra (BUENO, 1996). Adicionalmente, diz respeito à capacidade do trabalhador de manter-se profissionalmente atualizado e competente, acompanhando as transformações do mundo do trabalho e a corrida tecnológica. É, pois, o conjunto de competências e habilidades necessárias para permanecer no mundo do trabalho, seja dentro ou fora das empresas. Isso posto, empregabilidade significa a capacidade de conquistar um emprego em uma sociedade sem empregos e mantê-lo todos os dias, ou conquistar outro, se necessário.

Em consonância com Finn (2000), historicamente, o conceito de empregabilidade parece ter surgido com os educadores que atuavam em programas de qualificação/preparação para facilitar a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

De acordo com Minarelli (1995), a empregabilidade consiste no esforço do indivíduo de manter-se sempre conectado com as novas tendências e necessidades do mercado de trabalho, com a finalidade de fornecer soluções aos novos desafios que se colocam no cenário do emprego. É o conjunto de competências que o trabalhador comprovadamente possui ou pode desenvolver, dentro ou fora da empresa. Significa a qualificação do sujeito com habilidades compatíveis para seu cargo atual ou para assumir um cargo semelhante em outra empresa, ou até mesmo para proporcionar condições ao sujeito de abrir seu próprio negócio como autônomo, isto é, garantir ao trabalhador meios para exercer sua atividade profissional, independentemente de estar ou não empregado.

Com isso, a empregabilidade refere-se ao vetor de atributos que um indivíduo possui, o que inclui educação e competências que são relevantes para entrar e manter-se no mercado de trabalho. Em outras palavras, é a habilidade do sujeito diante das capacidades exigidas pelos empregadores, daí porque os requisitos demandados aos candidatos ao emprego são indispensáveis para garantir uma vaga no mercado de trabalho.

Portanto, a empregabilidade dos indivíduos depende de suas habilidades, que são viabilizadas por intermédio da educação formal, a qual é reputada como um investimento, pois um sujeito com maior nível de escolaridade tem muito mais chances de sucesso no mercado de trabalho.

Vale sobrelevar que em termos de habilidade, consideram-se tanto as cognitivas quanto não cognitivas (postura, discernimento, uso de vocabulário adequado etc.). Dentre as não cognitivas, destacam-se as habilidades sociais que, atualmente, estão em ascensão no mercado de trabalho, pois cada vez mais as profissões exigem interações interpessoais – o que corresponde a uma vantagem competitiva para os indivíduos que não têm uma bagagem profissional em relação aos trabalhadores com experiência substancial (QUEIROZ; MESQUITA; ISNARD, 2020).

Os supracitados autores elencam quatro outros elementos que, aliados às habilidades, aumentam o fator empregabilidade, como dispõe o Quadro 3.

Quadro 3 – Componentes que incrementam a empregabilidade do trabalhador

RECURSOS	Referem-se ao conhecimento, às habilidades e às atitudes.
DESENVOLVIMENTO	Refere-se à capacidade de gerenciar a carreira, de buscar trabalho sob uma abordagem estratégica, ou seja, ser adaptável e ser realista diante de oportunidades.
APRESENTAÇÃO	Refere-se à capacidade de demonstrar recursos, qualificações individuais, referências e experiências de trabalho.
CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS E MERCADO DE TRABALHO	Refere-se à habilidade de empregabilidade, o qual contempla a preocupação com responsabilidades, deficiências pessoais e obrigações familiares capazes de buscar a capacidade de procurar trabalho.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Queiroz, Mesquita e Isnard (2020).

Acrescenta-se a isso o fator competência, que também é considerável para a empregabilidade, isso porque a partir das competências, aumentam-se as possibilidades de o sujeito ascender e manter-se no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, os empregadores procuram indivíduos com competências que não se limitam ao nível de escolaridade. Entretanto, o que se testemunha é que apenas ter competências não garante inserção ou permanência no mercado de trabalho, principalmente quando se trata do início da carreira profissional (MENDONÇA *et al.*, 2020). Por isso, a qualificação profissional é essencial, sendo

capaz de mudar a realidade da vida de muitos jovens, facultando oportunidades de ascensão profissional.

3.2 Juventude e mercado de trabalho

O Brasil, ao longo do último século, passou por muitas transformações, como o desenvolvimento de indústrias nos grandes centros urbanos, que possibilitou crescimento econômico, isto é, o aumento da capacidade produtiva brasileira e, paralelamente, abriu espaço para a prosperidade econômica do País. Mas apesar de tais transformações terem trazido múltiplos avanços para a nação, também trouxe disparidades de renda, acentuando as desigualdades sociais e culturais (OLIVEIRA; SOUSA, 2013).

O avanço da industrialização nos centros urbanos pressionou para uma reconfiguração das formas de trabalho, o que gerou nova dinâmica trabalhista no País, pois agora se exige um novo perfil de trabalhador (flexível) que quando não atende às novas demandas exigidas pelo mercado, acaba colaborando para o aumento das estatísticas de desemprego. Diante disso, ocorre um aumento da marginalização social, das segregações socioespaciais e desigualdades de classe, bem como de acesso ao emprego e de acesso à educação. Tais aspectos aumentaram as dificuldades do jovem em se inserir no mercado de trabalho (OLIVEIRA; SOUSA, 2013).

Conseqüentemente, depreende-se uma deterioração do mercado de trabalho, ressaindo-se a informalidade dos vínculos, o trabalho precarizado, o desemprego e a desigualdade de renda. Sobre essa questão, Silva e Lehfeld (2019, p. 8) trazem algumas considerações acerca do trabalho precarizado. Ei-las:

É comum ouvirmos a expressão “o trabalho dignifica o homem”, para inferir que a construção de um caráter digno, idôneo, íntegro, moralmente aceito se constitui por meio do acesso e permanência no trabalho. Esta assertiva empírica e histórica é discutível, considerando o contínuo desmonte da proteção ao trabalho e sua constante precarização, que atinge todas as pessoas, desde os mais jovens até os mais velhos, incluindo ainda aqueles que buscam a primeira oportunidade ou que já se aposentaram. O trabalho precarizado não dignifica nenhuma pessoa, ao contrário, expropria os sentidos humanos das pessoas, as alienam em seus espaços de sociabilidade, obstruí qualquer capacidade de reflexão crítica, as aprisiona em trabalhos sem perspectivas de crescimento, as adoece e ainda viola o direito à vida, seja por acidentes de trabalho, seja pelo suicídio.

A situação exposta pelos referidos autores ilustra o quanto o trabalho precarizado tem sido naturalizado no seio da sociedade – o que, de fato, é algo preocupante. Na atualidade, observa-se um aumento do exército industrial de reserva⁴ no mercado de trabalho, e quando se trata do público jovem, no Brasil, esse segmento é ainda maior e altamente competitivo, em razão, principalmente, do crescimento da população jovem, repercutindo em transformações no sistema produtivo, que hoje dispensa cada vez mais a contratação de novos trabalhadores, pela exigência de maior escolaridade. Todos esses fatores atingem os jovens, em especial aqueles oriundos de famílias mais pobres (OLIVEIRA; SOUSA, 2013).

Vale salientar que o conceito de jovem, adotado no âmbito desta pesquisa, refere-se à fase da vida situada entre a adolescência e a idade adulta. Então, refere-se à faixa etária de indivíduos com 18 a 29 anos de idade (jovem-jovem e jovem-adulto, que já adquiriram a maioridade civil e estão aptos ao ingresso no mercado de trabalho formal), consoante o conceito adotado no Brasil por meio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) que em 2005 estabeleceu que jovem é o público compreendido entre 15 e 29 anos, subdividido em subgrupos, estabelecidos em: “[...] 15 a 17 anos – jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; 24 a 29 anos – jovem adulto” (PEIXOTO *et al.*, 2020, p. 47949).

Coadunando a Agência de Desenvolvimento Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) que trata de questões populacionais, e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o número de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos tem aumentado desde 1945, chegando a 1 bilhão, em 1990. Em 2005, os jovens eram 1,02 bilhões, e de acordo com projeções da ONU, aumentará para 1,4 bilhões até 2025 (UNFPA, 2010).

Esse contexto comprova a existência de excedente de mão de obra jovem, o que, de fato, contribui para condições perversas de competitividade e ocupação dessa população em vagas de baixa relevância nas organizações.

No entendimento de Silva e Lehfeld (2019, p. 2),

[...] o exército de reserva está acima da capacidade de gerência pelo sistema capitalista, isto é, existem mais pessoas buscando trabalho que ofertas de vagas que

⁴ O termo *exército industrial de reserva* foi criado por Marx, que assim o definia: “[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (MARX, 2012, p. 707).
MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

atendam plenamente estas pessoas. Diante desta crise no mundo do trabalho, os jovens, pelas exigências de experiência e conhecimentos específicos, não conseguem a primeira oportunidade, ficando marginalizados do direito ao trabalho e à renda. Sob esta assertiva, forma-se a hipótese de o trabalho se configura em um direito em competição e não uma garantia constitucional, violando a proteção de milhões de jovens.

Essa realidade ilustra a exigência cada vez maior de escolaridade dos indivíduos, quer para a entrada, quer para a permanência no emprego. Como resultado, os extratos menos escolarizados sofrem com a exclusão social e ficam à mercê do desemprego. Por essa razão, os jovens buscam soluções para essa situação apostando na educação e, singularmente, em cursos de qualificação profissional (OLIVEIRA; SOUSA, 2013).

Acerca desse panorama, Lemos, Dubeux e Pinto (2009) assinalam que é perceptível a importância da educação, que abre possibilidades para que o jovem consiga sair vencedor nessa luta por se incorporar no mercado profissional, pois ela favorece a empregabilidade. Porém, vale destacar que infelizmente, a educação sozinha não garante o emprego, pois como mencionado anteriormente, a inserção no mercado de trabalho depende também de outros fatores, os quais serão aprofundados no próximo tópico.

3.3 Entendendo os fatores que influenciam o desemprego entre os jovens

O desemprego é um problema histórico que vem sendo discutido há anos, não somente no cenário nacional, mas mundialmente, na tentativa de viabilizar soluções capazes de amenizar essa problemática. Nesse contexto, os jovens são os mais atingidos, sobretudo os provenientes de famílias pobres, pois costumam encontrar grandes dificuldades para conseguir o primeiro emprego e garantir a tão requisitada experiência profissional. Para superar esses desafios, muitos jovens optam por opções de qualificação profissional, seja a partir de cursos técnicos, cursos de FIC ou cursos básicos, com o fito de se aperfeiçoar profissionalmente e viabilizar o ponto de partida para superar os desafios da inserção no mercado de trabalho formal (OLIVEIRA; BATISTA, 2017).

Entrementes, alguns fatores influenciam o desemprego, sobretudo entre os jovens. No entendimento de Martins (2017), dentre esses fatores, destacam-se:

- 1) baixa qualificação;
- 2) falta de preparo e experiência;
- 3) baixa motivação;

4) crise econômica.

Para o susodito autor, o desemprego pode ocorrer em virtude da baixa qualificação profissional, pois por vezes, os sujeitos não detêm os requisitos exigidos pelas organizações. A propósito, Martins (2017) explica que a baixa qualificação não pode ser atribuída ao indivíduo, mas também à baixa qualidade do ensino público, que recebe pouco investimento do Estado.

Adicionalmente, o referido autor ressaltou que quando o jovem não possui qualificação, uma “reação em cadeia” acontece: ele não consegue emprego; logo, não obtém preparo e experiência. À vista dessa realidade, investir em educação é indispensável, pois “[...] candidatos bem-preparados conseguem desenvolver as atividades da empresa com mais facilidade, e futuramente tem que exercer diversas habilidades ao mesmo tempo, dependendo do cargo” (MARTINS, 2017, p. 10).

Por sua vez, Flori (2003, p. 1), corroborando Martins (2017), associa o alto desemprego entre os jovens a um sistema de ensino público inadequado e com baixa qualidade. A supracitada autora enfatiza, inclusive, a incapacidade de muitos jovens permanecerem na escola, e o fato de que o sistema de educação brasileiro está pouco alinhado às exigências do mercado de trabalho. Outrossim, reforça que eventualmente, a opção dos empresários tende por trabalhadores adultos, que somam mais experiência, o que adiciona maiores obstáculos para a inserção do jovem no mercado de trabalho, principalmente no que se refere ao primeiro emprego.

O fator *motivação* também está intimamente ligado à baixa qualificação. Para Martins (2017), quando o jovem não consegue emprego, acaba se sentindo desmotivado a qualificar-se. Daí a importância da influência da família para que seus filhos procurem qualificação, pois esta contribui para a empregabilidade de jovens e inserção no mercado de trabalho, levando em consideração que a experiência profissional também contribui para o aumento de chances para que essa incorporação se efetive. Desse modo, o programa Jovem Aprendiz⁵ é um bom investimento para desenvolver experiências iniciais.

Além da baixa motivação, importa focalizar o estudo de Flori (2003), que associa a alta taxa de desemprego juvenil a uma alta taxa de rotatividade. Segundo a referida autora, o jovem que já trabalhou é o principal responsável pela alta taxa de desemprego nessa faixa etária, e não aquele que nunca trabalhou, que está em busca da primeira inserção no mercado de trabalho.

⁵ O programa Jovem Aprendiz é um projeto do governo federal para incentivar empresas a desenvolverem programas de aprendizagem para jovens e adolescentes entre 14 e 24 anos. A iniciativa é fruto da Lei nº 10.097/2000 da aprendizagem.

O estudo em apreço mostra que esses indivíduos trocam de emprego com mais frequência, e o principal motivo é que o público juvenil entra e sai sem permanecer no mercado de trabalho por muito tempo, e não sem encontrar um emprego. Com isso, para a susodita autora, é longo o tempo de busca pela inserção estável no mercado de trabalho para o jovem que está começando a trabalhar (FLORI, 2003).

Sem embargo, há um ponto de concordância entre Flori (2003) e Martins (2017): a baixa motivação associada à alta taxa de desemprego juvenil. Isso porque quando desempregado, são maiores as possibilidades de o jovem continuar no desemprego, sendo elevada também a probabilidade de desistir e sair do mercado de trabalho. Essa desistência geralmente é associada ao fator *motivação*, que se encontra ameaçado nesses casos, aliado à imaturidade e falta de experiência. De acordo com a pesquisa, a probabilidade sempre tende para que o jovem permaneça no desemprego, aumentando a chance de permanecer no emprego apenas com o avançar da idade, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Comparativo entre as probabilidades de indivíduos jovens e adultos quanto à posição na força de trabalho no Brasil

PROBABILIDADE	JOVEM	ADULTO
Indivíduo continuar no emprego	89,9%	94,6%
Indivíduo continuar no desemprego	49,3%	45%
Indivíduo continuar na inatividade	88%	87%
Indivíduo perder o emprego	3%	1,6%
Indivíduo ir do emprego para fora da força de trabalho de um mês para o outro	7,1%	3,8%
Encontrando-se desempregado, a probabilidade de um indivíduo estar empregado no mês seguinte	18,6%	26,1%
Indivíduo desistir e sair do mercado de trabalho	32,1%	28,9%

Fonte: elaborada pela autora, com base em Flori (2003, p. 12).

Além dessa tendência do jovem ao desemprego, o cenário econômico do País afeta sua inserção no mercado de trabalho, pois quando uma nação passa por uma crise econômica, o desemprego cresce em termos absolutos, as grandes empresas têm seus lucros afetados – o que também interfere no número de postos de trabalho, pois as corporações tendem a demitir parcela significativa de seus funcionários para abafar os gastos e enfrentar o período. Logo, “[...] uma crise econômica é capaz de afetar todas as áreas econômicas, sociais e políticas de um país porque todas essas áreas estão ligadas entre si” (MARTINS, 2017, p. 10).

Um exemplo disso é mostrado por Guillard e Monteiro (2010), referindo-se à crise do petróleo ocorrida no ano de 1973, que gerou desemprego em massa. Os jovens dessa geração pós-crise foram extremamente afetados, pois passaram pelo menos dez anos de sua vida na escola. No entanto, sentiram dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho. Por isso, em resposta a esses casos, a política educacional deve modernizar-se, qualificando o jovem para o trabalho, tornando menos árdua essa inclusão.

Todavia, seria leviano depositar todas as soluções apenas na política educacional, pois há que se considerar que esse é um trabalho em conjunto com a política de geração de emprego e renda, uma vez que o sistema educacional não pode ser responsabilizado pela carência de empregos, a qual “[...] geralmente é descrita como um desequilíbrio entre a oferta e a demanda, onde a causa fundamental do desemprego juvenil é a mesma do adulto, ou seja, falta de oportunidades para todas as pessoas disponíveis se inserirem no mercado de trabalho” (GUILLAND; MONTEIRO, 2010, p. 149).

Nesse particular, diante da crise, que não é apenas econômica, mas abrange múltiplas áreas, sendo vivenciada atualmente por ocasião da pandemia de COVID-19 em âmbito mundial, reputa-se a necessidade de refletir sobre a realidade do desemprego no Brasil, com base nesse momento histórico, evidenciando as consequências disso para o mercado de trabalho juvenil.

3.4 Considerações sobre o mercado de trabalho para jovens, face à pandemia de COVID-19

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2020, as oportunidades no mercado de trabalho para jovens ficaram ainda mais difíceis, pois as medidas impostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), necessárias para a contenção da pandemia da COVID-19 – a exemplo de isolamento social e restrições à atividade econômica – representaram maiores dificuldades para a população jovem, que foi a primeira a ser excluída da força de trabalho, resultando em taxa elevadíssima de desemprego nessa faixa etária (OIT, 2020; LOMBARDI FILHO, 2020).

Em especial no Brasil, a pandemia delineou e ampliou o cenário de desemprego. É o que revelam os dados do IBGE, segundo os quais a taxa de desemprego, em 2020, obteve a maior taxa de desocupação entre os jovens menores de 18 anos, com 42,8%, alcançando 35,3% entre os jovens de 25 a 29 anos (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020).

Corroborando esses dados, a Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2021), realizada pelo CONJUVE, comparou os dados de 2020 e 2021, e revelou que a taxa de

desemprego entre os jovens permanece elevada, passando de 50%, em 2020, para 53%, em 2021. Desse contingente, concebe-se um aumento no número daqueles que estão procurando emprego: de 3 a cada 10 jovens que procuravam emprego em 2020, em 2021, passou-se para 4 a cada 10 jovens tentando inserir-se no mercado de trabalho.

Durante esse período, a informalidade⁶ entre esse público cresceu significativamente, uma vez que parcela expressiva dos jovens perdeu seu emprego formal por conta das consequências da pandemia, e como meio de driblar esse cenário, recorreram a fontes alternativas de renda, como o trabalho informal (LOMBARDI FILHO, 2020).

Exemplo disso é a proliferação, durante o período pandêmico, do trabalho dos entregadores por aplicativo (*Uber, Cabify, 99 Pop, iFood, Rappi, Loggi*, entre outros). De acordo com a PNAD COVID-19, é possível observar uma proporção maior de jovens entre os *motoboys* e entregadores, pois a porcentagem de trabalhadores com até 29 anos foi de 25,5%, em maio de 2020; entre os *motoboys*, essa proporção atingiu 46,5%; e entre os entregadores, 40,6% (MANZANO; KREIN, 2020).

Diante de tais considerações, deduz-se que o indicador de informalidade entre os jovens permaneceu em patamares elevados, em comparação com o restante da População Economicamente Ativa (PEA). Acrescente-se a isso que os jovens representam parcela significativa da população desalentada, ou seja, aqueles que desistiram de procurar emprego (IPEA, 2020).

Isso porque a falta de experiência implica desafios adicionais para inserção no mercado de trabalho formal, e em momentos de crise e baixa atividade econômica, como é o caso da crise decorrente da pandemia de COVID-19, a procura por emprego encontra dificuldades adicionais (LOMBARDI FILHO, 2020).

A incerteza, o medo, a desmotivação, aliados à falta de experiência e à pouca ou nenhuma qualificação destroem os sonhos de muitos jovens que, sem oportunidades e diante de um horizonte indefinido e complexo, acabam entrando nas estatísticas dos que desistiram de se inserir no mercado de trabalho formal.

⁶ Segundo a PNAD COVID-19, são classificados como trabalhadores informais os seguintes grupos: I) empregado do setor privado sem carteira assinada; II) trabalhador doméstico sem carteira; III) empregador que não contribui para o INSS; IV) trabalhador por conta própria que não contribui para o INSS; e V) trabalhador não remunerado em ajuda a morador do domicílio ou parente (LOMBARDI FILHO, 2020).

LOMBARDI FILHO, Stélio C. **Desafios da juventude no mercado de trabalho no contexto da pandemia de COVID-19**. Observatório Mercado de Trabalho do Nordeste e Covid-19 Boletim 05/2020. Getrab UFBA Universidade Federal da Bahia. 2020.

Disponível

em:

https://www.researchgate.net/publication/348190492_Desafios_da_juventude_no_mercado_de_trabalho_no_contexto_da_pandemia_de_COVID-19. Acesso em: 30 ago. 2021.

Nesse sentido, o aumento da juventude desalentada tem íntima relação também com o aumento durante a pandemia dos chamados “nem-nem”, em outras palavras, jovens que nem estudam nem trabalham. Dados da pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV SOCIAL) sobre o impacto da pandemia no trabalho e no estudo dos jovens de 15 a 29 anos, a taxa de jovens que nem estudam nem trabalham atingiu recorde em toda a série histórica, com 29,33% no segundo semestre de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 (NERI, 2021).

Houve significativo aumento desse problema em comparação com o período de recessão, de 2015 a 2016, e na pandemia. O primeiro ponto de inflexão dá-se no fim de 2014, com 21%. De 2015 a 2017, houve uma gradual elevação de três pontos percentuais, indo de 21% para cerca de 24%, permanecendo por algum tempo esse nível mais alto. Com a chegada da pandemia, durante o quarto trimestre de 2019 (outubro, novembro e dezembro), assistiu-se a uma aceleração na taxa de jovens nem-nem em mais três pontos percentuais, chegando à taxa de 27% no mesmo período, em 2020 (NERI, 2021).

Esses dados alertam para as consequências dessa exposição prolongada ao desemprego para a juventude. Sobre essa questão, Lombardi Filho (2020) frisa que a exposição prolongada ao desemprego pode gerar maiores chances de desemprego e menores salários no futuro. Consoante o referido autor, o histórico de desemprego sinaliza para a baixa produtividade para os empregadores, e isso, conseqüentemente, incide no retorno dos jovens ao mercado de trabalho, a quem, depois de longos períodos afastados, geralmente são ofertados apenas empregos com baixa remuneração e/ou no setor informal.

No Brasil, o período conturbado de crise sanitária impactou como um todo a sociedade, mas, sobretudo, a juventude trabalhadora. Logo, esse é um risco real para o futuro da classe trabalhadora jovem, pois essa crise, que não é mais apenas sanitária, pode gerar cicatrizes perversas no futuro da carreira profissional desses indivíduos. Por isso, atina-se para a urgência de ações públicas para que esse quadro seja revertido o quanto antes.

Dentre as ações capazes de viabilizar a reversão desse quadro, certamente, a qualificação profissional é um caminho promissor. Nessa perspectiva, são necessárias medidas que facilitem a inserção do jovem no mercado de trabalho, as quais devem contemplar tanto a política pública de emprego, em seu eixo *geração de emprego*, quanto a política de educação, no eixo *profissionalização*, tendo em vista a imprescindibilidade de aproveitamento das capacidades e potenciais desses indivíduos, que são o futuro de capital humano e de desenvolvimento econômico nacional.

3.5 Mercado de trabalho e participação dos jovens na força de trabalho em Teresina

Segundo o último Censo do IBGE, realizado em 2020, o Piauí possuía uma população estimada de 3.281.480 pessoas (IBGE/CIDADES, 2020). Desse total, os jovens são um dos públicos mais atingidos pelo desemprego, haja vista os poucos caminhos existentes para o ingresso no trabalho formal.

Estimativas da PNAD Contínua dos anos de 2019 e 2020 dão conta de que entre as atividades principais de ocupação de mão de obra para pessoas de 14 anos ou mais, ganha destaque o comércio, seguido do serviço público, da administração pública e da agricultura (IBGE/PNAD, 2021), como demonstra a Quadro 4.

Quadro 4 – Principais atividades de ocupação de mão de obra no Piauí (1º trimestre 2019-2020)

1º TRIMESTRE 2019/2020	
Principais atividades de ocupação de mão de obra para pessoas com 14 anos ou mais	1º Comércio
	2º Serviço público e administração pública
	3º Agricultura

Fonte: elaborado pela autora, com base em IBGE - PNAD Contínua (2020).

Especificamente em Teresina, cuja população estimada em 2021 era de 871.126 pessoas, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2019 era de 2,7 salários-mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 35,1%, o equivalente a 303.921 pessoas (IBGE/CIDADES, 2021).

Acompanhando os dados estaduais, depreende-se que o grande sustentáculo da economia também tem sido o setor terciário, ou seja, as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, responsável por mais de 52,9% dos empregos gerados no município, além da tradicional força da Administração Pública nas esferas federal, estadual e municipal, e do comércio varejista. Outras atividades que merecem destaque são os setores da educação e saúde, devido à demanda proveniente de outras cidades do Piauí e de estados vizinhos (PPA-2018-2021/TERESINA, 2021).

A consolidação de novos polos comerciais na zona leste, envolvendo os *Shopping Centers* Teresina, Rio Poty e *Riverside Walk*, e em outras áreas do município, além de empresas de *call center*, como a Almax do Brasil e *Vikstar*, destacam-se como importantes atividades do setor terciário (PPA-2018-2021/TERESINA, 2021).

Segundo informações contidas no site da PMT, os postos de trabalho que mais cresceram no município foram nas operadoras de *telemarketing*, em razão dos incentivos fiscais

oferecidos pela Prefeitura, por força da Lei Municipal nº 4.410, aprovada pela Câmara de Vereadores em maio de 2013. Desde então, foram mais de 12,4 mil empregos registrados no setor. Dentre esses profissionais, a predominância é a força de trabalho mais jovem, na faixa dos 18 aos 24 anos de idade (PMT, 2016).

No entanto, a juventude é um público caracterizado principalmente pela falta de experiência e pouca qualificação profissional, o que já contribui para o desafio de acesso ao primeiro emprego, porquanto a maioria das empresas exige experiência como pré-requisito para o preenchimento de uma vaga (OLIVEIRA; BATISTA, 2017; OLIVEIRA; SOUSA, 2013).

Em Teresina, a maioria dos jovens acaba sendo “abraçada” apenas por empregos mal remunerados e precários – como é o caso das empresas de *call center*, que tradicionalmente empregam as ditas “minorias sociais” –, evidenciando os poucos caminhos existentes para o ingresso de jovens no trabalho formal no município. Além disso, nota-se uma indução à precarização do trabalho dos jovens, pois de forma geral, as medidas de geração de empregos foram concentradas no incentivo às empresas de *call center* se instalarem na cidade. Conseqüentemente, houve a criação de “oportunidades” de emprego para jovens, como vagas para operadores de *telemarketing* que, segundo Nogueira (2020, p. 249), é uma atividade laboral bastante precária:

o telemarketing é dos setores em que mais se empregam mulheres, negros e LGBTs, sendo uma rotina exaustiva e pesada. Como exemplos: o ritmo alucinante de trabalho; a ausência de pausas para recuperar o organismo; metas de produtividade desgastantes (tempo médio de atendimento - TMA - ou tempo médio operacional - TMO); os movimentos repetitivos; a pressão constante de supervisores com controle rígido do trabalho; a insalubridade do ambiente de trabalho; a inadequação do mobiliário e dos equipamentos; a postura estática etc.

Diante desse panorama, a qualificação profissional possui papel preponderante para os jovens, pois a falta de experiências profissionais anteriores é vista como ponto negativo para quem disputa uma vaga. Logo, o jovem que deseja ser contratado sem experiência em outros nichos empresariais (farmácias, supermercados, comércio varejista, clínicas, dentre outros), no município de Teresina, deverá apostar na qualificação para a área para a qual deseja se candidatar, tornando esse um fator imprescindível para garantir melhores chances na busca do primeiro emprego na cidade.

Acrescente-se a isso o novo cenário vivenciado no Brasil e no mundo como consequência da grande crise sanitária decorrente da pandemia do novo Coronavírus, que ampliou as dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho, em razão do aumento

do desemprego e do impacto negativo no mundo do trabalho.⁷ Em Teresina, seu efeito está sendo sentido de forma substancial. É o que mostra o Quadro 5: em 2020, Teresina totalizou um número de 70 mil desocupados com 14 anos ou mais de idade (IBGE/PNAD, 2021).

Quadro 5 – Pessoas desocupadas em Teresina com 14 anos ou mais de idade (1º trimestre 2018-2020)

Desocupados em Teresina com 14 anos ou mais de idade	1º TRIMESTRE		
	2018	2019	2020
	67 mil pessoas	59 mil pessoas	70 mil pessoas

Fonte: elaborado pela autora, com base em IBGE – PNAD Contínua (2020).

Os dados evidenciam que o desemprego, que já levantava alerta antes mesmo de a pandemia ter início, expandiu-se em termos absolutos com o novo cenário de crise sanitária. Nesse contexto, os jovens foram os mais atingidos, acompanhando os dados nacionais, segundo os quais a juventude foi o público mais afetado pelo desemprego dentre os grupos etários, no quarto trimestre de 2020, pois as pessoas de 14 a 17 (42,7%), de 18 a 24 anos de idade (29,8%) e de 25 a 39 anos (13,9%) tiveram taxa acima ou igual à média nacional (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020).

A taxa composta de subutilização da força de trabalho,⁸ como exposto no Quadro 6, foi maior em seis estados da Federação no 4º trimestre de 2020. Dentre eles, o Piauí ocupou primeiro lugar em relação à média nacional (IBGE/PNAD, 2020). Tal cenário favoreceu o acréscimo de maiores dificuldades para a inserção de jovens no mercado de trabalho formal teresinense.

⁷ A pandemia delimitou e ampliou o contingente de trabalhadores informais, desempregados, desalentados e empregados sem carteira assinada, aprofundando a precarização e a informalidade, atingindo, especialmente, os trabalhadores informais já precarizados, como é o caso de parcela significativa dos jovens brasileiros (LEITE, 2020).

LEITE, Kelly. C. A (in) esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. 1-18, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.

⁸Taxa composta de subutilização da força de trabalho, que é o percentual de pessoas desocupadas (desempregadas), subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada.

Quadro 6 – Taxa composta da subutilização da força de trabalho (%) das pessoas com 14 anos ou mais de idade, segundo as unidades da Federação que apresentaram estimativa acima de 40% (4º trimestre 2020)

Piauí	46,7%
Alagoas	46,6%
Maranhão	44,7%
Bahia	44,6%
Sergipe	44,4%
Rio Grande do Norte	40,3%

Fonte: elaborado pela autora, com base em IBGE - PNAD Contínua (2020).

Em razão disso, crescem em Teresina as discussões entre as autoridades públicas sobre soluções para a questão do desemprego, precipuamente entre o público jovem. Nesse sentido, uma audiência pública foi realizada no dia 30 de agosto de 2021, pela Câmara Municipal de Teresina, com proposta para discutir a execução de políticas públicas de emprego e renda.⁹ Na ocasião, debateu-se a possibilidade de criação de um sistema municipal de emprego e renda em Teresina – uma espécie de Sistema Nacional de Emprego (SINE) municipal, com o objetivo de identificar o perfil do jovem de que o mercado de trabalho precisa. Nesse caso, a FWF deverá assumir papel preponderante, evidenciando mais uma vez a importância da qualificação profissional para o sucesso do jovem no mercado de trabalho formal (JORNAL MEIO NORTE, 2021).

Isso posto, no próximo capítulo, a discussão aprofundará os conceitos da categoria *impacto social*, que será bastante utilizado para a análise dos dados desta pesquisa.

⁹ Foi proposta pelos vereadores Pollyana Rocha, Jeová Alencar, Fernanda Gomes, Cap. Roberval Queiroz, Levino de Jesus e Alan Brandão.

4 IMPACTO SOCIAL: CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA A SUA DEFINIÇÃO

Considerando que este estudo intencionou realizar uma análise do impacto social da ação de qualificação profissional para jovens no município de Teresina, nesta seção, busca-se compreender as perspectivas que abrangem o termo *impacto social*, desde a definição até a caracterização, com o intuito de situar o leitor quanto ao impacto social estabelecido no âmbito deste estudo, de modo a auxiliar a compreensão e análise dos achados da pesquisa, bem como o alcance das principais conclusões.

4.1 Impacto social: características e conceitos

A expressão *impacto* provém do latim *impactus*, que é o efeito direto resultante de uma ação, isto é, a consequência de dado esforço para atingir um fim estabelecido. Contudo, há uma grande diferença entre o termo *impacto* e a expressão *impacto social*, pois o impacto, por si só, refere-se à influência sobre diversos contextos; por outro lado, impacto social implica as consequências sociais que uma intervenção deverá resultar, podendo envolver o âmbito familiar, laboral, a saúde mental, o rendimento dos indivíduos atingidos, entre outras consequências (BONILLA, 2007).

Portanto, impacto social é o conjunto de mudanças sociais produzidas por uma intervenção, seja de programas, projetos ou investimentos sociais. “[...] Estas mudanças podem ser intencionais e não intencionais, positivas e negativas, diretas e indiretas” (FABIANI *et al.*, 2018, p. 5). Nessa lógica, o impacto social pode ser muito mais amplo do que os objetivos iniciais de uma intervenção.

Segundo o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) (2019), o impacto que resulta em mudanças sociais concretas é produzido por programas ou projetos, e geralmente, seus efeitos têm natureza subjetiva, associada à ideia de transformação social. Isto é, para mensurar o impacto social de uma iniciativa, é necessário avaliar o quanto essa ação mudou a vida das pessoas envolvidas. Contudo, por vezes, esses dados não são quantitativos, mas qualitativos, daí a natureza subjetiva dos resultados. Com isso, denota-se um processo reflexivo, em que se investiga o alcance da iniciativa, no que tange às transformações sociais intencionadas inicialmente no planejamento das ações.

Mensurar o impacto social é um dos maiores desafios na atualidade para gestores de iniciativas no campo social. Contudo, cabe ressaltar que medir os resultados alcançados por essas iniciativas é essencial para a expansão de novos investimentos no campo social. Logo,

vislumbra-se a importância e necessidade de conceituar o termo *impacto social* para auxiliar na compreensão e análise de resultados provenientes de estudos dessa seara. No meio acadêmico, encontram-se diversas definições para esse conceito. O Quadro 7 destaca os principais conceitos e as definições relacionados ao termo.

Quadro 7 – Síntese dos principais conceitos de impacto social e termos relacionados

CONCEITOS	DEFINIÇÃO
Impacto social (BURDGE; VANCLAY, 1996)	Por impacto social entendem-se as consequências para a população de qualquer ação pública ou privada que modifique a forma de viver, de trabalhar, de conviver, de se organizar de forma a satisfazer as suas necessidades, e de estar em sociedade. Esse conceito inclui também impactos culturais que alterem as suas normas, os valores e as convicções.
Valor social (EMERSON <i>et al.</i> , 2000)	O valor social é criado quando os recursos, <i>inputs</i> , processos ou políticas são combinados para gerar melhorias nas vidas dos indivíduos ou da sociedade em geral.
Avaliação de impacto social (FREUDENBURG, 1986)	Avaliação de impacto social refere-se a avaliar (no sentido de medir ou sintetizar) uma vasta gama de impactos (ou efeitos, ou consequências) que são sentidos igualmente por um grupo, como resultado de um plano de ação.
Avaliação de impacto social (IAIA, 2009)	A avaliação de impacto social inclui os processos de análise, monitorização, gestão de consequências sociais intencionais e não intencionais, positivas ou negativas, de intervenções planejadas (políticas, programas, planos ou projectos) ou qualquer processo de mudanças sociais provocadas por essas intervenções.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Burdge e Vanclay (1996); Emerson *et al.* (2000); Freudenburg (1986); Iaia (2009 apud KAREN MASS, 2009, p. 48).

De forma geral, o impacto social refere-se aos efeitos que uma intervenção tem na comunidade, ou seja, a mudança ocorrida na sociedade em decorrência de dada intervenção. Pode ser visto como uma mudança no resultado de um processo que, em caso positivo, implica melhoria significativa, duradoura e sustentável nas condições ou características da população-alvo. Assim, “[...] o resultado final geralmente é expresso como um benefício de médio e longo prazo obtido pela população atendida” (BONILLA, 2007, p. 2).

De modo especial no Brasil, uma das definições que mais se destacam nessa área temática é a de Gilberto Filho, Kiyama e Comini (2013, p. 213), autores do livro *Negócios com impacto social no Brasil*, para quem impacto social são “[...] os efeitos de uma atividade no tecido social de determinada comunidade e suas influências no bem-estar dos indivíduos e famílias que a compõem”.

Em concordância com essa definição, Silva *et al.* (2017) consideram o impacto social como sendo as relações de causa-e-efeito, com desdobramentos, consequências e influências

sociais. Para os referidos autores, na visão prática, existem quatro dimensões de impacto social que são importantes para o entendimento e a promoção de impacto social positivo em iniciativas no campo social, como dispõe o Quadro 8.

Quadro 8 – Quatro dimensões de impacto social

1	Redução de condições de vulnerabilidade	A condição de vulnerabilidade refere-se à fragilidade a que uma pessoa fica exposta em situações de risco. Pessoas de baixa renda estão sujeitas a condições de vulnerabilidade com mais facilidade e frequência, especialmente em situações de crise (perda de bens, doenças, falecimentos e gravidez não planejada). Empreendimentos/iniciativas de impacto podem gerar efeitos como a proteção e prevenção de riscos futuros (de vida, saúde, trabalho e assistência funeral).
2	Ampliação de possibilidades de aumento de renda	O aumento de renda não deve ser entendido apenas como o aumento quantitativo de dinheiro, mas como a ampliação das possibilidades de escolha de um indivíduo de baixa renda, o que contribui também para a redução de sua condição de vulnerabilidade. Empreendimentos/iniciativas de impacto podem atuar no aumento das oportunidades de emprego estável ou na melhoria das condições de trabalho do microempreendedor.
3	Promoção de oportunidades de desenvolvimento	Pessoas de baixa renda são privadas de oportunidades que promovam o desenvolvimento de suas capacidades, o que as impede de utilizar seu pleno potencial. Empreendimentos/iniciativas de impacto podem promover oportunidades para que pessoas de baixa renda fortaleçam seu capital humano e social.
4	Fortalecimento da cidadania e dos direitos individuais	Pessoas de baixa renda podem estar privadas de direitos individuais básicos de vida, liberdade e segurança, como o acesso à moradia digna e regularizada. Empreendimentos/iniciativas de impacto podem contribuir para o fortalecimento da cidadania por meio de produtos e serviços essenciais para uma qualidade de vida digna.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Silva *et al.* (2017, p. 14).

Com base no Quadro 8, constata-se que o impacto social pode envolver aspectos como o aumento de renda, derivado de treinamento e assessoria técnica; o acesso a bens e serviços; e redução de vulnerabilidades, advindos do aumento de renda e de poder aquisitivo; a promoção de cidadania, que se relaciona com o reconhecimento e exercício de direitos básicos (vida, trabalho etc.), além de maior visibilidade e dignidade para setores de baixa renda, e grupos de indivíduos excluídos e não qualificados; e ao capital social, que diz respeito à construção do sentimento de pertencer a uma comunidade, isto é, trata-se de uma construção de rede social (confiança, reciprocidade e desenvolvimento de cooperação, fortalecimento de capacidades e elevação da autoestima) (SILVA *et al.*, 2017).

Todavia, em que pese a relevância das diversas definições até aqui trazidas, vale frisar a importância do conceito de impacto social trazido por Silva *et al.* (2017), que foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho e por essa razão, adotada no decorrer deste estudo.

Isso posto, no âmbito desta investigação, a perspectiva adotada refere-se aos resultados em torno de melhorias para as condições de vida dos jovens qualificados na FWF, ou seja, uma mudança significativa para o progresso social sobre o *status quo* da realidade laboral dos jovens teresinenses, o que inclui algumas categorias elencadas pela pesquisadora, como detalhado no Quadro 9.

Quadro 9 – Categorias englobadas na perspectiva de impacto social adotada na pesquisa

Inserção no mercado de trabalho formal	O jovem, por meio da qualificação profissional, conseguiu a “tão sonhada” inserção no mercado de trabalho formal?
Progresso econômico e realização pessoal	O jovem conseguiu um emprego economicamente estável e isso possibilitou melhorias em sua vida, como aquisição de bens e serviços necessários e valorizados socialmente?
Emancipação social	O acesso ao trabalho contribuiu para a cidadania do jovem, ou melhor, para a sua emancipação social, na medida em que por meio do trabalho, o homem constrói as condições de sua existência individual e social?

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Por conseguinte, a acepção aqui adotada alude à magnitude qualitativa na mudança do problema (desemprego) da população-alvo (jovens) em decorrência de dada ação (qualificação profissional). Portanto, diz respeito às consequências sociais induzidas em longo prazo pela ação de qualificar o jovem, tais como: acesso ao emprego; melhorias de vida; cidadania; e emancipação social. Então, a investigação abrange aspectos sociais que ultrapassam a questão do emprego, pois perpassa os efeitos esperados pela FWF – a inserção profissional – e alcança para a emancipação social.

4.2 Avaliação de impacto social

Em consonância com Brandão, Cruz e Arida (2014), a avaliação do impacto social diz respeito à investigação de mudanças em uma comunidade, uma população ou um território, em uma relação causal (entre a mudança e a variável), isto é, trata-se de alterações que são inteiramente geradas pelas ações de dada iniciativa social.

Portanto, um estudo de avaliação de impacto social deve apoiar-se tanto em aspectos que se referem às mudanças, à causa e ao efeito de uma ação – seja de um projeto, programa ou qualquer iniciativa no campo social – quanto deve se fundamentar em elementos metodológicos, temporais ou de território, como apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Atributos e naturezas da avaliação de impacto social



Fonte: Brandão, Cruz e Arida (2013, p. 6).

Nessa ótica, avaliar o impacto social é investigar as evidências, detectar e comprovar os impactos sociais produzidos por um projeto, programa, política, iniciativa ou negócio, isto é, mensurar as mudanças mais complexas na vida das populações do projeto. De acordo com o IDIS (2019), a avaliação de impacto social é uma ferramenta estratégica de muito valor, pois auxilia as organizações na detecção de dados e evidências valiosas que permitem não apenas refletir sobre o desempenho das ações adotadas, como também na validação, na correção ou no aprimoramento futuro da iniciativa social.

Com isso, é possível analisar a relação de causa e efeito entre as ações e os impactos gerados por elas, reconhecendo os aspectos que são fundamentais para impulsionar as transformações e os que não contribuem, que são limitadores e que criam obstáculos. Logo, avaliar o impacto social é muito mais do que mensurar, auxiliando os gestores a traçar estratégias que podem potencializar as transformações intencionadas no princípio, no planejamento e na delimitação dos objetivos da ação. Ademais, estudos avaliativos têm o potencial de fortalecer o diálogo com a comunidade impactada, auxiliando as organizações e os gestores a manterem um relacionamento transparente com os investidores e/ou o governo sobre a eficácia do investimento em dada demanda, podendo, inclusive, reivindicar políticas públicas e negociar a ampliação de programas sociais mais eficientes com base nos dados obtidos ao longo da avaliação (IDIS, 2019).

Por cúmulo, estudos de avaliação de impacto social “[...] não apenas monitoram resultados, adentram profundamente na relação de causa e efeito entre as atividades de um programa e os desdobramentos na vida das pessoas” (IDIS, 2019, p. 1).

De fato, essa pode ser uma atividade difícil, principalmente quando se trata de investigação de dados abstratos, como emancipação social, pois quando esse tipo de impacto é perceptível, pode ser muito desafiador mensurá-lo e traduzi-lo em termos quantitativos, demonstrando com isso a complexidade deste estudo.

Nesse sentido, ao idealizar e realizar esta investigação, lança-se o desafio de analisar o impacto social da ação de qualificação profissional na FWF para jovens. No próximo capítulo, explica-se de forma detalhada o percurso metodológico para os fins desta pesquisa.

5 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa. A discussão esclarece o caminho metodológico que a pesquisa desenvolveu, explicitando a abordagem utilizada, a natureza da investigação, ou seja, o tipo de pesquisa que fundamentou o estudo, o *lôcus* da pesquisa, os métodos utilizados, os instrumentos de coleta de dados, os participantes da pesquisa, a técnica de análise de dados, bem como as questões éticas do estudo.

5.1 Qualificação e método da pesquisa

A abordagem foi do tipo qualitativa, pois objetivou compreender “[...] o nível mais profundo dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores” do objeto investigado (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245).

Essa abordagem, possibilitou “[...] conhecer trajetórias de vida, experiências sociais de sujeitos para se conhecerem suas histórias, muito mais do que descrever um objeto, valores, crenças, costumes, significados, sentimentos e experiências” (MARTINELLI, 1994, p. 15).

Na abordagem qualitativa, a fala revela condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos, e possui a magia de transmitir representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (MINAYO; SANCHES, 1993).

Essa modalidade abriu um leque de possibilidades para uma apreensão mais acurada do objeto pesquisado, o que permitiu trabalhar com profundidade os fatos e significados do caso escolhido. Com isso, a abordagem qualitativa favoreceu a análise detalhada do fenômeno investigado, baseado em dados empíricos, verbais e visuais. Portanto, ensejou a extração, na fala dos participantes da pesquisa, de evidências que possibilitaram entender os impactos gerados pelos cursos de qualificação profissional para jovens no município de Teresina, a partir do caso dos egressos da FWF.

A pesquisa foi do tipo descritiva/explicativa, em razão do objetivo do estudo, que teve o intuito de desvelar o impacto social da ação de qualificação profissional ofertada pela FWF, em termos de inclusão no mercado de trabalho, e que efeitos práticos esse apoio educacional proporcionou aos jovens que recorreram à fundação.

Dessa forma, na medida em que a pesquisa descritiva “[...] descreve as características de uma determinada população ou um determinado fenômeno, e os interpreta” (RUDIO, 2002 apud COSTA, 2015, p. 36), e a pesquisa explicativa “[...] busca esclarecer que fatores

contribuem de alguma forma para a ocorrência de algum fenômeno” (COSTA, 2015, p. 36), certamente, acredita-se que essas tipologias foram as melhores escolhas para este estudo, que é uma investigação sobre os resultados gerados pelos cursos de qualificação profissional para a vida de jovens – se contribuíram para ascensão, emancipação social e melhoria de vida desses indivíduos após o término dos cursos.

O método de pesquisa foi o estudo de caso, “[...] que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

O estudo de caso é validado, consoante Yin (2001), no processo de triangulação, com a utilização de três fontes distintas: as fontes bibliográficas; as fontes documentais; e as entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Assim, “[...] baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados” (YIN, 2001, p. 32).

Isso porque o objeto deste estudo foi investigar o impacto social da qualificação profissional para jovens teresinenses, considerando que a qualificação profissional é uma das principais ações da política ativa de emprego, no que concerne ao combate ao desemprego.

Todavia, a impossibilidade de investigar todo o contexto do município levou à escolha do estudo do objeto averiguado, a partir do caso do impacto que os cursos de qualificação profissional da FWF têm sobre os jovens teresinenses, pois a instituição é o principal órgão público municipal na gestão das ações de qualificação profissional dos trabalhadores em Teresina.

Para mais, a instituição foi o caso escolhido porque as ações desenvolvidas são direcionadas principalmente para indivíduos de baixa renda, e o objetivo deste estudo é analisar o impacto na perspectiva das consequências sociais induzidas em longo prazo no que diz respeito à emancipação social, ou seja, o processo de transposição do estágio de vulnerabilidade social para a posição de emancipação do sujeito que se qualifica.

5.2 Técnicas, instrumento de coleta de dados e participantes da pesquisa

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de compreender os fenômenos a partir da construção de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais com uso de entrevistas, cuja “[...] grande vantagem é a interação entre o pesquisador e o entrevistado”, ou seja, com pessoas que tiveram experiências práticas e

vivenciam a realidade do problema pesquisado, mediante a análise de exemplos que estimulem a compreensão (COSTA, 2015, p. 49).

Nesse instrumento, a conversa é a mais natural possível, “[...] as perguntas não estão pré-formuladas, são feitas durante o processo e a ordem dos temas, tampouco está preestabelecida” (RICHARDSON, 2012, p. 210).

A técnica de entrevista utilizada foi semiestruturada, que permite um nível de liberdade ao pesquisador e um nível de aprofundamento das informações obtidas, sendo direcionada por um roteiro no qual constam pontos para a discussão, observando a melhor ordem de apresentação e contato com o entrevistado – dos aspectos mais simples aos mais complexos –, na tentativa de tornar a conversa mais espontânea possível (RICHARDSON, 2012).

Os entrevistados foram os jovens egressos da FWF, ou seja, indivíduos que já perderam o vínculo com a instituição. Esse fato foi determinante para o modo como as entrevistas foram conduzidas, tendo em vista o desafio de atrair esses indivíduos para a realização das entrevistas na instituição. O contexto atual decorrente da pandemia de COVID-19 adiciona outros desafios, como o próprio contágio pelo vírus. Como alternativa razoável, propôs-se a realização de entrevistas telefônicas individualmente com cada participante, com duração máxima de 30 minutos, com data e horário definidos conforme a disponibilidade dos sujeitos.

Em consonância com Schmidt, Palazzi, Piccinini (2020), entrevistas em meio ou ambiente virtual que envolve a utilização da internet ou do telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas etc.), possui pontos fortes, como a economia de recursos financeiros; redução de tempo na coleta de dados, pois não há necessidade de grandes deslocamentos; e maior segurança de participantes e pesquisadores frente ao contexto da pandemia. Adicionalmente, os participantes podem sentir-se mais confortáveis nessa modalidade, pela conveniência de estarem em suas próprias casas.

Apesar de as entrevistas terem sido realizadas por meio de ligação telefônica, o estudo foi realizado no âmbito da FWF, *lócus* oficial da pesquisa. A FWF é uma instituição pública de direito privado, sem fins lucrativos, integrante da administração indireta do município de Teresina, vinculada à PMT.

Os participantes da pesquisa foram os alunos egressos da FWF, dos cursos de qualificação profissional para o mercado de trabalho formal de Teresina. A instituição, todos os anos, oferece uma grade de cursos diferente, de acordo com as necessidades do mercado local no momento.

No âmbito desta pesquisa, selecionaram-se alunos de 18 a 29 anos, egressos dos principais cursos ofertados na instituição para o mercado de trabalho formal, nos anos de 2018

a 2021, quais sejam: assistente administrativo; assistente de recursos humanos; agente de portaria; balconista de farmácia; operador de caixa; operador de *call center*; operador de microcomputador; recepcionista em geral; vendedor; camareira em meios de hospedagem; inglês básico aplicado ao turismo; marketing em mídias sociais.

A amostragem foi não probabilística por quotas, pois a seleção dos elementos da população, ou seja, as categorias para compor a amostra dependem do julgamento da pesquisadora (COSTA, 2015).

Dessa forma, a seleção dos participantes da pesquisa foi realizada de acordo com o julgamento e pré-seleção da pesquisadora, tendo como parâmetros os elementos: ser jovem de 18 a 29 anos; egresso de cursos de qualificação da FWF nos anos de 2018 a 2021 para o mercado de trabalho formal de Teresina. Portanto, a quantidade de público a ser trabalhado toma como recorte uma amostra de 20 jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, egressos da FWF nos anos de 2018 a 2021 (quatro anos).

5.3 Técnica de análise de dados

O procedimento de análise de dados foi a análise de conteúdo, que é indicado para situações de “[...] análise de depoimentos de representantes de um grupo social para se levantar o universo vocabular desse grupo” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2012, p. 84).

Esse procedimento de análise de dados é caracterizado pela objetividade, sistematização e inferência, “[...] trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas etc.) e extrair os momentos mais importantes” (RICHARDSON, 2012, p. 224).

Na análise de conteúdo, o exame dos dados coletados é dividido em três etapas: a pré-análise; a análise em profundidade; e o tratamento refinado. Na etapa inicial, a pré-análise, promove-se uma leitura superficial do material, a fim de perceber as concepções e os conceitos mais utilizados pelos participantes da pesquisa. Na segunda etapa, a análise em profundidade, realiza-se a codificação e categorização das informações. Por último, na etapa final, envida-se um tratamento refinado das informações, a partir de temas que constituirão a unidade de significação para chegar ao resultado do estudo (RICHARDSON, 2012).

5.4 Aspectos éticos da pesquisa

Quanto aos aspectos éticos, esta pesquisa foi realizada em conformidade com a Resolução nº 466/2012, que trata de pesquisas e testes em seres humanos, e exige a obrigatoriedade de que os participantes ou representantes deles sejam esclarecidos sobre os procedimentos adotados durante toda a pesquisa, bem como sobre os possíveis riscos e benefícios. Essa resolução visa a assegurar os direitos e deveres dos participantes da pesquisa, e incorpora aspectos da bioética, como a autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, entre outros (BRASIL, 2012).

A pesquisa foi igualmente cumprida em conformidade com a Resolução CNS nº 510/16, que trata de procedimentos metodológicos característicos das áreas de ciências humanas e sociais. Essa resolução enfatiza a missão do Sistema CEP/CONEP, qual seja a proteção devida aos participantes das pesquisas, considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas (BRASIL, 2016).

Nessa perspectiva, lançou-se mão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é um registro burocrático de proteção aos interesses dos pesquisadores, e um instrumento de proteção aos participantes, no tocante ao direito à informação (DINIS, 2010).

Além disso, a pesquisa utilizou como parâmetro o comunicado divulgado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 5 de junho de 2020, com orientações para a apreciação de pesquisas de ciências humanas e sociais nos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) durante a pandemia do novo coronavírus, cuja indicação é que em pesquisas com coleta de dados *on-line*, é necessário destacar a importância de que uma cópia do TCLE assinada pelo pesquisador seja guardada pelo participante em seus arquivos, “[...] e especificar como será preservada a integridade e a assistência aos envolvidos na investigação nesses casos” (SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020, p. 964). Então, a pesquisa envolveu aspectos como a qualidade científica, o bem-estar dos participantes e o respeito à dignidade e aos direitos deles (FLICK, 2004).

Assim, o projeto de pesquisa deste estudo foi submetido à apreciação do CEP, conforme definido na Resolução CNS 510/2016, sendo aprovado sob Parecer nº 5.520.329, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 54897922.0.0000.5214 (Anexo A).

Cabe ressaltar que a pesquisa teve riscos, mesmo que mínimos, de desconforto e exposição em relação às perguntas da entrevista que envolveram condição de trabalho, desemprego, e/ou melhorias de vida após a conclusão dos cursos de qualificação profissional

da FWF. Ademais, riscos decorrentes da instabilidade do sinal telefônico, que poderia interromper a entrevista.

Porém, caso o entrevistado se sentisse desconfortável durante a pesquisa, poderia desistir a qualquer momento que desejasse, tendo sua vontade respeitada; e se a entrevista fosse interrompida por problemas relacionados à instabilidade do sinal, seria realizada em outro momento, conforme a disponibilidade e desejo do participante.

Não houve qualquer benefício direto. Apesar disso, a pesquisa pode contribuir com informações relevantes à literatura, visto que a pesquisadora se comprometeu a divulgar os resultados obtidos. Outrossim, atesta-se que o que foi constatado neste estudo ajudará a identificar o valor e a importância que a qualificação possui para a emancipação social de jovens, considerando que o emprego é fator determinante na vida de qualquer indivíduo, e nesse ponto, destaca-se a relevância desta investigação.

No próximo capítulo, promove-se a caracterização da instituição *lócus* da pesquisa para situar o leitor sobre o trabalho realizado na FWF.

6 CARACTERIZAÇÃO DA FWF

Este capítulo tem o intuito de caracterizar o funcionamento e a estrutura da FWF, e descrever as ações desenvolvidas na fundação, visando à qualificação profissional para jovens. Portanto, esta seção traz aspectos referentes à instituição, como lei, missão e objetivos; localização e edifício; parcerias; programas e projetos; centros de capacitação e cursos, além dos recursos.

6.1 Fundação Wall Ferraz (FWF)

A FWF é uma instituição pública de direito privado, sem fins lucrativos, integrante da administração indireta do município de Teresina, vinculada à PMT, e foi instituída pela Lei nº 2.586, de 1º de dezembro de 1997. Tem como missão primaz capacitar, qualificar e requalificar profissionalmente jovens e adultos do município, com vista a inseri-los no mercado de trabalho, favorecendo a inclusão social, autonomia econômica e a consequente geração de emprego e renda.

Segundo dados informados pela equipe da FWF de Assessoria Técnica e Planejamento, os objetivos básicos da instituição são:

- I. promover a capacitação profissional básica e específica da população carente de Teresina;
- II. difundir tecnologias e mecanismos necessários ao desenvolvimento de micro e pequenas unidades produtivas;
- III. estimular as iniciativas comunitárias em geral, especialmente nas áreas de habitação popular, saneamento, educação e saúde.
- IV. favorecer a educação formal, mediante a realização de docentes da rede municipal e estadual de ensino em seus conhecimentos científicos e tecnológicos. (PMT, 1997).

A instituição está situada na praça Marechal Deodoro da Fonseca (praça da Bandeira), esquina com a rua Firmino Pires, principal núcleo histórico de Teresina, na área central da cidade. O prédio que hoje ocupa a sede da FWF antes sediava a antiga intendência do município, também chamado de *paço municipal*, repartição onde o intendente exercia suas funções, as quais hoje são dadas ao prefeito, chefe do Poder Executivo Municipal.

A FWF estabelece parcerias por meio de acordos e convênios de cooperação técnico-financeira firmados com instituições públicas e privadas, setor empresarial, órgãos da sociedade civil – o que inclui parcerias com associação de moradores, conselhos comunitários, grupos de

mães, igrejas, entre outros. Essas parcerias com organizações sociais visam à execução de cursos em áreas onde a FWF não possui atendimento.

As parcerias com o setor empresarial possibilitam aos jovens e adultos qualificados aptidão para assumir oportunidades do mercado de trabalho por meio do Programa Balcão do Trabalhador, cuja função é captar vagas de trabalho e encaminhar principalmente pessoas qualificadas pelos cursos da FWF.

6.2 Programas e projetos

A instituição tem também em seu organograma outros programas e projetos de qualificação e requalificação profissional, que podem ser tanto de natureza permanente quanto circunstancial, isto é, voltados para demandas eventuais e específicas de determinada comunidade ou categoria profissional, como expõe o Quadro 10.

Quadro 10 – Programas e projetos desenvolvidos pela FWF

Profissionalizar Teresina	Dirigidos a jovens e adultos em geral para a formação socioprofissional em áreas demandadas pelo mercado. Prepara o trabalhador para a conquista de oportunidades no mundo do trabalho, seja por meio do trabalho formal e/ou de iniciativa autônoma.
Profissionalizar Mulher	Voltado às mulheres incluídas em programas sociais. Visa à profissionalização para inseri-las no mercado de trabalho ou iniciativa autônoma para geração de renda, fomentando a autonomia produtiva. Conta com o apoio da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (SMPM).
Profissionalizar para Inserir	Voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, a exemplo de dependentes químicos, mulheres vítimas de violência, população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer ou Questionadores e Intersexo (LGBTQI), população em situação de rua, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas etc.). Visa a profissionalizar para a inclusão social e produtiva.
Projeto Qualificatur	Capacita e qualifica os operadores do turismo, visando à melhoria dos serviços associados ao setor, para buscar a excelência no atendimento aos turistas locais, nacionais e estrangeiros. Conta com parceria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC).
Qualifica Teresina	Programa de rádio semanalmente transmitido às segundas-feiras, às 9h. Objetiva informar à sociedade teresinense sobre ações e serviços da FWF, e as atuais dinâmicas do mundo do trabalho. Conta com a parceria da Rádio FM Cultura.
Ação Cidadania	Promove a ampliação da cidadania por intermédio da realização de oficinas laborativas, minicursos, serviços de embelezamento em eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura de Teresina, além de divulgação e comercialização dos produtos resultantes dos cursos de capacitação da FWF.
Balcão do Trabalhador	Serviço de orientação profissional e intermediação junto ao mercado de trabalho local dirigido às pessoas qualificadas pelos cursos da FWF e pelas instituições parceiras.

Feira de Empregos e Negócios	Feira anual realizada pela FWF, em parceria com empresas e órgãos do poder público, que reúne oportunidades de trabalho, exposição de produtos resultantes de cursos da FWF e <i>workshop</i> de atualização profissional.
------------------------------	--

Fonte: Fundação Wall Ferraz – Assessoria Técnica e de Planejamento (2021).

6.3 Centros de capacitação, cursos e recursos

No que tange os cursos, a instituição realiza suas ações em 12 centros de capacitação profissional localizados em diferentes bairros de Teresina, polarizando as atividades socioeconômicas regionais, além de outros locais cedidos por entidades parceiras, ofertando cursos nas áreas de alimentação; artesanato; confecção têxtil; idiomas; gestão e negócios; ambiente e saúde; infraestrutura; controle e processos industriais; turismo/hospitalidade e lazer; e informática (FWF, 2021).

O Quadro 11 mostra os centros de capacitação profissional da instituição.

Quadro 11 – Centros de capacitação profissional da FWF

CENTROS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
Centro de Capacitação Profissional da Vermelha
Centro de Capacitação Profissional da Redenção
Centro de Capacitação Profissional do Parque Alvorada
Centro de Capacitação Profissional do Dirceu
Centro de Capacitação Profissional do Matadouro (Sede adm. do Projeto Lagoas do Norte)
Centro de Capacitação Profissional do Poty Velho
Centro de Capacitação Profissional do Itaperu
Centro de Capacitação Profissional da Cerâmica Cil
Centro de Capacitação Profissional do Leonel Brizola
Centro de Capacitação Profissional do Parque Brasil
Centro de Capacitação Profissional do Satélite
Centro de Capacitação Profissional da Piçarreira

Fonte: Fundação Wall Ferraz – Assessoria Técnica e de Planejamento (2021).

Todos os anos, a instituição oferece uma grade de cursos diferentes, de acordo com as demandas do mercado local atual. Nos últimos quatro anos (2018 a 2021), dentre os principais cursos ofertados pela FWF, voltados para o mercado de trabalho formal, destacam-se:

- 1) Balconista de farmácia;
- 2) Cuidador de idoso;
- 3) Confeção do vestuário e modelagem;
- 4) Assistente administrativo;
- 5) Assistente de recursos humanos;
- 6) Operador de caixa;
- 7) Operador de *call center*;
- 8) Recepcionista;
- 9) Vendedor;
- 10) Agente de portaria;
- 11) Bombeiro hidráulico;
- 12) Eletricista predial;
- 13) Pintor predial;
- 14) Camareira em meios de hospedagem;
- 15) Mecânica de moto;
- 16) Aplicador de revestimento cerâmico, entre outros.

Esses cursos são enquadrados em cursos de FIC, isto é, de curta duração, gratuitos e abertos ao público. Portanto, são cursos voltados à formação de trabalhadores para inserção e reinserção do mercado de trabalho, independentemente do nível de escolaridade, conforme propõe o Art. 42 da LDB (BRASIL, 1996).

Tais cursos buscam promover a formação de trabalhadores de acordo com as demandas do mercado local, regional e nacional, tendo em vista a necessidade de aumentar a escolaridade para inserção produtiva. Assim, a FWF oportuniza qualificação ao público teresinense, principalmente jovens e adultos de baixa renda, fomentando a inclusão socioproductiva, geração de renda e melhoria de qualidade de vida (FWF, 2021).

Ademais, incentiva os egressos dos cursos, realizando eventos cuja finalidade é divulgar produtos por eles confeccionados (quando se trata de cursos voltados para o empreendedorismo) e promover sua comercialização.

A constante busca por inovação é a marca registrada da instituição, que desenvolve seus cursos em conformidade com as exigências do mercado de trabalho atual. A título de exemplo, está em processo de criação o Centro de Referência em Resíduos Eletroeletrônicos de Teresina, que capacitará jovens e adultos em cursos na área de informática, montagem, manutenção e

reciclagem de resíduos eletroeletrônicos, com o objetivo de promover novas oportunidades de trabalho no mercado da reciclagem, visando à sustentabilidade do planeta.

Quanto aos recursos para manutenção e funcionamento da FWF, são obtidos por meio de dotações consignadas no orçamento do município, subvenções e auxílios dos poderes públicos, ou mediante convênios firmados com empresas de qualquer natureza (FWF, 2021). Recentemente, também foram firmados convênios com os Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Trabalho.

Vale ressaltar que a Fundação é a única instituição qualificada para receber recursos decorrentes de multas aplicadas pelo Ministério Público Federal do Trabalho, o que demonstra o reconhecimento dos organismos federais pelas atividades desenvolvidas por esse órgão. Outrossim, nos últimos anos, a FWF tem se destacado no cenário nacional como referência em capacitação e qualificação profissional. É justamente acerca do impacto social das ações de qualificação profissional que o próximo capítulo discorrerá, analisando os dados achados da pesquisa.

7 O IMPACTO SOCIAL DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE TERESINA: ESTUDO DE CASO NA FWF

Este capítulo apresenta informações, dados e resultados da pesquisa de campo realizada junto a 20 alunos jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, egressos da instituição FWF, *locus* escolhido para esse estudo. Primeiramente, ostentam-se as informações gerais sobre como ocorreu a pesquisa, isto é, o primeiro contato com os entrevistados; posteriormente, expõem-se os resultados da coleta de dados, concomitantemente com a análise e discussão dos achados da pesquisa.

7.1 O desvelar da pesquisa de campo: o primeiro contato com os entrevistados

Para analisar o impacto social que a qualificação profissional produz na vida de jovens a partir da FWF, a proposta inicial deste estudo era a realização de dez entrevistas via *Google Meet* com alunos de 18 a 25 anos que concluíram cursos de qualificação na instituição entre os anos 2016 a 2020. Contudo, haja vista alguns empecilhos na própria instituição, que impediram a pesquisadora de selecionar as fichas cadastrais dos alunos nesse recorte temporal e de idade, foi necessário fazer algumas modificações no recorte geral da pesquisa: a quantidade de anos de 2016 a 2020, para o interstício de 2018 a 2021, pois as fichas cadastrais que a instituição forneceu, referentes aos anos de 2016 e 2017, não continham dados como data de nascimento, o que inviabilizou a seleção da amostra de jovens anteriormente estipulada.

Por esse motivo, a pesquisadora viu a necessidade de modificar o recorte temporal. Para compensar a redução dos período para quatro anos (2018 a 2021) – e não mais cinco anos, como na proposta anterior –, aumentou-se o tamanho da amostra e a faixa etária de jovens de 18 a 25 anos para 18 a 29 anos, com o intuito de ampliar a quantidade de sujeitos com quem a pesquisadora entraria em contato, abrangendo mais participantes, ou seja, 20 alunos jovens.

Nesse ínterim, a pesquisadora teve de submeter uma emenda ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), informando as modificações realizadas no projeto, o que atrasou em alguns meses a pesquisa. Superando todas essas intercorrências, finalmente, a coleta de dados foi iniciada durante os meses de julho e agosto do ano de 2022.

Dentre as fichas disponibilizadas pela FWF, selecionaram-se as fichas com os contatos dos alunos egressos com o perfil do estudo, resultando em seis entrevistas com alunos jovens egressos de cursos realizados no ano de 2018; quatro do ano de 2019; apenas três do ano de 2020; e sete do ano de 2021, totalizando vinte entrevistados, como detalha a Tabela 2.

Tabela 2 – Dados gerais, com base no recorte temporal da pesquisa (n°)

QUANTIDADES	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Fichas disponibilizadas pela FWF	28	53	14	46	141
Alunos com o perfil do estudo	20	18	6	26	70
Ligações efetuadas	15	18	6	20	59
Alunos entrevistados	6	4	3	7	20

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

O formato das entrevistas foi igualmente adaptado. A coleta de dados foi realizada por meio de ligações telefônicas com os alunos. Isso porque como se trata de alunos egressos, tornou-se difícil o contato com eles, inviabilizando a pesquisa via *Google Meet* – a proposta inicial.

Nos dias atuais, devido à existência de muitos golpes *cibernéticos*, há uma onda de desconfiança na população, daí porque foi necessário um processo bem delicado de informação da pesquisa, de modo que a pesquisadora esclareceu todos os riscos e benefícios do estudo, aspectos éticos etc., a fim de esclarecer todos os pontos da pesquisa, deixando os participantes seguros para fornecer as informações que a pesquisadora posteriormente demandou. Ainda assim, a coleta de dados teve altos e baixos, pois muitos alunos desligavam a ligação no meio da abordagem; em outros casos, o contato informado não mais pertencia ao aluno; e muitos também trabalhavam em horário comercial, dificultando ainda mais a comunicação.

O TCLE foi enviado para os entrevistados pelo aplicativo *WhatsApp*, que é bastante difundido pela população atualmente. O formato das entrevistas realizadas por telefone foi amparado legalmente pelo comunicado divulgado pela CONEP (2020) em 5 de junho de 2020, com orientações para a apreciação de pesquisas de ciências humanas e sociais nos CEPs durante a pandemia do novo coronavírus. Nesse comunicado, indica-se que em pesquisas com coleta de dados em meio ou ambiente virtual envolvendo a utilização da internet ou telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas etc.), é necessário enviar o TCLE assinado pelo pesquisador para o participante, e explicar a importância de guardar uma cópia desse documento em seus arquivos para eventuais necessidades.

Por oportuno, salienta-se que foram entrevistados apenas quatro e três alunos, respectivamente, dos anos de 2019 e 2020, quando a pandemia atingiu um momento agudo em que a oferta e procura de cursos de qualificação na FWF foram significativamente reduzidas, impactando no número de alunos matriculados e posteriormente aprovados.

À vista disso, foram poucas as fichas disponibilizadas pela FWF desses anos para a pesquisadora, repercutindo, ainda, em uma redução também na quantidade de alunos com o perfil do estudo nesses anos e, conseqüentemente, menor número de alunos entrevistados em 2019 e 2020. Quanto ao gênero dos participantes, observa-se que a maioria é do sexo masculino: foram onze entrevistados homens, e nove mulheres.

Tabela 3 – Dados referentes ao gênero dos entrevistados (n°)

GÊNERO	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Feminino	3	1	1	4	9
Masculino	3	3	2	3	11

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

No que se refere à idade, mesmo com o recorte delimitado pelo estudo – de 18 a 29 anos –, notou-se que a maioria dos alunos entrevistados possuíam na data da entrevista entre 24 e 26 anos, demonstrando que se trata de jovens adultos¹⁰ (PEIXOTO *et al.*, 2020, p. 47949).

No recorte da pesquisa, não foi definida uma grade de cursos específica que os alunos deveriam ter realizado. Durante o processo de seleção das fichas junto à FWF, selecionaram-se fichas de alunos aprovados em cursos diversos. Então, o critério definido foi apenas que os cursos estivessem voltados para o mercado formal de trabalho de Teresina. Nessa seleção, escolheram-se alunos que realizaram cursos de Operador de *call center*; Eletricista predial; Agente de portaria; Marketing e mídias sociais; Operador de caixa; Rotina administrativa; Atendimento em farmácia; Operador de micro; e Recepcionista em serviços de saúde. Cabe sublinhar que todos esses cursos têm exigência de escolaridade de, no mínimo, ensino médio completo, com exceção dos cursos de Agente de portaria e Eletricista predial, que exigem apenas o ensino médio incompleto.

As ligações tiveram duração média entre 10 e 15 minutos. Muitos demonstraram desconfiança e receio em um primeiro momento, daí porque a pesquisadora precisou lançar mão de estratégias para prender a atenção dos participantes no início da abordagem e durante a ligação, explicando o teor da pesquisa, que os contatos dos alunos foram fornecidos pela FWF, que se tratava de uma pesquisa com fins acadêmicos e científicos, mas que todas as informações

¹⁰ Jovem é o público compreendido entre 15 e 29 anos, subdividido em subgrupos, estabelecidos em: “[...] 15 a 17 anos – jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; 24 a 29 anos – jovem adulto” (PEIXOTO *et al.*, 2020, p. 47949).

PEIXOTO, Roberta de A. *et al.* Conceituando juventude (s) a partir de um diálogo com a síntese de indicadores sociais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 47947-47955, 2020.

obtidas seriam preservadas sob extremo sigilo, mantendo a integridade e os direitos dos participantes, caso concordassem em participar do estudo.

Além disso, a pesquisadora procurou sempre esclarecer o comprometimento em divulgar os resultados obtidos, além de frisar a relevância do estudo para a sociedade teresinense, e a importância que a qualificação possui para a emancipação social de jovens, considerando que o emprego é fator determinante na vida de qualquer indivíduo.

A Tabela 4 demonstra uma síntese dos dados gerais das entrevistas com cada aluno, sendo ocultadas as suas identidades como forma de manter o sigilo das informações. Cada um dos 20 entrevistados no âmbito deste estudo recebeu a denominação de A1 a A20, respectivamente.

Tabela 4 – Dados referentes aos entrevistados: idade, curso realizado, data, horário e duração das entrevistas, respectivamente

	IDADE	CURSOS	DATA	DURAÇÃO
A1	25 anos	Operador de <i>call center</i>	28/07/2022	13m1s
A2	26 anos	Eletricista predial Operador de <i>call center</i> Agente de portaria	28/07/2022	10m36s
A3	22 anos	Marketing e mídias sociais Operador de caixa	29/07/2022	13m51s
A4	26 anos	Marketing e mídias sociais Operador de micro	01/08/2022	12m22s
A5	25 anos	Rotina administrativa Atendimento em farmácia Marketing e mídias sociais	01/08/2022	8m59s
A6	24 anos	Agente de portaria	01/08/2022	15m58s
A7	29 anos	Rotina administrativa Recepcionista em serviços de saúde	02/08/2022	11m48s
A8	25 anos	Agente de portaria	02/08/2022	12m45s
A9	27 anos	Agente de portaria Eletricista predial	03/08/2022	10m58s
A10	26 anos	Agente de portaria	03/08/2022	12m05s
A11	23 anos	Recepcionista em serviços de saúde	03/08/2022	11m36s
A12	25 anos	Atendimento em farmácia Recepcionista em serviços de saúde Rotina administrativa	03/08/2022	13m48s
A13	24 anos	Operador de micro Rotina administrativa	04/08/2022	10m51s

A14	28 anos	Rotina administrativa	04/08/2022	10m15s
A15	25 anos	Atendimento em farmácia	04/08/2022	11m03s
A16	29 anos	Agente de portaria	04/08/2022	12m57s
A17	24 anos	Operador de <i>call center</i>	05/08/2022	11m01s
A18	23 anos	Operador de <i>call center</i>	05/08/2022	09m56s
A19	25 anos	Operador de caixa Operador de <i>call center</i>	05/08/2022	10m18s
A20	28 anos	Agente de portaria	06/08/2022	12m03s

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

7.2 O percurso das entrevistas: análise e discussão dos achados da pesquisa

Nesta seção, detalham-se as informações obtidas durante o processo de coleta de dados, concomitantemente com a análise e discussão dos achados da pesquisa. Nesse ensejo, as informações foram correlacionadas com os objetivos específicos do estudo, com o intuito de extrair evidências para analisar o impacto social da ação de qualificação profissional para jovens da FWF de 18 a 29 anos em Teresina.

7.2.1 Contribuições dos cursos de qualificação profissional da FWF para o aumento de renda e melhores condições de vida para os jovens egressos

Identificar os resultados gerados pelos cursos de qualificação profissional para a vida de jovens alude a muitos aspectos, que ultrapassam questões sobre a condição de emprego. É claro que a inserção no mercado de trabalho é o resultado mais esperado, porém, para além disso, identificar os resultados gerados por tais cursos requer perceber questões que ultrapassam apenas a inserção, mas abrangem também a permanência no mercado de trabalho, a relação causa e efeito entre a qualidade do curso, o nível de aprendizado, a colocação no mercado formal e, ainda, a qualidade de tais postos de emprego – que em muitos casos, perpassam a precariedade. Por essa razão, durante as entrevistas, foram lançadas perguntas que englobaram desde aspectos sobre condição de emprego dos egressos, a outros correlativos entre a qualidade dos cursos e a inserção no mercado de trabalho formal de Teresina.

Quando questionado aos participantes se *após concluir o curso na FWF, você conseguiu um emprego no mercado de trabalho formal de Teresina?*, dos vinte entrevistados, onze responderam que sim, mas não imediatamente após o término dos cursos, pois demoraram, em média, de seis a dez meses para conseguir uma colocação no mercado formal de trabalho do

município. Desses onze, todos relataram que foi o seu primeiro emprego, mas apenas três informaram que foi na atividade para a qual foi qualificado (Operador de *call center* e Operador de caixa), isto é, dentro da área do curso realizado na FWF; outros oito responderam que estão trabalhando em outras áreas, diferentes do ramo do curso realizado.

Nesse contexto, dos vinte alunos entrevistados, nove responderam que infelizmente não conseguiram se empregar após a conclusão do curso, como detalha a Tabela 5.

Tabela 5 – Condição de emprego dos egressos após a conclusão do curso de qualificação na FWF

	Você conseguiu um emprego no mercado de trabalho formal de Teresina?	Se SIM, foi seu primeiro emprego?	Se SIM, foi na atividade para a qual foi qualificado?
Sim	11	11	3
Não	9	-	8

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Os dados demonstram que a qualificação da FWF contribuiu para o alcance dos egressos da inserção no mercado de trabalho formal, inclusive para conseguir o primeiro emprego, impactando positivamente suas vidas. Contudo, tal impacto não se deu de forma direta, pois o emprego conquistado no mercado de trabalho formal de Teresina, na maioria dos casos, foi em área diferente da atividade para o qual foi qualificado o egresso, evidenciando que o curso contribuiu indiretamente para a isenção, favorecendo mais no aspecto empregabilidade dos entrevistados.

Esse fato corrobora os dados constatados quando indagado aos participantes se *o curso facilitou o seu ingresso no mercado de trabalho formal?*, pois dos vinte alunos entrevistados, onze responderam que sim, o curso facilitou seu ingresso no mercado de trabalho formal; enquanto outros nove responderam que não.

Os onze que relataram que o curso favoreceu o ingresso no mercado formal – embora a maioria não tenha conseguido emprego, especialmente na área para o qual foi qualificado – disseram que a aquisição do conhecimento do curso incrementou o currículo com habilidades adicionais, a exemplo de: melhora no discurso (falar em público); trabalhar em equipe; conhecimento básico em informática etc., ampliando as chances de assertividade na hora das entrevistas, contribuindo, pois, para a empregabilidade.

Um exemplo é A2, que realizou o curso de Eletricista predial, Operador de *call center* e Agente de portaria, e conseguiu uma colocação no mercado de trabalho formal como frentista

em posto de gasolina. Esse egresso relatou que “[...] o diferencial foi na parte de computação que eu aprendi no *telemarketing*, que eu desenrolo no meu atual trabalho, me ajudou na entrevista, contribuiu no currículo, com certeza (A2, 2022)”.

Por sua vez, A1 assim se manifestou: “Hoje não trabalho na área, trabalho como auxiliar de laboratório, mas vez e outra eu sou designado para trabalhar na área, me ajudou bastante mesmo, só tenho a agradecer, nada a reclamar (A1, 2022)”.

A Tabela 6 demonstra esses dados em números.

Tabela 6 – Relação causa e efeito entre qualificação dos egressos e ingresso no mercado de trabalho formal de Teresina

O curso facilitou o seu ingresso no mercado de trabalho formal?	
Sim	11
Não	9

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Diante de um contexto laboral com taxas de ocupação significativamente reduzidas, ferramentas que aumentam a empregabilidade dos trabalhadores são de grande valia, porquanto o aumento da empregabilidade contribui para o sucesso na inserção e permanência no mercado de trabalho. Resgatando o conceito de empregabilidade, apreende-se que ela reúne vários aspectos, como habilidades, competências e atitudes que são valorizadas pelas organizações e fazem a diferença para a atualização profissional e o conhecimento do trabalhador, correspondendo em vantagem competitiva para os que não têm experiência profissional, em relação aos que possuem experiência (QUEIROZ; MESQUITA; ISNARD, 2020).

Adicionalmente, esse conhecimento ultrapassa as barreiras do conhecimento formal, mas abrange também aspectos como postura, discernimento, uso de vocabulário adequado, boa interação interpessoal etc. Diz respeito, pois, à capacidade do trabalhador de manter-se profissionalmente atualizado e conectado com as novas tendências e necessidades do mercado de trabalho (MENDONÇA *et al.*, 2020).

Sem embargo, mesmo que o trabalhador possua todos esses atributos, não está garantida a sua inserção no mercado de trabalho formal, pois é necessário um condicionante principal: a existência de postos de trabalho. Concomitantemente, sem fortes ações de uma política de geração de empregos que procure absorver o excedente de mão de obra, os trabalhadores, mesmo investindo em qualificação, continuarão desempregados.

É o caso de alguns dos entrevistados egressos da FWF: ao todo, nove deles explicitaram

que continuam desempregados mesmo após a realização de cursos de qualificação. Um exemplo é A3, que relatou que mesmo com a aquisição do curso, que contribuiu de certa maneira com o seu conhecimento teórico, para atualização profissional e reforçar as competências formais do currículo, infelizmente, não conseguiu se empregar formalmente.

Infelizmente não consegui me inserir no mercado formal. O negócio é que até agora ninguém me deu oportunidade de trabalhar, sabe? E aí eu tô nessa, entregando currículo em vários lugares e até agora nada de ser chamado [...] até agora, o máximo que eu consegui foi algumas entrevistas, em um lugar ou outro, mas até agora, nada. (A3, 2022).

Observou-se que a maioria dos egressos entrevistados realizou dois ou mais cursos na instituição FWF, isto é, eles têm investido em qualificação, mas ela sozinha não garante a inserção no mercado de trabalho.

Ao analisar a perspectiva dos egressos sobre quais motivos incidem para a permanência no desemprego, mesmo após realização de cursos de qualificação profissional, constataram-se vários motivos, que se dividem em: 1. falta de oportunidades; 2. exigência das empresas de experiência profissional comprovada; 3. fraco crescimento econômico local (como insuficiência de grandes empresas/indústrias para absorver o excedente de mão de obra). Acrescenta-se a isso que alguns egressos incluíram como condicionante fundamental para o sucesso no mercado de trabalho a necessidade de indicação, isto é, possuir um amigo ou conhecido no local de seleção, correspondendo em um aspecto cultural típico na sociedade brasileira, denominado de “jeitinho brasileiro”¹¹ (HOLANDA, 2015; EGITO; MONTEIRO, 2018).

Apesar de tantas ressalvas que para os próprios egressos, são necessárias para o pleno sucesso no mercado de trabalho formal, a maioria acredita que a qualificação é uma forma de “enriquecer o currículo”, pois na percepção dos entrevistados, o mercado de trabalho exige pessoas qualificadas e que se mantenham atualizadas.

¹¹Segundo Egito e Monteiro (2018, p. 138), *jeitinho brasileiro* “se trata de uma espécie de modo resolução fácil de problemas, uma maneira ainda que dinâmica e flexível de burlar as regras. O ‘jeitinho’ é exposto como um subproduto da burocracia e o formalismo e possuem características presentes na cultura nacional, podendo ser realizado através de favores por parte de quem se solidariza com a situação, ou até mesmo por meio da troca de bens financeiros e/ou materiais, levando em conta, contudo, o grau dessas trocas, porquanto, se exorbitantes, podem ser denominadas de corrupção. Igualmente, capacitados da ideia e sentido do que é o *jeitinho brasileiro*, é possível observar suas dimensões”.

EGITO, Rafaela Simões; MONTEIRO, Wilka Ferreira. O *jeitinho brasileiro*: analisando suas características como ferramenta de conveniência social. **Revista Estudos e pesquisas em administração (REPAD)**, v. 2, n. 2, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/6254/4747>. Acesso em: 2 set. 2022.

Um exemplo é A6, que respondeu que o curso realizado de Agente de portaria o auxiliou na aquisição de conhecimento teórico enquanto incremento no currículo, mas na prática, só conseguiu se sobressair no mercado de trabalho formal mediante a aquisição de competências e habilidades que ultrapassam os limites teóricos da qualificação. O egresso relatou que além do curso, também se amparou no auxílio e dicas de colegas da área.

Olha o curso em si, agente de portaria é interessante, mas a maioria do que eu coloquei em prática eu aprendi com os outros, no caso de segurança, também pelo fato que eu gosto muito da área militar, meu conhecimento também se deu por isso. (A6, 2022).

Ajudou de certa forma, eu cheguei a mandar os currículos para outro estado, que tinha a oportunidade de trabalho no caso de agente de portaria, e foi útil, mas era longe daqui, era em Brasília. Porque oportunidade de emprego aqui tá difícil, eu tava recorrendo a outros estados no sul do Brasil, mas aí serviu, porque apareceu essa oportunidade, um rapaz me indicou, aí eu trabalhei como agente de portaria mais na real eu vigiava as pessoas, era mesmo tipo um segurança, apesar de eu não ter o curso de segurança, aí eu aprendi direto mesmo com o pessoal lá, como é que eu faço, aí eu uni o útil ao agradável, então assim, foi útil nesse sentido, foi um acréscimo no meu currículo. (A6, 2022).

Com base em tais informações, constata-se que a qualificação profissional contribui para o ingresso no mercado de trabalho, suscitando o aumento da empregabilidade, fornecendo incremento teórico para o aluno, facultando conhecimentos, habilidades e competências requisitadas pelas empresas. Não obstante, sem o trabalho paralelo da gestão pública municipal, com ações amparadas por uma forte política de geração de empregos na cidade, a qualificação sozinha não garante sucesso na luta competitiva por inserção no mercado laboral.

Diante desse contexto, atina-se que as taxas de ocupação no município de Teresina são significativamente reduzidas em relação ao mercado laboral nacional. Em 2020, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 33.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, a posição era 1 de 224; em contraste com cidades de todo o País, ficou na posição 354 de 5570 (IBGE, 2022).

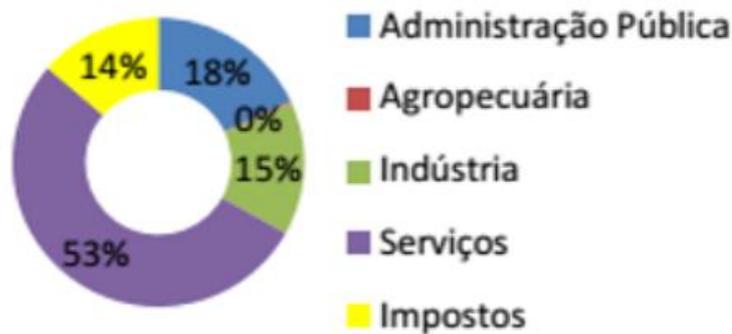
Quando se buscam informações sobre o mercado de trabalho local, os dados apontam para limitadas oportunidades de inserção. Dados fornecidos pelo IBGE sobre o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do ano de 2019 dão conta de que a cidade de Teresina é responsável pela maior parcela do PIB do Piauí, representando cerca 46,25%, ocupando o 1º lugar no *ranking* das cidades do estado. Mesmo correspondendo ao maior PIB do estado, quando comparado com outras cidades do Brasil, ocupa a posição 45º, configurando apenas cerca de 0,31% do PIB do País (IBGE, 2022).

Apesar de possuir um PIB elevado, em comparação com o restante dos municípios do estado, quando se analisa a composição do PIB de Teresina, constata-se que ele se constitui

prioritariamente pelo setor serviços, com destaque para educação e saúde (setor privado), perfazendo cerca de 53% do PIB do município. A administração pública (educação, saúde pública e seguridade social) é responsável por cerca de 18% do total; seguida do setor industrial (índice significativamente pequeno), que compõe 15% do PIB; e impostos, com 14%. A agropecuária tem pouca representatividade no município, com apenas 0,24% do PIB de Teresina (SEPLAN, 2019).

O Gráfico 1 detalha a composição do PIB de Teresina no ano de 2016.

Gráfico 1 – Composição do PIB de Teresina (2016)



Fonte: elaborado pela SEPLAN (2019), com base em IBGE e SUFRAMA (2016).

Cabe frisar que a indústria tem importância crucial para o desenvolvimento econômico de uma nação. É um setor inescusável para o desenvolvimento econômico, pois tem peso bem mais expressivo na balança comercial e, especialmente na geração de empregos em grande escala e na arrecadação tributária de um País.

A propósito, Rodrik (2009) evidencia que a expansão da participação da indústria no PIB e no emprego se relaciona positivamente com o crescimento da renda mensal em uma nação. Com efeito, o crescimento de um País está intimamente atrelado à rápida mudança estrutural de atividades de baixa produtividade (tradicional) para as de alta produtividade (modernas).

Vieira *et al.* (2014), ao analisarem 82 países desenvolvidos e em desenvolvimento no anos de 1970 a 2009, ressaltam que há uma relação positiva na participação da indústria, na transformação do PIB, no emprego, e na taxa de crescimento da renda em longo prazo, com maiores efeitos nas economias em desenvolvimento.

Para Castilho (2017, p. 97), “[...] é o setor que apresenta a menor rotatividade em seus postos de trabalho, bem como conta com os melhores salários, comparativamente aos setores serviços e comércio”. Nesse caso, a instalação de grandes indústrias corresponde a um

verdadeiro divisor de águas, especialmente para regiões pobres como o Piauí,¹² gerando um ciclo virtuoso de empregos formais, renda e, conseqüentemente, aumento no consumo das famílias.

Em Teresina (e no Piauí como um todo), existem poucas indústrias, e a maior absorção de mão de obra é alcançada pelo setor de serviços, educação e saúde, seguido de administração pública, isto é, de empregos públicos (SEPLAN, 2019).

Quando se investigam as ações promovidas para fomentar a instalação de indústrias, empresas e corporações na capital, observa-se poucas ações significativas nesse sentido, prevalecendo a burocracia e o alto nível de carga tributária aplicada sobre as empresas, resultando em um ambiente não muito favorável à instalação de grandes indústrias, em relação a outras capitais.

É o que se confirma com os dados apresentados no Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) de 2022, publicado no mês de março, consoante o qual Teresina está na 60ª posição do *ranking* nacional das melhores cidades para se empreender. Em 2020, Teresina estava na posição 77ª. Os dados apresentados baseiam-se em sete critérios determinantes, quais sejam: ambiente regulatório; infraestrutura; mercado; capital financeiro; inovação; capital humano; e cultura empreendedora. Dentre esses parâmetros, o item *ambiente regulatório* (critério que diz respeito à complexidade dos processos burocráticos e ao nível da carga tributária aplicada sobre a empresa), Teresina apresentou péssimos indicadores, ficando na 79ª posição dentre as 100 cidades avaliadas (ICE/ENAP, 2022).

Para culminar, observaram-se apenas alguns incentivos fiscais que, de modo geral, direcionam-se mais à instalação de corporações que atuam no segmento de *telemarketing*¹³ (PMT, 2016) – um emprego com baixo nível salarial, alta rotatividade e marcado pela precariedade (NOGUEIRA, 2021).

Como exemplo, tem-se as empresas Alma Viva, *Vikstar* e, mais recentemente, Algar

¹²Há anos, o Piauí é um estado do Nordeste que apresenta altos índices de pobreza. Conforme dados da PNAD Contínua, em 2019, quase metade da população piauiense vivia em situação de pobreza, mais precisamente, 43% dos piauienses viviam com R\$ 436 mensais no estado. Esses dados somente aumentaram com o transcorrer da pandemia da COVID-19. Dentre os estados do Nordeste, o Piauí foi o que mais teve alta da pobreza – passando de 41,1% para 56,4%. A pesquisa considerou os índices de pobreza do Banco Mundial, que considera famílias cuja renda é de até R\$ 400 ao mês (REVISTA O ESTADO DO PIAUÍ, 2022).

REVISTA O ESTADO DO PIAUÍ. **Covid vai, pobreza fica:** Piauí foi o estado nordestino que mais viu a pobreza aumentar durante a pandemia. 2022. Disponível em: <https://oestadodopiauui.com/covid-vai-pobreza-fica/>. Acesso em: 2 set. 2022.

¹³A legislação de benefícios e incentivos fiscais no município de Teresina às empresas de *call center* dispõe de uma lei específica para tal: Lei nº 4.410, de 14 de junho de 2013, alterada para Lei nº 4.763 – 2015, que dispõe sobre as políticas de benefícios e incentivos fiscais do município de Teresina às empresas de *call center* e *telemarketing* e dá outras providências, na forma que específica.

Tech. Assim, esse conjunto de evidências parece ser compatível com o seguinte cenário: um mercado de trabalho local com limitadas oportunidades de inserção em empregos formais; com isso, o quantitativo de postos de empregos gerados não consegue cobrir o enorme excedente de mão de obra, principalmente jovem. Logo, a competição entre os trabalhadores que buscam uma colocação no mercado de trabalho se torna ainda mais acirrada.

Em outro momento da entrevista, questionou-se aos participantes: *atualmente, você está trabalhando na atividade para a qual foi qualificado?* Dos vinte entrevistados, apenas três responderam que sim, estão trabalhando atualmente na mesma área do curso de qualificação realizado na FWF; o restante dos entrevistados respondeu que não, isto é, dezessete egressos não estão atuando na área do curso, reiterando que o curso realizado na FWF proporcionou mais empregabilidade aos jovens, auxiliou para permanência deles no mercado, porém, contribuiu indiretamente para o ingresso no mercado formal, pois a maioria conseguiu emprego em outras áreas diferentes das atividades para os quais foram qualificados. Desses dezessete, onze relataram que se trata de um emprego formal, e oito estão vinculados à mesma empresa desde a conclusão do curso.

Nove responderam que vivem na informalidade, por meio de “bicos”, demonstrando que não conseguiram emprego após a conclusão do curso nem depois de algum tempo, permanecendo no desemprego. Interessante ressaltar que todos relataram interesse em trabalhar, que permanecem enviando currículos para as empresas, mas sem sucesso, desvelando que o trabalho por conta própria tende a se cristalizar quanto mais tempo o indivíduo permanece na informalidade, principalmente quando se trata de jovens.

Segundo pesquisa realizada por Martins (2017), quanto mais tempo desempregado, maiores as chances de o jovem permanecer no desemprego, ficar longos períodos nessa situação ou, ainda, desistir de procurar emprego e ficar permanentemente fora do mercado de trabalho, configurando o fenômeno “desalento.”¹⁴ Efetivamente, essa pesquisa indica maior probabilidade de o jovem permanecer no desemprego (49,3%, para jovens e 45% para adultos), aumentando a probabilidade de permanecer no emprego apenas com o alcance da idade adulta (89,9% para jovens e 94,6% para adultos).

Dos vinte entrevistados, os nove que não estão empregados formalmente estão fazendo trabalhos paralelos informalmente, tentando sobreviver prestando serviços de segurança; eletricitista; *motoboy*; informática; manutenção de computadores; trabalhos de xerox; impressão

¹⁴Trabalhador desalentado é todo indivíduo que gostaria de trabalhar, mas desistiu de procurar emprego por achar que não o alcançaria. Essa desmotivação é proveniente de muitos fatores, como idade, qualificação, cenário econômico ou localidade.

etc.; ou oferecendo aulas de reforço; serviços diversos na área da beleza, como barbeiro, manicure/pedicure e cabeleireira. Não houve relatos de caso de egresso que se enquadrasse na categoria “nem-nem” – nem estuda nem trabalha –, pois os que estão desempregados atuam informalmente.

Esses dados seguem detalhados em números na Tabela 7.

Tabela 7 – Condição de emprego dos egressos atualmente

	Atualmente, você está trabalhando na atividade para a qual foi qualificado?	É um emprego formal?	Você está vinculado à mesma empresa desde a sua formação?
Sim	3	11	8
Não	17	9	12

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Ao questionar os jovens egressos: *em sua opinião, o conteúdo do curso é suficiente para o ingresso no mercado de trabalho formal de Teresina? Por quê?*, dos vinte entrevistados, onze relataram que o curso é suficiente para o ingresso no mercado de trabalho formal, ressaltando pontos positivos quanto à metodologia e eficiência do curso.

A Tabela 8 revela a opinião dos egressos a partir de dados quantitativos.

Tabela 8 – Opinião dos egressos quanto ao conteúdo do curso

	Em sua opinião, o conteúdo do curso é suficiente para o ingresso no mercado de trabalho formal de Teresina? Por quê?
Sim	11
Não	9

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

A fala dos egressos denota a positividade do curso com base em aspectos educacionais, tendo em vista o acréscimo do conhecimento e das habilidades adquiridas. O egresso A1 relatou: “[...] no meu caso me ajudou bastante, porque eu era muito nervoso para conversar com as pessoas, e lá não, o nervosismo que eu tinha, eu aprendi a controlar lá, me ajudou bastante, muito mesmo... a metodologia muito boa, professores atenciosos (A1, 2022)”.

Por sua vez, o egresso A4 considera que a qualificação é positiva, pois amplia as chances de colocação laboral, dando uma espécie de direção no mercado de trabalho. Assim, ele compreende o conhecimento adquirido por essa via como algo de suma importância para se

destacar no mercado:

Porque, tipo assim, a pessoa às vezes não tem muito conhecimento em determinada área, e uns que vão só para enriquecer o currículo, e outros só porque se identifica com aquela área que escolheu mesmo, e para empresas é o supra sumo do crescimento profissional da pessoa, e aí a pessoa já tá mais preparada, tem o conhecimento de determinada área. (A4, 2022).

Entretanto, dentre os onze que responderam positivamente à pergunta, muitos adicionaram algumas ressalvas, como o fato de que o curso é de curta duração, sendo, portanto, muito básico, o que atrapalha razoavelmente o desempenho dos egressos. Outros relataram a insuficiência de materiais como PDFs e afins, disponibilizados pela FWF no transcorrer do curso, como A5, que relatou: “[...] porque se talvez fosse um pouco mais prolongado, daria para ter aprendido muito mais (A5, 2022)”; e A7 que respondeu positivamente sobre o curso, mas acrescentou ressalvas: “Não pelos professores, mas pela insuficiência de materiais que eles poderiam disponibilizar mais (A7, 2022)”. Além de A12 e A19, que assim se manifestaram:

O curso em si é bom, mas a carga horária é muito pouca, porque assim os professores dão o melhor de si para mostrar o máximo possível, mas o tempo de curso é muito pouco, apenas 40h. A metodologia, as instrutoras que dão o curso são ótimas, falta mais é materiais, que poderia disponibilizar mais material para nós em PDF, para a gente se aprofundar mais. (A12, 2022).

Quando foi na prática, eles fizeram um arranjo do que seria como caixa, mas no caso, os programas pelos quais a gente passa eles não apresentaram, nem se fosse assim por slide, para tá apresentando como seria e tal... porque ela disse, a professora especificou que não teria como trazer todos eles, por causa do tempo, e eu senti falta disso, porque só explicaram assim superficialmente como seria, inclusive depois que eu terminei, eu fui atrás de outro curso de operador de caixa para complementar. (A19, 2022).

Essas informações desnudam que os cursos impactaram positivamente o ingresso no mercado de trabalho, pois contribuíram com a aquisição de competências e habilidades extras, e a partir desse auxílio, o aluno adquiriu um primeiro contato com tais aspectos laborais. Certamente, apenas o conhecimento adquirido via senso comum não traria grandes mudanças ao conhecimento teórico do aluno.

No entanto, os cursos não são totalmente autossuficientes para o ingresso no mercado formal, pois na prática, quando se analisa a qualidade deles, constatam-se algumas falhas procedimentais, inclusive com alguns casos de egressos que buscaram qualificações adicionais para complementar a formação. Cabe ressaltar que essa constatação não se trata de uma análise sobre a qualificação profissional em âmbito geral, mas especificamente da qualificação profissional em análise – o caso da FWF.

Outros egressos relataram que a eficiência dos cursos, quanto à relação causa e efeito da realização da qualificação e inserção no mercado de trabalho formal de Teresina, têm relação com fatores que ultrapassam a metodologia e qualidade do curso em si, mas que a inserção fica comprometida por fatores ligados às escassas oportunidades de emprego disponíveis no mercado de trabalho formal de Teresina. Como exemplo, alude-se aos posicionamentos de A8 e A15:

Sim, dependendo do curso e da duração, tem gente que absorve mais rápido, como é o meu caso, mas tem gente que infelizmente não absorve, tipo o conteúdo trabalhado no curso, porque varia de pessoa para pessoa, né?... Porque não é todo mundo que tem a mesma mentalidade. Para mim foi o básico, mas foi suficiente. Tipo, eu pelo menos entender o básico, já tava de bom tamanho. Na verdade, eu não consegui um emprego não foi nem pela ineficiência do curso, o curso é mais do que suficiente, dá para absorver conteúdo de boas, mas o negócio, é fatores extra curso, tipo, é mais da parte das empresas do que do próprio curso, tipo, tem empresa que exige demais, e geralmente a pessoa não tem experiência na área e até mesmo aquelas que não exigem experiência, não contratam também, contratam alguns e outros não. (A8, 2022).

Sim, mas eu acredito que o problema mesmo é a questão da não oportunidade por parte das empresas, pois o que adianta a gente ter o conhecimento e não colocar em prática? Eu acredito que seja mais o perfil do brasileiro que só vai quem indica, se não tiver alguém para indicar você, não vai [...] eu conheço pessoas formadas, com formação acadêmica, ótimas pessoas, inteligentes, não são chamadas para nada, então essa questão da confiança, isso influencia. (A15, 2022).

O curioso é que apesar das ressalvas quanto à duração do curso, insuficiência de materiais, entre outras, de modo geral, a maioria dos egressos sentem-se satisfeitos com o nível de aprendizado propiciado, pois quando questionados *como você avalia o seu nível de aprendizado no curso? Por quê?*, em uma escala de um a cinco, dos vinte entrevistados, apenas um respondeu *totalmente insatisfatório*; sete, *parcialmente insatisfatório*; um, *indiferente*; dois, *parcialmente satisfatório*; e nove responderam *totalmente satisfatório*.

Então, no total, onze entrevistados relataram níveis de satisfação entre parcialmente ou totalmente satisfatórios, demonstrando um razoável nível de satisfação dos egressos com os cursos, conforme detalha a Tabela 9.

Tabela 9 – Avaliação dos egressos quanto ao nível de aprendizado dos cursos

Totalmente insatisfatório	1
Parcialmente insatisfatório	7
Indiferente	1
Parcialmente satisfatório	2
Totalmente satisfatório	9

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Tais informações reafirmam que mesmo com restrições, os egressos consideram importante o aprendizado adquirido no curso enquanto incremento na empregabilidade para os que buscam arduamente uma colocação em um mercado de trabalho altamente competitivo. É o que revelam as falas dos egressos A1 e A4:

Eu acho, que de 0 a 100, acho que 100% mesmo, eu saí de lá bem esclarecido, pô. Porque assim, a metodologia que eles usam lá ajuda bastante no entendimento da gente, não tenho nada do que reclamar, só agradecer, de tudo que eles designaram, é bem direcionado, a pessoa só não aprende se não quiser, os professores são também bastante educados, então assim, eu aprendi muito lá. (A1, 2022).

Porque o curso, aliás, todos os dois cursos que eu fiz tiveram conteúdos muito bem trabalhados, abordados, dinâmica excelente também, os instrutores também nos tratam muito bem. (A4, 2022).

Além disso, no decorrer das entrevistas, depreendeu-se que por se tratar de cursos totalmente gratuitos, ofertados em centros de capacitação de bairros populares do município, muitos egressos acabam dominados pelo sentimento de gratidão. Entrementes, a Constituição Federal de 1988 prevê a qualificação para o trabalho como uma das finalidades da educação profissional brasileira.

Isso posto, a oferta desses cursos nada mais é do que um direito, visto que os cursos da FWF estão enquadrados em cursos de FIC, inseridos na categoria *educação profissional nível básico*, estabelecida pela Lei nº 9.394/1996, mais conhecida como LDB, conforme o Art. 39, que propõe que esses cursos se organizem em eixos tecnológicos abrangendo as seguintes modalidades: de FIC ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (LDB, 1996).

Para mais, a FWF é uma entidade mantida com recurso público, integrante da administração indireta da PMT, constituindo o organismo municipal de viabilização do direito à profissionalização em Teresina.

Em outro momento das entrevistas, ao indagar aos jovens entrevistados: *você considera*

que os cursos oferecidos pela FWF são compatíveis com as necessidades do mercado de trabalho local? Por quê?, dos vinte entrevistados, dezesseis responderam que sim; e apenas quatro responderam que não, demonstrando que a maioria considera que os cursos são compatíveis com as necessidades do mercado de trabalho local de Teresina, como ilustra a Tabela 10.

Tabela 10 – Opinião dos egressos quanto à compatibilidade com as necessidades do mercado local de Teresina

Você considera que os cursos oferecidos pela FWF são compatíveis com as necessidades do mercado de trabalho local? Por quê?	
Sim	16
Não	4

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Muitos relataram que a oferta de cursos pela FWF faz jus às oportunidades de emprego disponíveis no mercado local, ou seja, com as empresas e os estabelecimentos disponíveis no município. Quando perguntado aos técnicos da instituição sobre o critério de seleção da relação de cursos oferecidos todos os anos pela FWF, ficou comprovado que a instituição anualmente faz uma pesquisa sobre a demanda local de necessidade de mão de obra das empresas, a fim de identificar quais os postos de trabalho estão sendo mais requisitados no momento.

E para os cursos voltados ao trabalhador autônomo ou empreendedor, promove-se uma pesquisa de interesse da população, sobre quais cursos têm tido mais procura, os que ensejam maior interesse pela população local. A falas dos egressos A6 e A17 atestam com clareza a perspectiva dos alunos quanto à compatibilidade dos cursos da FWF e as necessidades laborais do município de Teresina:

Sim, porque abrange muitas áreas das empresas que têm em Teresina, e principalmente de *call center*, muitas vezes a gente vai fazer o curso para ver se arruma um emprego, mas a gente praticamente não sabe de nada de *call center*, e lá não, eles esclarecem bem o que vai fazer, e a gente sai lá sabendo quase que tudo. (A6, 2022).

Sim, porque, por exemplo, esses cursos que eu escolhi, eu escolhi mais foi pela oportunidade de emprego, porque eu observo que aqui em Teresina tem muitas clínicas, é muito grande a oferta, e rotina administrativa a gente pode tá trabalhando em empresas, fábricas e em muitos lugares, então eu acho que sim supri as necessidade daqui de Teresina. (A17, 2022).

Quando questionado aos participantes da pesquisa *antes da realização do curso, você possuía renda?*, dos vinte entrevistados, quatorze responderam que não possuíam renda antes

da realização do curso e moravam com os pais ou familiares, sendo mantidos financeiramente por eles; e apenas seis relataram possuir alguma renda (até um salário-mínimo) antes da realização do curso, mas que era proveniente de trabalhos realizados informalmente, consoante dados da Tabela 11.

Tabela 11 – Condição de renda dos egressos antes da realização do curso

Sem renda	14
Até um salário-mínimo	6
Mais de um salário-mínimo	-

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Essas informações corroboram o arcabouço teórico de Braga e Rodarte (2006); Gonzalez (2009); SNJ e Ipea (2014); e Reis (2015), que disponibilizaram evidências que confirmam um índice mais elevado de desemprego e informalidade entre os jovens do que entre os adultos.

Para os supracitados autores, os jovens tendem a passar longos períodos à procura de uma colocação no mercado de trabalho, bem como para conseguir o primeiro emprego – o que por inúmeros motivos (falta de experiência, poucas oportunidades, falta de ambiente econômico favorável etc.) denota características de pior qualidade, isto é, postos de trabalho que tendem a possuir menores salários e pouca estabilidade.

Isso confere à qualificação profissional papel preponderante para a superação do quadro de desemprego, pois como visto e confirmado a partir da perspectiva dos entrevistados, ela - a qualificação profissional – contribui sobremaneira para a empregabilidade dos sujeitos, acrescenta conhecimento, habilidades e competências ao candidato, conferindo maiores chances para que saiam vencedores na luta competitiva por colocação no mercado laboral.

Para Borges (2015), as relações de trabalho tornam-se cada vez mais complexas, e exigem das pessoas conhecimentos adicionais para a execução de tarefas no ambiente organizacional, demandando um aumento no padrão de conhecimento. Por essa razão, atualmente, percebem-se maiores exigências dos indivíduos para uma colocação no mercado laboral.

Aliás, Borges (2015) sublinha que além do saber (conhecimento, formação, qualificação), do saber fazer (habilidades), exige-se também a competência, ou seja, a capacidade de articular conhecimento, habilidade e atitudes no ambiente organizacional onde o indivíduo estiver inserido. Com isso, a qualificação profissional confere uma vantagem

competitiva, um diferencial para indivíduos que buscam uma vaga de emprego diante das constantes mudanças nas relações de trabalho.

Ainda se questionou aos alunos *se após a realização do curso, sua renda aumentou?* Dos vinte entrevistados, onze responderam que sim, pois após a realização do curso, conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal de Teresina; e nove responderam que não, como demonstra a Tabela 12.

Tabela 12 – Condição de renda dos egressos após a realização do curso

Após a realização do curso, sua renda aumentou?	
Sim	11
Não	9

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Mesmo que muitos entrevistados não estejam trabalhando na área do curso realizado na FWF, ter feito uma ou mais qualificações possibilitou maior empregabilidade, o que, consequentemente, cooperou indiretamente para a inserção deles no mercado de trabalho formal do município, mediante contribuições como o próprio conhecimento teórico, além do desenvolvimento de saberes adicionais, como oratória, noções de informática, trabalho em equipe, como se portar em entrevistas de emprego etc.

Dos onze que responderam que a renda aumentou após a realização do curso, três mencionaram que a porcentagem de acréscimo sobre a renda anterior foi de até 10%; sete responderam que o aumento foi entre 11% a 20% sobre a renda anterior; e apenas um relatou um acréscimo de 21% a 30% sobre a renda anterior, consoante a Tabela 13.

Tabela 13 – Porcentagem de acréscimo na renda dos egressos após a realização do curso

Se sua renda aumentou, informe qual a porcentagem de acréscimo?	
Até 10% sobre a renda anterior	3
De 11% até 20% sobre a renda anterior	7
De 21% até 30% sobre a renda anterior	1

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Nota-se, portanto, que a média de renda atual dos entrevistados que conseguiram inserção no mercado de trabalho formal oscila entre um salário mínimo (R\$ 1.212,00) a um salário mínimo e meio (R\$ 1.818,00).

Esse dado é considerável para perceber a interligação entre qualificação profissional e contribuição no aumento de renda, e em melhores condições de vida para esses jovens egressos e suas famílias, correspondendo a alguns dos impactos positivos dos cursos, já que a maioria dos entrevistados não detinha renda antes da realização do curso, nunca havia trabalhado formalmente e morava/era sustentado pelos pais.

Para Silva *et al.* (2017), entende-se por impacto social positivo as consequências sociais que podem abarcar algumas dimensões, como a redução de condições de vulnerabilidade, pois o indivíduo fica exposto a fragilidades em dadas situações de risco, como por exemplo, o desemprego. Logo, a partir do momento que a qualificação da FWF contribui para a empregabilidade dos sujeitos, e aumentam-se as chances para inserção no mercado de trabalho, esta ação tem, portanto, impacto positivo para a redução da condição de vulnerabilidade.

Outra dimensão é a ampliação de possibilidades de aumento de renda, pois o aumento de renda não “[..] deve ser entendido apenas como o aumento quantitativo de dinheiro, mas como a ampliação das possibilidades de escolha de um indivíduo de baixa renda, que contribui também para a redução de sua condição de vulnerabilidade” (SILVA *et al.*, 2017, p. 14).

Assim, iniciativas de impacto podem atuar no aumento das oportunidades de emprego estável ou na melhoria das condições de trabalho do indivíduo. Com isso, o aumento de renda dos entrevistados após o término dos cursos da FWF, evidenciou o impacto positivo da ação de qualificação profissional da fundação.

O impacto social positivo traz também como consequência, a promoção de oportunidades de desenvolvimento, pois pessoas em situações de vulnerabilidade como o desemprego são privadas de oportunidades que promovam o desenvolvimento de suas capacidades, o que as impede de utilizar seu pleno potencial. E, iniciativas de impacto positivo, como é o caso da qualificação profissional ofertada pela FWF, promovem oportunidade para que essas pessoas fortaleçam seu capital humano e social (SILVA *et al.*, 2017).

Além disso, para Silva *et al.* (2017), o impacto social positivo fomenta o fortalecimento da cidadania e dos direitos individuais, pois pessoas em vulnerabilidade social podem estar privadas de direitos individuais básicos de vida, liberdade e segurança, como o acesso à moradia digna e regularizada.

Uma vez que a maioria dos egressos entrevistados conseguiu colocação no mercado de trabalho formal de Teresina, através do aumento da empregabilidade fornecida pela qualificação da FWF, há o fortalecimento da cidadania, pois através do trabalho e conseqüentemente do aumento de renda e poder aquisitivo, os egressos puderam gozar do acesso a produtos e serviços essenciais para uma qualidade de vida digna, contribuindo para

ascensão, na medida que saíram do estágio de vulnerabilidade social, enquanto desempregados.

7.2.2 Contribuições para a ascensão e emancipação social dos jovens egressos da FWF após o término dos cursos

Interrogou-se aos jovens participantes da pesquisa: *fazer esse curso trouxe melhorias em sua vida, como conseguir um emprego que possibilitasse satisfazer suas necessidades de subsistência, aquisição de bens e serviços necessários e valorizados socialmente? Se sim, quais, especificamente?* Dos vinte entrevistados, onze responderam que sim, após a realização do curso conseguiram se empregar formalmente e, conseqüentemente, melhorias significativas em sua vida; e nove referiram que não conseguiram muitas melhorias, devido à não inserção no mercado de trabalho formal, portanto, ainda permaneciam na informalidade, com renda instável – em muitos casos, inferior a um salário mínimo.

A Tabela 14 descreve tais dados em números.

Tabela 14 – Opinião dos egressos sobre relação causa-efeito entre ter feito uma qualificação e contribuições em melhorias de vida, aquisição de bens e serviços necessários e valorizados socialmente

Fazer esse curso trouxe melhorias em sua vida, como conseguir um emprego que possibilitasse satisfazer suas necessidades de subsistência, aquisição de bens e serviços necessários e valorizados socialmente? Se sim, quais, especificamente?	
Sim	11
Não	9

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Cabe reforçar que foi unânime a aquisição do meio de transporte motocicleta entre os onze alunos entrevistados que afirmaram que a realização do curso contribuiu em melhorias de vida. Destarte, muitos relataram o alcance de independência financeira, pois antes da realização do curso, moravam com os pais ou familiares, por quem eram sustentados financeiramente. Além disso, puderam fazer outras aquisições, como eletrodomésticos e eletroportáteis, aparelho de celular, *notebook* etc.

Foi o que testemunharam A1 e A3, respectivamente: “Depois que eu comecei a trabalhar eu consegui comprar uma moto, eu tive tipo minha independência financeira e ajudar minha mãe dentro de casa (A1, 2022)”; “Faz um ano que trabalho nesse emprego, já possuo meu transporte próprio, uma moto, comprei eletrodomésticos para casa e pretendo comprar outros (A3, 2022)”.

Essas melhorias dizem muito sobre alguns dos aspectos investigados neste estudo, tais quais a ascensão e emancipação social desses jovens como consequência direta da conquista do primeiro emprego e inserção no mundo laboral, pois saindo da condição de desemprego, o indivíduo reduz sua condição de vulnerabilidade e riscos sociais; adicionalmente, tem acesso a produtos e serviços essenciais para uma qualidade de vida digna, como moradia, alimentação, transporte, acesso à internet, poder de compra etc. (SILVA *et al.*, 2017).

Aqui, entende-se por emancipação o ato ou efeito de libertar-se de uma situação social de precariedade, a exemplo do desemprego. O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa apresenta a seguinte definição: *emancipação*, do latim *emancipation*, é a ação ou efeito de emancipar -se, alforria, libertação (FERREIRA, 2004).

Em concordância com o conceito literal da palavra, Bottomore (1988), no Dicionário Marxista, explicita que o conceito de emancipação está estritamente relacionado à concepção de liberdade.

Segundo a Psicologia Social crítica, a emancipação diz respeito à superação de situações pessoais e sociais intoleráveis, dentre as quais pode-se destacar o desemprego e as consequências diretas dessa situação (ALMEIDA, 2017).

Coadunando Almeida (2017), o tema da emancipação envolve uma série de questões, tais como: o reconhecimento; o lugar do sujeito nas práticas sociais; o nexos entre a existência dos indivíduos e a vida social; as interconexões entre formas de vida e estrutura social; os limites e as potencialidades de ações emancipatórias etc. De forma geral, diz respeito a algo e/ou situação da qual é preciso se libertar.

Libertar-se do desemprego e de todas as mazelas que tal situação traz na vida de um sujeito é algo emancipador. Mas não se trata de qualquer emprego: para uma ascensão social, deve-se ter em mente que o indivíduo precisa de emprego de qualidade, sobretudo, que fuja da precarização.

Nessa direção, para a maioria dos entrevistados deste estudo, conseguir uma colocação no mercado de trabalho formal correspondeu à emancipação, porquanto contribuiu financeiramente (libertar-se do desemprego, adquirir poder aquisitivo para subsistência digna), e socialmente – no que diz respeito ao bem-estar desses jovens enquanto sujeitos sociais, já que o trabalho é fator fundamental para um equilíbrio psíquico e satisfação pessoal do homem.

Para Sayer *et al.* (2011), o desemprego ultrapassa o problema da falta de dinheiro, mais que isso: abarca problemas sociais de abrangência muito maior, e amplia as chances de situações de risco e vulnerabilidade, como o divórcio, episódios de depressão, aumento do consumo de substâncias psicoativas, maior engajamento em atividades criminosas etc.,

evidenciando, portanto, o valor e a importância que o emprego possui na vida de um indivíduo.

Além disso, na sociedade atual, é forte o estereótipo do papel do cidadão na função de produtor, de modo que quando essas demandas não são atendidas, o indivíduo é considerado um cidadão incompleto.

Souza (2003) explica essa noção equivocada de cidadania na contemporaneidade por meio do que ele denomina de “ideologia do desempenho”, ou seja, um conjunto de predisposições que o indivíduo deve ter para o atendimento das demandas enquanto produtor nas sociedades capitalistas modernas. A ausência dessas precondições, em alguma medida, sinaliza um cidadão deficiente.

Nessa perspectiva, os indivíduos são classificados em adaptáveis e não adaptáveis às novas demandas impostas pelo processo capitalista da sociedade. Essas novas exigências, caracterizadas pelos princípios do desempenho, fazem com o que o contingente de “inadaptados” seja percebido pela sociedade como produtor de seus próprios fracassos, isto é, como insucesso pessoal do indivíduo (SOUZA, 2003).

Esse pensamento gera a perda pelo indivíduo de seu valor intrínseco, comprometendo a satisfação pessoal do homem enquanto sujeito social e a sua saúde mental. Hodiernamente, o significado de inserção no mercado de trabalho formal perpassa a aquisição de independência financeira e poder aquisitivo, repercutindo em aspectos como a autovalorização do indivíduo enquanto produtor em uma sociedade onde essas questões são altamente valorizadas.

Quando questionado aos egressos: *a qualificação que você fez na FWF possibilitou mudanças na realidade da sua vida, seja direta ou indiretamente?*, em uma escala de um a cinco, dos vinte entrevistados, nenhum respondeu que *discorda totalmente*; seis responderam que *discordam parcialmente*; três afirmaram serem *indiferentes*; um *concorda parcialmente*; e dez *concordam totalmente*.

De forma geral, apreendeu-se que a maioria respondeu positivamente – concordo parcialmente e totalmente – no sentido de que a qualificação realizada na FWF possibilitou, direta ou indiretamente, alguma mudança em sua realidade de vida.

A Tabela 15 demonstra em números tais dados.

Tabela 15 – Impacto da qualificação da FWF sobre mudanças (direta ou indiretas) na realidade de vida dos egressos

Discordo totalmente	-
Discordo parcialmente	6
Indiferente	3
Concordo parcialmente	1
Concordo totalmente	10

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

No decorrer das entrevistas, observou-se que a partir da qualificação realizada na FWF, a maioria dos egressos alcançou múltiplas oportunidades, desde a inserção no mercado de trabalho formal a outras chances que o conhecimento gerado no curso propiciou na vida desses jovens, como possibilidades de ascensão.

Foi o caso do egresso A7, que relatou que após realização do curso Rotina administrativa, o conhecimento adquirido durante o período da qualificação ampliou as chances de aprovação em um curso superior técnico administrativo em uma instituição bastante concorrida no estado, o Instituto Federal do Piauí (IFPI).

Com certeza, tanto no lado pessoal, pois o curso rotina administrativa me ajudou a entender muitas coisas de organização administrativa começando pela própria vida [...] que a gente deve ter uma educação financeira e organização para tudo, desde a vida até as empresas [...]. E assim, eu acho que conhecimento nunca é demais, me possibilitou eu ir atrás de outro curso mais aprofundando, me impulsionou, e aí eu tomei a decisão de me aprofundar na área, hoje faço o curso técnico administrativo no IFPI, então me ajudou muito. (A7, 2022).

Outro fato importante é que a maioria dos egressos morava e era sustentada pelos pais antes da realização do curso. Após a conclusão dele, com a conquista do primeiro emprego, conseguiram ascensão financeira, o que facultou a esses sujeitos a saída do estágio de vulnerabilidade social, visto que os indivíduos que fazem parte das estatísticas de desemprego ou subemprego (pela insuficiência de recursos financeiros) estão englobados nesse conceito (SILVA *et al.*, 2017).

Por cúmulo, a qualificação realizada ocasionou a ampliação de chances de inserção no mercado formal, resultando na ascensão e transposição do estágio de vulnerabilidade social (libertar-se dessa situação) para a posição de emancipação do sujeito que se qualifica.

Para Castel (1998), entende-se por vulnerabilidade social o contingente de indivíduos que se encontram em condição de fragilidade (seja material ou moral) por falta de acesso a

oportunidades sociais, econômicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade, a exemplo dos desempregados, dos que estão inseridos em trabalhos precários, dos indivíduos ou grupos com fragilidade dos vínculos relacionais (sejam familiares ou comunitários).

O referido autor caracteriza a “zona” de vulnerabilidade como: “[...] um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (CASTEL, 1998, p. 27). O sociólogo explica, ainda, que em momentos de fragilidade, como crise econômica, aumento do desemprego e generalização do subemprego, amplia-se a zona de vulnerabilidade, alimentando a desfiliação – que se refere àqueles indivíduos que não estão excluídos, ou seja, não estão fora da sociedade, mas vivem em condições frágeis de vulnerabilidade, como os desempregados de longa data, os jovens que não conseguem entrar no mercado de trabalho, os pouco escolarizados etc. (CASTEL, 1998).

Já para Scott *et al.* (2018), o conceito de vulnerabilidade social engloba muitos aspectos, desde socioeconômicos, como insuficiência de recursos financeiros, quanto multidimensionais, como baixa escolarização, relações familiares violentas ou conflituosas, ausência de serviços de saúde, além de poucas perspectivas profissionais e de futuro. Quando se trata do aspecto *insuficiência de recursos financeiros*, como é o caso de desemprego, as consequências e os resultados negativos dessa situação ocasiona a vulnerabilidade social do indivíduo, resultando em desigualdades sociais, processos de exclusão e/ou manutenção de situações precárias de sobrevivência, interferindo, por consequência, negativamente no processo de desenvolvimento do sujeito enquanto ator social (SCOTT *et al.*, 2018).

Destarte, evidencia-se que a qualificação profissional da FWF tem impacto positivo para a empregabilidade, ampliando as chances de inserção dos egressos no mercado de trabalho, uma vez que saindo da condição de desemprego, esses sujeitos também saem da zona de vulnerabilidade social, transcendendo para a ascensão e emancipação por meio do trabalho. Isso porque muito mais que aumento de renda, o trabalho possibilita o acesso a bens e serviços, ampliando a qualidade de vida, promovendo maior visibilidade e dignidade, construindo o sentimento de pertencer a uma comunidade, mediante a sensação de confiança, reciprocidade e desenvolvimento de cooperação, fortalecendo capacidades e elevação da autoestima (SILVA *et al.*, 2017).

Por outro lado, quando se analisa para além dos objetivos gerais deste estudo, vislumbrando alguns pontos específicos da instituição *locus* da pesquisa, como o aspecto *escolaridade*, a maioria dos entrevistados egressos da instituição possui o ensino médio

completo, pois é uma exigência para a maioria dos cursos de qualificação voltados para o mercado de trabalho formal na FWF.

Os cursos existentes que exigem pouca escolaridade, normalmente, são destinados ao trabalho autônomo ou empreendedorismo (artesanato, maquiagem, barbearia, corte de cabelo, estética, confecção, confeitaria, decoração de balões etc.). Diante disso, o aspecto *escolaridade* demonstra a controvérsia da instituição quanto ao quesito *qualificação de indivíduos de baixa renda*, os quais, muitas vezes, contam com baixo nível de escolaridade.

Logo, apesar dos benefícios gerados pela instituição para os indivíduos que detêm maior escolaridade, por outro lado, é contestável uma instituição pública municipal que destina ações para a população mais carente, dotada de pouca escolarização e perspectivas profissionais de futuro, criar ações de qualificação desarticuladas com a escolaridade dos trabalhadores mais pobres, oferecendo cursos para o mercado de trabalho formal para sujeitos que possuem um nível de escolaridade maior, de modo que àqueles com menos escolaridade se disponibilizam apenas cursos voltados para trabalhos informais, reforçando a precariedade.

Essas são ressalvas e falhas da instituição que devem ser corrigidas, não descartando, é claro, as boas ações que a entidade presta à população teresinense, suprimindo significativamente a demanda por qualificação profissional do município – algo que não é muito acessível aos jovens, sobretudo os que são oriundos de famílias pobres e não têm condições financeiras para custear cursos pagos.

Ao indagar aos participantes da pesquisa, se *a FWF cumpre o seu papel social ao capacitar os jovens para o mercado de trabalho. Por quê?*, dos vinte entrevistados, em uma escala de um a cinco, nenhum respondeu que *discorda totalmente*; três afirmaram que *discordam parcialmente*; dois, serem *indiferentes*; sete relataram *concordar parcialmente*; e por fim, oito responderam *concordar totalmente*. Portanto, a maioria concorda parcialmente ou totalmente com a afirmação de que a FWF cumpre o seu papel social no município, consoante os dados expostos na Tabela 16.

Tabela 16 – Opinião dos egressos quanto ao cumprimento do papel social do município

Discordo totalmente	-
Discordo parcialmente	3
Indiferente	2
Concordo parcialmente	7
Concordo totalmente	8

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

A maioria dos entrevistados demonstrou percepção positiva quanto a essa pergunta, especialmente em virtude de a FWF capacitar a população menos favorecida financeiramente e oferecer cursos totalmente gratuitos. Muitos evidenciaram um sentimento de gratidão e teceram elogios à instituição, por oferecer qualificação, contribuindo tanto em aspectos sociais quanto financeiros para a população menos amparada do ponto de vista financeiro.

As falas dos egressos A1 e A4 ratificam com clareza essas informações:

Porque, só dela oferecer os cursos gratuitos para pessoas entrarem no mercado de trabalho, cursos altamente qualificados, ajuda bastante já. (A1, 2022).

Cumpre, pois ao mesmo tempo ela tá prestando serviço para sociedade, tipo oferecendo esses cursos gratuitos que geralmente em outra instituição, é totalmente pago, e geralmente a pessoa não pode pagar, e aí a prefeitura através da fundação oferece esses cursos para facilitar tanto na questão social, como na questão financeira. (A4, 2022).

Apesar da ideia positiva da maioria dos alunos sobre a instituição, é oportuno ressaltar a fala de um dos entrevistados (egresso A6) que salientou um aspecto negativo, em especial, a saber: na opinião dele, a interdependência dos cursos da FWF à demanda das lideranças dos bairros, pois se o presidente de bairro ou outra representação não buscar levar os cursos à população da região, provavelmente, a iniciativa não partirá da FWF.

Tendo isso em vista, o egresso A6 assim testemunha:

Olha, onde eu tava morando na zona sul de Teresina, eu não vi a Fundação levar para os bairros mais carentes esse tipo de acesso, eu até entendo que a criminalidade pode influenciar um pouco, mas as pessoas de baixa renda com pouca mobilidade de transporte, de difícil acesso, essas pessoas são as que mais carecem de qualificação profissional, técnica e superior, então a meu ver a Fundação falha um pouco, pois o que eu percebi, tem que ficar o presidente de bairro ou alguém assim indo atrás, solicitando [...] e não necessariamente tem que esperar o presidente de bairro ir para poder né, como eu posso dizer [...], para solicitar essas coisas, cursos técnicos, enfim, essas coisas. (A6, 2022).

Segundo técnicos da FWF, a instituição oferece cursos e projetos específicos voltados para várias minorias sociais, idosos, pessoas com deficiências, além de jovens e adultos, de forma geral. Os cursos geralmente são realizados em centros de capacitação de bairros periféricos da cidade, em regiões carentes, marcadas pela vulnerabilidade social.

A FWF possui parceria com associação de moradores, conselhos comunitários, grupo de mães, igrejas, entre outros. Contudo, quando surge a necessidade de cursos em determinada região, a disponibilidade deles é condicionada à necessidade de que alguém (uma liderança comunitária, presidente de bairro etc.) intervenha e busque levar tais serviços para esses locais. Então, se uma comunidade não conta com fortes entidades representativas, provavelmente será pouco assistida quanto a esses serviços.

Ao questionar-se aos egressos: *você tem outros projetos profissionais? Poderia descrevê-los?*, dos vinte alunos entrevistados, dezoito responderam que sim; e apenas dois, que não. Vale sobrelevar que se observou uma relação entre os projetos profissionais dos entrevistados e suas experiências profissionais, pois a maioria demonstra o desejo de continuar se qualificando na mesma área em que trabalha ou que já possui experiência e afinidade prévia.

Ao indagar aos participantes: *você tem intenção de recorrer novamente à FWF para se qualificar em outra área?*, onze responderam que sim; e nove, que não, por motivos diversos, como a falta de tempo e de oportunidades de cursos de interesse nos centros de capacitação da FWF dos bairros de tais egressos.

Desses onze que responderam positivamente, a maioria relata interesse em realizar cursos na área de administração, informática e tecnologia, relações humanas, segurança, eletricista e beleza, a exemplo do A4, que relatou: “futuramente tenho projetos profissionais de me aperfeiçoar na área de programação, desenvolvimento de imagens, e na parte de manutenção, e com isso tudo enriquecer mais o meu currículo e desenvolver tanto o pessoal como o profissional” (A4, 2022).

Essas informações são decisivas para comprovar a percepção dos alunos quanto ao impacto da qualificação na empregabilidade e, conseqüentemente, no aumento de chances de sucesso na inserção profissional, diante de um mercado altamente concorrido.

Ao questionar aos egressos se *após o curso, continuou se qualificando?*, oito responderam que sim, inclusive alguns iniciaram curso superior, a exemplo de A7, que informou que realizar o curso de rotina administrativa na FWF contribuiu para o ingresso no curso técnico superior de administração no IFPI: “Hoje faço um curso técnico em administração no IFPI. O curso da FWF foi a porta de entrada para surgir meu interesse pela área administrativa (A7, 2022)”.

Dos vinte entrevistados, doze mencionaram que não continuaram se qualificando, na maioria dos casos, por falta de tempo, pois trabalham em horário comercial – mas demonstraram interesse caso surjam oportunidades. Alguns citaram, inclusive, como alternativa, o formato de cursos remotos.

A Tabela 17 faz uma síntese numérica das respostas a essas perguntas.

Tabela 17 – Projetos profissionais dos egressos da FWF

	Você tem outros projetos profissionais? Poderia descrevê-los?	Você tem intenção de recorrer novamente à FWF para se qualificar em outra área?	Após o curso, continuou se qualificando?
Sim	18	11	8
Não	2	9	12

Fonte: dados da pesquisa de campo (2022).

Assim, buscou-se identificar os resultados gerados pelos cursos de qualificação profissional para a vida de jovens egressos da FWF, a partir da interconexão entre qualificação profissional realizada na instituição e inserção no mercado de trabalho. O incremento na empregabilidade ensejou aos alunos o alcance de uma colocação no mercado de trabalho formal de Teresina. Aliás, em sua maioria, foram alunos que adquiriram o primeiro emprego. Tais informações demonstram que a qualificação profissional tem impacto positivo para a inserção desse segmento no mercado de trabalho.

Porém, concomitantemente com essas informações, foi detectado que a qualificação contribui, mas sozinha não é a solução para todos os problemas, pois ainda há um número significativo de egressos que permanecem no desemprego, na informalidade e na precariedade, desvelando que tais questões ainda persistem no mercado laboral teresinense por muitos motivos, dentre os quais se destacam: falta de oportunidades; exigência das empresas de experiência profissional comprovada; necessidade de indicação; e/ou fraco crescimento econômico local.

Esse último aspecto confirma que para o sucesso da inserção no mercado de trabalho formal, é necessário uma política de qualificação profissional atuando em conjunto com a política de geração de empregos. Em Teresina, mesmo com uma política de qualificação profissional com forte atuação por meio das ações desenvolvidas pela FWF, o quantitativo de postos de empregos gerados não cobre o enorme excedente de mão de obra, principalmente jovem, demonstrando poucas ações de grande impacto desempenhadas pela referida política na capital. Detona-se, pois, que os cursos não são totalmente autossuficientes para o ingresso no

mercado formal, haja vista a desarticulação com a política de geração de empregos do município.

Quanto às contribuições em relação ao aumento de renda, constatou-se que a maioria dos entrevistados não possuía renda antes da realização do curso, nunca havia trabalhado formalmente e moravam/eram sustentados pelos pais. Dessa forma, a qualificação, mesmo que indiretamente, impactou positivamente para o aumento de renda dos egressos, pois após a realização do curso, conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal de Teresina e, conseqüentemente, aumentaram a renda.

À vista disso, ter realizado uma ou mais qualificações facultou a esses sujeitos maior empregabilidade, o que resultou em sua inserção no mercado de trabalho formal. Nesse ponto, atina-se para a interligação entre qualificação profissional e contribuição no aumento de renda, e em melhores condições de vida para esses jovens egressos e suas famílias.

A maioria conseguiu melhorias de vida, como adquirir meio de transporte (motocicleta) e outros bens, como eletrodomésticos e eletroportáteis, aparelho de celular, *notebook* etc. Valida-se, com isso, que além de conseguirem a independência financeira (já que a maioria, antes da realização do curso, morava com os pais ou familiares, e era sustentada financeiramente por eles), alcançaram ascensão (financeira, social e educacional, como o egresso que conseguiu ingressar no curso superior a partir do conhecimento gerado na qualificação) e emancipação social (pois saíram da situação de desemprego).

Essas conquistas são conseqüências direta da aquisição do primeiro emprego e inserção no mercado formal. Sair do estágio de desemprego e do ciclo vicioso de mazelas que essa situação acarreta na vida de um indivíduo, certamente, é um processo emancipador, porquanto estar desempregado é uma espécie de vulnerabilidade social. De fato, libertar-se dessa situação e adquirir poder aquisitivo para uma subsistência digna coadjuva tanto a ascensão financeira (independência financeira), quanto o bem-estar e saúde mental do egresso, enquanto sujeito social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de campo realizada junto aos vinte alunos egressos de cursos de qualificação profissional da FWF possibilitou analisar o impacto social da ação de qualificação profissional de jovens de 18 a 29 anos, ofertada pela FWF, no período de 2018 a 2021.

Constatou-se, em termos de inclusão no mercado de trabalho, que a ação de qualificação profissional da FWF contribuiu para a empregabilidade dos jovens egressos, favorecendo o incremento teórico, o conhecimento, as habilidades e as competências desses indivíduos. Tais saberes auxiliaram a busca por uma colocação no mercado de trabalho formal de Teresina, pois facultaram aos alunos o primeiro contato com aspectos laborais e conhecimentos adicionais, como dinamismo, habilidade de trabalhar em equipe, apresentação em entrevistas, desenvolvimento da oratória, noções de informática etc.

Os efeitos práticos que o apoio educacional da ação de qualificação profissional da FWF determinaram na vida dos jovens egressos da instituição evidenciaram que o conhecimento adquirido por eles nos cursos foi fundamental para a maioria se inserir no mercado formal de trabalho, visto que muitos não possuíam experiência e estavam à procura do primeiro emprego. As aulas, a didática em sala de aula, a troca de conhecimentos com os colegas de classe, o conjunto de vivências no decorrer dos cursos, oportunizaram, além do conhecimento teórico, a experiência do primeiro contato dos alunos com as dinâmicas do mundo do trabalho.

Uma vez inseridos no mercado formal de Teresina, muitos conseguiram melhorias na qualidade de vida, com o apoio financeiro fornecido por meio do emprego. A maioria relatou que teve um aumento entre 11% e 20% na renda – equivalente à renda média mensal de um salário mínimo (R\$ 1.212,00), e um salário mínimo e meio (R\$ 1.818,00). Com a independência financeira, puderam adquirir produtos e serviços essenciais para uma vida digna – inclusive, muitos relataram que após a inserção laboral, foi possível fazer aquisições como transporte (motocicleta), eletrodomésticos e eletroportáteis (aparelho de celular e *notebook*).

Aliás, a literatura examinada ao longo do estudo (FERREIRA, 2004; TOM BOTTOMORE, 1988; ALMEIDA, 2017, entre outros), forneceu conceitos para o entendimento da categoria *emancipação social*, um termo que envolve uma série de questões, tais como: o reconhecimento; o lugar do sujeito nas práticas sociais; o nexos entre a existência dos indivíduos e a vida social; as interconexões entre formas de vida e estrutura social; os limites e as potencialidades de ações emancipatórias etc. De forma geral, diz respeito a situações de fragilidade em que o sujeito está em condição de vulnerabilidade social – como é o caso do desemprego – da qual precisa se libertar. A vulnerabilidade social é a condição de fragilidade

(seja material ou moral) na qual um contingente de indivíduos está inserido. Podem ser os desempregados de longa data, os jovens que não conseguem entrar no mercado de trabalho, os pouco escolarizados etc.

Foi possível constatar que a ação de qualificação profissional da FWF para jovens de 18 a 29 anos obteve impacto positivo, pois conferiu empregabilidade aos participantes da pesquisa, auxiliando-os indiretamente na colocação no mercado de trabalho de Teresina – muitos, inclusive, conquistando o primeiro emprego.

Isso posto, reputa-se que sair do desemprego e de todas as mazelas que tal situação traz na vida de um sujeito é algo emancipador, considerando que o conceito de emancipação está intimamente ligado à libertação de situações de vulnerabilidade social.

O impacto social positivo de uma ação é dado a partir do momento em que resultados e consequências combinados geram melhorias nas vidas dos indivíduos, modificando sua forma de viver, trabalhar, conviver e organizar-se, de modo a satisfazer suas necessidades ou da sociedade em geral.

Dito isso, concebe-se que a ação de qualificação profissional impactou esse segmento positivamente, uma vez que contribuiu para o emprego dos egressos que, uma vez inseridos no mercado de trabalho laboral, obtiveram ascensão tanto financeira (libertando-se do desemprego, adquirindo poder aquisitivo para uma subsistência digna) quanto social – no que diz respeito ao bem-estar desses jovens enquanto sujeitos sociais e ao fortalecimento da cidadania, por meio de produtos e serviços essenciais para uma qualidade de vida.

Contudo, mesmo que a maioria dos alunos tenham conseguido inserção no mercado de trabalho formal, houve uma parcela considerável de jovens desempregados (dos vinte alunos entrevistados, nove permanecem no desemprego). O resultado do estudo evidenciou que a incidência do desemprego tem relação não somente com a falta de qualificação profissional, mas com um conjunto de fatores, como: 1. falta de oportunidades; 2. exigência pelas empresas de experiência profissional comprovada; 3. fraco crescimento econômico local (como insuficiência de grandes empresas/indústrias para absorver o excedente de mão de obra).

Com base nisso, infere-se que a qualificação profissional contribui para o ingresso no mercado de trabalho indiretamente, por intermédio do aumento da empregabilidade. Não obstante, sem um trabalho efetivo da gestão pública municipal, com ações amparadas por uma forte política de geração de emprego e renda na cidade, a qualificação sozinha não garante sucesso na luta competitiva por inserção no mercado laboral.

Este estudo não aprofundou a análise quanto às ações da política de geração de emprego e renda em Teresina. Logo, essa é uma lacuna que fica em aberto para futuras pesquisas nessa

seara temática, podendo enveredar para o mapeamento dessas ações: o que o município tem feito para incentivar a geração de empregos e renda na cidade? Quais os incentivos fiscais e as ações estão sendo feitas para fomentar a instalação de indústrias, empresas e corporações na capital, construindo um ambiente favorável em relação com outras capitais?

Quanto às contribuições do estudo, acredita-se que os resultados encontrados no decorrer da pesquisa contribuirão para o aprimoramento na execução das políticas de geração de emprego e renda no município de Teresina, especificamente para a população juvenil, tendo em vista que avaliação de impacto é um procedimento para validar ou corrigir uma política pública.

Especificamente para o PPGPP/UFPI, esta investigação auxiliará na produção científica dessa área que, segundo consulta ao banco de dissertações e teses do programa, não possui muitos estudos atinentes à análise da ação de qualificação profissional para jovens – que é inescusável para as políticas públicas de emprego do Brasil.

Ademais, ainda há muito o que se fazer: a gestão pública municipal precisa fortalecer a política de geração de empregos e renda, e trabalhar para uma articulação mais acurada entre os dois âmbitos da política de empregos na capital, quais sejam qualificação e geração de emprego e renda. Sem fortes ações nesse sentido, a região tende a não avançar significativamente na erradicação do desemprego, sobretudo de jovens.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE**: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 2 set. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. O desemprego registrou taxa média de 13,5% em 2020. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/desemprego-registrou-taxa-media-de-135-em-2020>. Acesso em: 10 fev. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa aponta que os jovens são os mais afetados pelo desemprego**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-08/pesquisa-aponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego>. Acesso em: 2 set. 2022.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 30 ago. 2021.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Desemprego avança em 11 estados no 2º trimestre; Amapá e Pará têm queda**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28700-desemprego-avanca-em-11-estados-no-2-trimestre-amapa-e-para-tem-queda>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio *et al.* (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

AULETE, Francisco J. C.; GARCIA, Hamilcar; NASCENTES, Antenor. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa** Caldas Aulete. Editora Delta, 1986.

BASTOS, Antonio V. B. Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário de reestruturação produtiva. *In*: ANDRADE, Jairo E. B. *et al.* (org.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 23-40.

BETTIOL, Tania M. A empregabilidade como garantia de cidadania na educação da juventude na escola pública. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PEDAGOGIA, 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2009. p. 54-65.

BONILLA, Blanca E. L. Impacto, impacto social y evaluación del impacto. **Acimed**, v. 15, n. 3, p. 0-0, 2007. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S1024-94352007000300008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 30 ago. 2021.

BORGES, Juarez Camargo. **A qualificação profissional do trabalhador para o mercado de trabalho e ambiente organizacional**. Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, 2015. Artigo de Mestrado. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/borges.pdf> . Acesso em: 5 fev. 2023.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGA, Thaiz Silveira; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 2, 2005. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/2104/2486>. Acesso em: 2 set. 2022.

BRANDÃO, Daniel; CRUZ, Célia; ARIDA, Anna L. **Métricas em negócios de impacto social: fundamentos**. 2014. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/metricas-em-negocios-de-impacto-social-fundamentos#:~:text=O%20artigo%20aborda%20as%20referencias,explorar%20as%20ferramentas%20centrais%20existentes>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: CNS, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BUENO, José H. **Autodesenvolvimento para a empregabilidade**: sobrevivendo e prosperando numa sociedade sem empregos. São Paulo: LTR, 1996.

CARBONE, Pedro Paulo *et al.* (org.). **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 176 p.

CARNEIRO, Moacir A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CASCAIS, Maria G. A.; TERÁN, Augusto F. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. **Ciência em tela**, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTILHO, Mara Lucy. O impacto da desindustrialização sobre o mercado de trabalho brasileiro: uma leitura sobre setores selecionados no período de 1995 a 2013. **A Economia em Revista**, v. 25, n. 3, out./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/50239/pdf_1. Acesso em: 2 set. 2022.

CHADE, Jamil. Um em cada quatro jovens brasileiros não trabalha nem estuda, diz OIT. **UOL**, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/11/um-a-cada-quarto-jovens-brasileiros-nao-trabalha-e-nem-estuda-diz-oit.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CNN BRASIL. **Desemprego assombra mais jovens e geração acima de 50 anos, diz estudo**. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desemprego-assombra-mais-jovens-e-geracao-acima-de-50-anos-diz-estudo/>. Acesso em: 2 set. 2022.

CONEP. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Orientações para a apreciação de pesquisas de Ciências Humanas e Sociais nos CEPs durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-COV-2 (COVID-19)**. Brasília, 5 jun. 2020.

CONJUVE. Conselho Nacional da Juventude. **Pesquisa juventudes e a pandemia do Coronavírus. 2. ed. Relatório nacional, maio 2021**. Disponível em: https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

CORSEUIL, Carlos H. L.; POLOPONSKY, Katcha; FRANÇA, Maira P. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. IPEA: Brasília, 2020.

CÔRTEZ, Cristina E. S. Q. **Formação contínua: o sistema espanhol de qualificação no emprego**. 1997. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

COSTA, Maria F. B.; COSTA, Marco A. F. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

DELUIZ, Neise. Qualificação profissional, trabalho e formação: qualificação, trajetória ocupacional e subjetividade. **Seminário, qualificação, trajetória ocupacional e subjetividade**. Fiocruz, jun. 2011. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/neise.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. São Paulo: Cortez, 2000.

DESLANCHES, Suely F; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima C. F. Educação e sociedade. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 449-455, jul./set. 2019.

DINIZ, Debora. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil. *In*: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice. **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

EGITO, Rafaela Simoes; MONTEIRO, Wilka Ferreira. O jeitinho brasileiro: analisando suas características como ferramenta de conveniência social. **Revista Estudos e pesquisas em administração (REPAD)**, v. 2, n. 2, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/6254/4747>. Acesso em: 2 set. 2022.

ESCOTT, Clarice M. Educação Profissional e Tecnológica: avanços, retrocessos e resistência na busca por uma educação humana integral. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-16, 2020.

FABIANI, Paula *et al.* **Avaliação de impacto social – Metodologias e reflexões**. 2018. Disponível em: https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Artigo_Avaliacao_Impacto_Social_06.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FERRETTI, Celso J. A reforma da educação profissional: considerações sobre alguns temas que persistem. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 509-520, 2007.

FINN, Dan. Do pleno emprego à empregabilidade: um novo acordo para os desempregados britânicos? **Revista internacional de mão-de-obra**, v. 21, n. 5, p. 384-399, 2000.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORI, Priscilla M. **Desemprego de jovens no Brasil**. *In*: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. **Anais** [...]. Niterói, RJ: 2003. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/anpen2003/f09.htm>. Acesso em: 4 jun. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 2010.

FWF. Fundação Wall Ferraz. **Missão**: estatuto. Teresina, 2021. Disponível em: <https://fwf.pmt.pi.gov.br/estatuto/>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOHN, Maria G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GONZÁLEZ, Jorge L. C. Sobre a educação para além do capital. In: ALVES, Giovanni *et al.* (org.) **Trabalho e educação**: contradições do capitalismo global. 1. ed. Maringá: Práxis, 2006. 357 p.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: DE CASTRO, Jorge Abrahão; DE AQUINO, Luseni Maria C.; DE ANDRADE, Carla Coelho (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em:
http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/Livro_JuventudePoliticass.pdf#page=111. Acesso em: 5 set. 2022.

GUGLIANO, Bruna F.; MOREIRA, Maria I.; BEHLING, Ariane S. Desenvolvendo cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) EaD em regime de trabalho remoto: relato de experiência. **Revista EaD em Foco**, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1439>. Acesso em: 5 jun. 2022.

GULLAND, Romilda; MONTEIRO, Janine Kieling. Jovens e desemprego: estado da arte. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 145-158, dez. 2010. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572010000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 jun. 2022.

GUSMÃO, Joana Buarque de. A construção da noção de qualidade da educação. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 21, n. 79, p. 299-321, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015. 256 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados - Piauí**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html>. Acesso em: 17 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados - Teresina**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados - Teresina**: Produto Interno Bruto dos Municípios (2019). 2022. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 2 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados - Teresina: trabalho e rendimento**. 2022. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>. Acesso em: 2 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**. 2018. Coordenação de Cadastro e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 109 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101720.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: divulgação especial medidas de subutilização da força de trabalho no

Brasil. 4 trim. 2020. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202004_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: outubro a dezembro de 2020 – indicadores para população de 14 anos ou mais de idade – Piauí. Rio de Janeiro, 2021.

ICE/ENAP. Índice de Cidade Empreendedoras. **Ranking ICE**. 2022. Disponível em: <https://ice.enap.gov.br/ranking>. Acesso em: 2 set. 2022.

IDIS. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Tendências e desafios da avaliação de impacto no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.idis.org.br/tendencias-e-desafios-da-avaliacao-de-impacto-no-brasil/#:~:text=A%20demanda%20por%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de,dificuldades%20em%20definir%20os%20indicadores>. Acesso em: 13 jun. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipea e OIT avaliam o impacto da pandemia sobre jovens no mercado de trabalho do Brasil**. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36998&Itemid=9. Acesso em: 30 ago. 2021.

JORNAL MEIO NORTE. **Câmara discute criação de emprego e oportunidade para juventude de Teresina**. 2021. Disponível em: <https://www.meionorte.com/politica/camara-discute-criacao-de-emprego-e-oportunidade-para-juventude-de-teresina-423927>. Acesso em: 30 ago. 2021.

LEITE, Kelly. C. A (in) esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. 1-18, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>. Acesso em: 19 jun. 2021.

LEITE, Márcia P.; RIZEK, Cibele S. Cadeias, Complexos e qualificações. *In*: LEITE, Márcia P.; NEVES, Magda (org.). Trabalho, qualificação e formação profissional. **Alast (Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho)**, São Paulo; Rio de Janeiro: SERT-SP, v. 1, p. 45-76, 1998.

LEMO, Ana H. C.; DUBEUX, Veranise J. C.; PINTO, Mário C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 368-384, jun. 2009.

LOMBARDI FILHO, Stélio C. **Desafios da juventude no mercado de trabalho no contexto da pandemia de COVID-19**. Observatório Mercado de Trabalho do Nordeste e Covid-19 Boletim 05/2020. Getrab UFBA Universidade Federal da Bahia. 2020.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/348190492_Desafios_da_juventude_no_mercado_de_trabalho_no_contexto_da_pandemia_de_COVID-19. Acesso em: 30 ago. 2021.

MAAS, Karen. **Corporate social performance**: from output measurement to impact measurement. 2009. Disponível em:

<https://repub.eur.nl/pub/17627/EPS2009182STR9058922250Maas.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MACÊDO, Lucinda M. R. **A qualificação profissional na globalização**: avaliação do Plano Territorial de Qualificação em Pernambuco (Recife) 2004-2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/28104/1/TESE%20Lucinda%20Maria%20%20Oda%20Rocha%20Macedo.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

MANZANO, Marcelo.; KREIN, André. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil**. Campinas: Cesis: Unicamp, 2020.

MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra E.; FERREIRA, Márcia S. **Ensino de Biologia**: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. Uberlândia: EDUFU, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social, um instigante desafio. **Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade-NEPI**, São Paulo, n. 1, 1994.

MARTINS, Anderson C. O. **As causas do desemprego dos jovens no Brasil são semelhantes às observadas no mundo?** São Paulo, 2017. Ensaio elaborado para XI Prêmio de Ensaio Econoteen. Disponível em: <http://www.econoteen.fea.usp.br/sites/default/files/ensaios/anderson.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

MENDONÇA, Andréa V. F. *et al.* Autoeficácia e autopercepção de empregabilidade: uma investigação entre concluintes do ensino superior. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 13, n. 2, p. 67-84, maio/ago. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MINARELLI, José A. **Empregabilidade**: o caminho das pedras. São Paulo: Gente, 1995.

MINAYO, Maria C. S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993.

MORENO, M. M. Formação profissional (aprendizagem). *In*: BOOG, Gustavo G. (org.). **Manual de treinamento e desenvolvimento**. São Paulo: McGraw-Hill, 1980. p. 241-257.

MOURA, Dante H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In*: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

MOURÃO, Luciana. Oportunidades de qualificação profissional no Brasil: reflexões a partir de um panorama quantitativo. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 136-153, 2009.

NASCIMENTO, Matheus M.; CAVALCANTI, Cláudio; OSTERMANN, Fernanda. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, p. 120-145, 2020.

NERI, Marcelo C. **Juventudes, educação e trabalho**: impactos da pandemia nos nem-nem. Rio de Janeiro, RJ: FGV SOCIAL, 2021. 24 p. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/TEXTO-Pandemia-Jovens-Nem-Nem_Sumario-Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

NERI, Marcelo C. Onda jovem na educação profissional: determinantes e motivações. *In*: CORSEUIL, Carlos H.; BOTELHO, Rosana U. (org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. 2014.

NOGUEIRA, Cláudia M. A saúde das trabalhadoras do telemarketing e o trabalho on-line. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 49-257.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Global Employment Trends for Youth: technology and the future of jobs**. 2020. 184 p. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_737648/lang--en/index.htm. Acesso em: 1 set. 2021.

OLIVEIRA FILHO, Gilberto R.; KIYAMA, Renato S.; COMINI, Graziella M. **Os desafios de o impacto social. Negócios com impacto social no Brasil**. Tradução. São Paulo: Peirópolis mensurar, 2013.

OLIVEIRA, Ramon. Empregabilidade e competência: conceitos novos sustentando velhos interesses. **Trabalho & Educação**, v. 5, p. 50-63, jan./jul. 1999.

OLIVEIRA, Salvador R.; BATISTA, Sueli S. S. Empregabilidade e inserção social dos jovens como desafios para a educação profissional e tecnológica. **Impulso**, v. 27, n. 70, p. 55-66, 2017.

PAIVA, Vanilda. Produção e qualificação para o trabalho. *In*: FRANCO, Maria L.; ZIBAS, Dagmar. **Desafios da educação na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 95-122.

PEDROSO, Ediberto T. **Humanizar a administração**: com sabedoria e competência. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

PEIXOTO, Roberta de A. *et al.* Conceituando juventude (s) a partir de um diálogo com a síntese de indicadores sociais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 47947-47955, 2020.

PMT. Prefeitura Municipal de Teresina. **Lei nº 2.586 de 1º de dezembro de 1997**. Institui a Fundação Wall Ferraz. Teresina, 1997. Disponível em:

<http://antigopgm.teresina.pi.gov.br/admin/upload/documentos/2e0e965cca.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PMT. Prefeitura Municipal de Teresina. **Teresina representa quase 50% dos empregos gerados em *call center* no Brasil**. Teresina, 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. **Educação**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

POCHMANN, Márcio. Juventudes na transição para a sociedade pós-industrial. *In*: MACAMBIRA, Júnior.; ANDRADE, F. R. B. **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT: UECE: BNB, 2013. p. 37-55.

PPA-2018-2021. **Plano Plurianual, Lei nº 5.135 de 18 de dezembro de 2017**. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/PPA-2018-2021.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

QUEIROZ, Ellen; MESQUITA, José M.; ISNARD, Paulo. A influência dos atributos educacionais dos cursos profissionalizantes na empregabilidade. **Revista Raunp**, v. 12, n. 2, p. 53-69, 2020.

RAMOS, Carlos A. **Políticas de geração de emprego e renda: justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

REINERT, José N. Desemprego: causas, consequências e possíveis soluções. **Revista de Ciências da Administração**, v. 3, n. 5, p. 45-48, 2001.

REIS, Maurício. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, p. 125-143, 2015.

REVISTA O ESTADO DO PIAUÍ. **Covid vai, pobreza fica: Piauí foi o estado nordestino que mais viu a pobreza aumentar durante a pandemia**. 2022. Disponível em: <https://oestadodopiauui.com/covid-vai-pobreza-fica/>. Acesso em: 2 set. 2022.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIK, D. **Growth after the crisis Commission on Growth and Development**. Washington, DC: World Bank, 2009. (Working Paper, n. 65). Disponível em: <https://doi.org/10.18574/nyu/9780814772836.003.0004>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SAMPAIO, Inayá M.; FRANÇA, Robson L. O PNPE na política do Ministério do Trabalho e Emprego e a formação do jovem: precarização e captura da subjetividade. **Revista RET - Estudos do Trabalho**, v. 3, n. 5, 2009.

SANTOS, Giselli C. **Qualificação profissional versus inserção no mercado de trabalho na região metropolitana do Recife**: um estudo sobre os egressos do Plano Estadual da Qualificação de Pernambuco PEQ - 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9925/1/arquivo9116_1.pdf. Acesso em: 5 jun. 2022.

SANTOS, Jean M. C. T.; SILVA, Francisca N.; SILVA, Lenina L. S. Política de educação profissional: o programa Brasil profissionalizado no contexto escolar. **Revista Educação & Formação**, v. 5, n. 13, p. 172-194, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 152-180.

SAYER, Liana C. *et al.* Ela foi embora, ele foi embora: como o emprego e a satisfação afetam as decisões de mulheres e homens de deixar o casamento. **American Journal of Sociology**, v. 116, n. 6, p. 1982-2018, 2011. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/658173>. Acesso em: 5 fev. 2023.

SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. Entrevistas on-line: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **REFACS**, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020.

SCOTT, Juliano Beck *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>. Acesso em: 5 set. 2022.

SILVA, Anabella P.; LEHFELD, Neide A. S. Trabalho e juventude no contexto contemporâneo. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 43, 2019.

SILVA, Rogério R. *et al.* **Guia prático**: avaliação para negócios de impacto social. 2017. Disponível em: <https://move.social/guia-pratico-avaliacao-para-negocios-de-impacto-social/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. p. 153-188.

STRAZZERI, Victor. A trajetória histórica do “social”. **Revista do Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 119, p. 508-530, jul./set. 2014.

SEMPPLAN. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Diagnóstico Socioterritorial Participativo - 2019**. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2020/10/Diagn%C3%B3stico-Parte-II-1.pdf>. Acesso em: 2 set. 2022.

SNJ. Secretaria Nacional da Juventude; IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho**: evolução e determinantes. Boletim Juventude Informa, Brasília, n. 2, 2014. Disponível em: https://issuu.com/participatorio/docs/boletim_juventude_informa-trabalho. Acesso em: 5 set. 2022.

TARTUCE, Gisela L. B. P. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 353-382, maio/ago. 2004.

UNFPA. **Relatório sobre a situação da população mundial 2010**: do conflito e crise à renovação: gerações da mudança. 2010. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2010.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VIEIRA, F. V.; AVELLAR, A. P. M.; VERÍSSIMO, M. P. Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3, p. 485-502, jul./set. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Este documento é utilizado em pesquisas QUALI e em estudos QUANTI. O TCLE serve para garantir ao pesquisador que os sujeitos da pesquisa estão cientes dos riscos de sua participação; deixa claro para o entrevistado que ele pode desistir a qualquer momento de participar; e que a pesquisa se destina, exclusivamente, a propósitos acadêmicos, não sendo divulgado, sob hipótese alguma, a identidade dos participantes. Nas pesquisas com uso do recurso *ON-LINE (Google Form)* para a coleta dos dados (*survey*), o TCLE deve constar na primeira página do formulário.

O IMPACTO SOCIAL DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE TERESINA: UM ESTUDO A PARTIR DO CASO DA FUNDAÇÃO WALL FERRAZ

Karine Késsia de Sousa Félix Mendes

Telefone: (86) 9 9407-4128/E-mail: karinekessia@hotmail.com

Olá! Você está sendo convidado a participar da pesquisa *O impacto social da qualificação profissional para jovens no município de Teresina: um estudo a partir do caso da Fundação Wall Ferraz*.

Quero saber a sua opinião acerca da relevância da investigação do impacto social da qualificação profissional para jovens no município de Teresina. Dito de outra forma: a ideia é analisar quais as contribuições que a qualificação profissional proporciona na vida de jovens que concluem cursos profissionalizantes, além de observar aspectos como as contribuições no aumento da renda e no melhoramento das condições de vida desses jovens e de suas famílias.

Você não é o único que vai participar. Outros jovens que se formaram na FWF também participarão. Você não precisa participar da pesquisa, se não quiser; é um direito seu. Portanto, você não é obrigado a responder às questões e não terá qualquer problema se desistir.

Mas espero que você queira ajudar, respondendo a algumas perguntas, porque a intenção desta pesquisa é promover condições que permitam mensurar os resultados gerados pelos cursos de qualificação profissional para a vida de jovens egressos da FWF e esclarecer as contribuições para ascensão, emancipação social e melhoria de vida desses jovens após o término dos cursos. Além disso, a pesquisa servirá de base para futuras investigações, a partir da compreensão da transposição do estágio de vulnerabilidade social para a emancipação do sujeito que se qualifica.

Quero ressaltar que esta pesquisa é eminentemente acadêmica, e que as respostas serão utilizadas apenas para este estudo, sendo destruídas após a defesa da dissertação. Portanto, assevero o mais absoluto sigilo, além de que no trabalho não haverá identificação dos entrevistados.

Esclareço também que esta pesquisa acarreta riscos, ainda que mínimos, no sentido de desconforto e exposição em relação às perguntas da entrevista que envolvam condição de trabalho, desemprego, e/ou melhorias de vida após a conclusão dos cursos de qualificação profissional da FWF. Ademais, há riscos decorrentes da instabilidade do sinal telefônico, que pode interromper a entrevista. Porém, se você sentir-se desconfortável durante a pesquisa, poderá desistir a qualquer momento de participar, pois sua vontade será respeitada. Caso a entrevista seja interrompida por problemas relacionados à instabilidade do sinal, poderemos retomá-la em outro momento, conforme a sua disponibilidade, se assim desejar.

Não haverá qualquer benefício direto. Todavia, esperamos que esta pesquisa contribua com informações relevantes à literatura, visto que nos comprometemos a divulgar os resultados obtidos. Além disso, é importante ressaltar que o que for constatado neste estudo ajudará a identificar o valor e a importância que a qualificação possui para a emancipação social de jovens, considerando que o emprego é um fator determinante na vida de qualquer indivíduo, e nesse ponto, destaca-se a relevância dessa investigação.

Se perceber que há riscos que possam comprometer a sua integridade, não se preocupe: estou aqui para esclarecer as suas dúvidas, operando meios para deixá-lo totalmente confortável, ciente e seguro. Então, fique tranquilo, caso não queira participar da entrevista. Se decidir aceitar o convite, você responderá a algumas perguntas que tomarão bem pouco de seu tempo. Basta você assinar seu nome logo abaixo, colocando seu CPF (se houver), ciente de que todas as dúvidas quanto à pesquisa foram dirimidas, concordando com os termos deste documento e com a sua participação na pesquisa.

Este é um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e ao responder às perguntas, você registra que concorda com este termo. O TCLE será assinado em duas vias: uma fica com você e a outra via com o pesquisador abaixo indicado.

Obrigada por contribuir para a compreensão sobre o impacto social da qualificação profissional para jovens no município de Teresina.

Teresina, (PI), ____ de _____ de 2022.

Entrevistado:
CPF

Nome e assinatura do(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí – UFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela - CMPP

Bairro Ininga – Teresina – PI CEP 64049-550

E-mail cep.ufpi@ufpi.edu.br

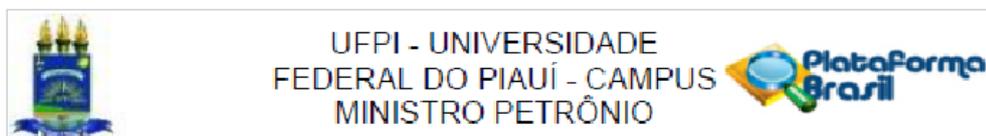
Telefone: (86) 3237-2332

APÊNDICE B – Roteiro semiestruturado da entrevista

OBJETIVO	PERGUNTAS
<p>Identificar os resultados gerados pelos cursos de qualificação profissional para a vida de jovens egressos da FWF.</p>	<p>1) Após concluir o curso na FWF, você conseguiu um emprego no mercado de trabalho formal de Teresina. () SIM () NÃO</p> <p>2) Se SIM, foi o seu primeiro emprego? () SIM () NÃO</p> <p>3) Se SIM, foi na atividade para a qual foi qualificado? () SIM () NÃO</p> <p>4) O curso facilitou o seu ingresso no mercado de trabalho formal? () SIM () NÃO</p> <p>5) Atualmente, você está trabalhando na atividade para a qual foi qualificado? () SIM () NÃO</p> <p>6) É um emprego formal? () SIM () NÃO</p> <p>7) Você está vinculado à mesma empresa desde a sua formação? () SIM () NÃO</p> <p>8) Em sua opinião, o conteúdo do curso é suficiente para o ingresso no mercado de trabalho formal de Teresina? Por quê? () SIM () NÃO</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>9) Como você avalia o seu nível de aprendizado no curso? Por quê?</p> <p>1- Totalmente insatisfatório 2- Parcialmente insatisfatório 3- Indiferente 4- Parcialmente satisfatório 5- Totalmente satisfatório</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>10) Você considera que os cursos oferecidos pela FWF são compatíveis com as necessidades do mercado de trabalho local? Por quê? () SIM () NÃO</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

<p>Caracterizar as contribuições no aumento de renda e no melhoramento das condições de vida para esses jovens e suas famílias.</p> <p>Caracterizar o processo de transposição do estágio de vulnerabilidade social para a posição de emancipação do sujeito que se qualifica.</p>	<p>1) Antes da realização do curso, você possuía renda? (Ex.: sem renda, até um salário mínimo, mais de 1 salário mínimo, etc.).</p> <p>2) Após a realização do curso, sua renda aumentou? () SIM () NÃO</p> <p>3) Se SIM, informe qual a percentagem de acréscimo. 1 – Até 10% sobre a renda anterior 2 – De 11% até 20% sobre a renda anterior 3 – De 21% até 30% sobre a renda anterior</p> <p>4) Fazer esse curso trouxe melhorias em sua vida, como conseguir um emprego que possibilitasse satisfazer suas necessidades de subsistência, aquisição de bens e serviços necessários e valorizados socialmente? Se sim, quais, especificamente? () SIM () NÃO</p>
<p>Identificar as contribuições para a ascensão, emancipação social e melhoria de vida desses jovens após o término dos cursos.</p>	<p>1) A qualificação que você fez na FWF possibilitou mudanças na realidade de sua vida, seja direta ou indiretamente (Ex.: oportunidades de crescimento pessoal e ascensão profissional)? Quais? 1 – Discordo totalmente 2 – Discordo parcialmente 3 – Indiferente 4 – Concordo parcialmente 5 – Concordo totalmente</p> <p>2) A FWF cumpre o seu papel social, ao capacitar os jovens para o mercado de trabalho. Por quê? 1 – Discordo totalmente 2 – Discordo parcialmente 3 – Indiferente 4 – Concordo parcialmente 5 – Concordo totalmente</p> <p>3) Você tem outros projetos profissionais? Poderia descrevê-los? _____ _____ _____</p> <p>4) Sua intenção é recorrer à FWF para qualificar-se em outra área? () SIM () NÃO</p> <p>5) Qual, especificamente? Por quê? _____ _____ _____</p> <p>6) Após o curso, continuou se qualificando? () SIM () NÃO</p>

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: O IMPACTO SOCIAL DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE TERESINA: UM ESTUDO A PARTIR DO CASO DA FUNDAÇÃO WALL FERRAZ

Pesquisador: KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 54897922.0.0000.5214

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

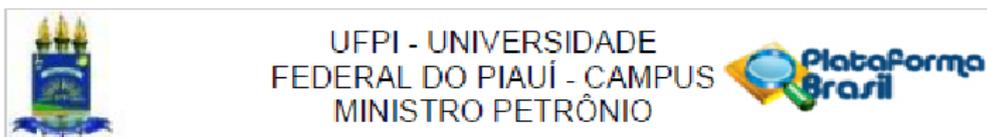
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.520.329

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa cuja natureza é qualitativa e abordagem do tipo descritiva/explicativa que tem como objetivo desvelar o impacto social da qualificação profissional ofertada pela Fundação Wall Ferraz (FWF) em termos de inclusão no mercado de trabalho, e que efeitos práticos este apoio educacional proporcionou para os jovens que recorreram à fundação. O método de pesquisa será o estudo de caso e a técnica utilizada será a entrevista semiestruturada. Os participantes serão jovens egressos da FWF, dos cursos de qualificação profissional para o mercado de trabalho formal de Teresina, ou seja, indivíduos que já perderam o vínculo com a instituição e serão selecionados os alunos de 18 a 29 anos egressos dos principais cursos ofertados na instituição para o mercado de trabalho formal nos anos de 2018 a 2021. Portanto, a quantidade de público a ser trabalhado toma como recorte uma amostra de 20 jovens na faixa etária de 18 a 29 anos egressos da FWF nos anos de 2018 a 2021 (4 anos). Considerando o contexto atual decorrente da pandemia de COVID-19, propõe-se a realização de entrevistas telefônicas individualmente com cada participante com duração máxima de 30 minutos, com data e horário a definir conforme disponibilidade dos sujeitos. O procedimento de análise de dados será o de análise de conteúdo, que é indicado para situações de "[...] análise de depoimentos de representantes de um grupo social para se levantar o universo vocabular desse grupo." (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2012, p. 84). Assim, considerando que a avaliação de impacto é um

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (88)3237-2332 **Fax:** (88)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.520.329

procedimento para validar ou corrigir uma Política Pública, intenciona-se contribuir com o aprimoramento na execução das políticas de geração de emprego e renda no município de Teresina, especificamente para o público jovem, a partir dos resultados encontrados no decorrer da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o impacto social da qualificação profissional para jovens no município de Teresina, a partir do caso da Fundação Wall Ferraz (FWF), com jovens de 18 a 29 anos, tomando como recorte temporal os anos de 2018 a 2021.

Objetivo Secundário:

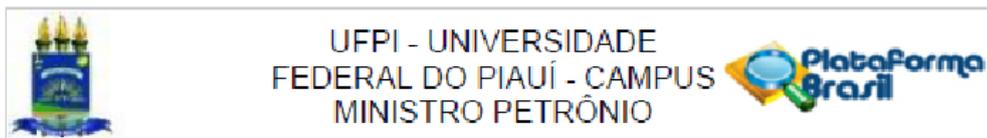
- Caracterizar o funcionamento e a estrutura da instituição FWF;
- Descrever as ações desenvolvidas na FWF, visando à qualificação profissional para jovens; -- Identificar os resultados gerados pelos cursos de qualificação profissional para a vida de jovens egressos da FWF;
- Caracterizar as contribuições no aumento de renda e em melhores condições de vida para esses jovens e suas famílias;
- Identificar as contribuições para ascensão, emancipação social e melhoria de vida desses jovens após o término dos cursos;
- Caracterizar o processo de transposição do estágio de vulnerabilidade social para a posição de emancipação do sujeito que se qualifica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo o pesquisador: "Esclareço que esta pesquisa acarreta riscos, mesmo que mínimos, de desconforto e exposição com relação às perguntas da entrevista que envolvam condição de trabalho, desemprego, e/ou melhorias de vida após a conclusão dos cursos de qualificação profissional da FWF. Há riscos também decorrentes da instabilidade do sinal telefônico, que pode interromper a entrevista. Porém, se caso o entrevistado se sentir desconfortável durante a pesquisa, poderá desistir a qualquer momento que desejar e sua vontade será respeitada, e caso a entrevista seja interrompida por problemas relacionados à instabilidade do sinal, poderemos retomar a entrevista em outro momento, conforme a disponibilidade e se assim desejar o participante.

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
 Bairro: Ininga CEP: 64.040-550
 UF: PI Município: TERESINA
 Telefone: (86)3237-2332 Fax: (86)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.520.329

Como benefícios ele afirma que "Não haverá nenhum benefício direto, todavia, esperamos que esta pesquisa contribua com informações relevantes à literatura, visto que nos comprometemos a divulgar os resultados obtidos. Além disso, é importante ressaltar que o que for constatado neste estudo, vai ajudar a identificar o valor e a importância que a qualificação possui para a emancipação social de jovens, considerando que o emprego é um fator determinante na vida de qualquer indivíduo, e nesse ponto destaca-se a relevância dessa investigação."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa exequível, muito levante para o campo das Políticas Públicas, especificamente no que tange à geração de emprego e renda.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados os seguintes documentos:

1. Folha de rosto
2. Carta de encaminhamento;
3. Projeto de pesquisa;
4. TCLE;
5. Autorização institucional;
6. Declaração dos Pesquisadores;
7. Termo de Confidencialidade;
8. Curriculum Lattes dos pesquisadores;
9. Cronograma;
10. Orçamento;
11. Instrumento de pesquisa.

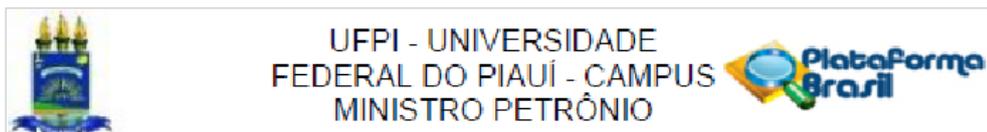
Recomendações:

Inserir no Projeto de pesquisa, no item 3.8 que trata dos Aspectos éticos da pesquisa, a redação sobre os riscos e benefícios constante no TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Realizada a análise da documentação anexada e não tendo sido constatadas inadequações, o

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
 Bairro: Ininga CEP: 64.049-550
 UF: PI Município: TERESINA
 Telefone: (86)3237-2332 Fax: (86)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.520.329

protocolo de pesquisa encontra-se apto para aprovação.

Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. Os relatórios compreendem meio de acompanhamento pelos CEP, assim como outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de "notificação". Os modelos de relatórios que devem ser utilizados encontram-se disponíveis na homepage do CEP/UFPI (<https://www.ufpi.br/orientacoes-cep>).

Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP, como EMENDA. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a/s modificação/ões. Justificar fundamentadamente, caso haja necessidade de interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

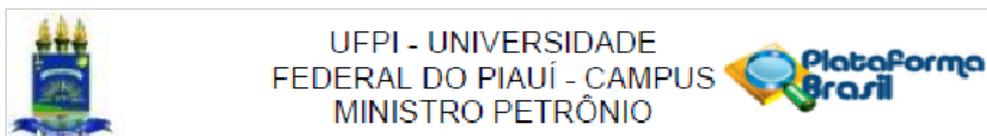
O Comitê de Ética em Pesquisa não analisa aspectos referentes a direitos de propriedade intelectual e ao uso de criações protegidas por esses direitos. Recomenda-se que qualquer consulta que envolva matéria de propriedade intelectual seja encaminhada diretamente pelo pesquisador ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Unidade

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_195976_2_E1.pdf	03/06/2022 08:53:01		Aceito
Outros	ROTEIRO_SEMIESTRUTURADO_DA_ENTREVISTA.docx	03/06/2022 08:49:24	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.docx	03/06/2022 08:49:01	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	03/06/2022 08:45:10	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Outros	LATTES_KARINEpdf.pdf	10/01/2022 13:27:27	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
 Bairro: Ininga CEP: 64.049-550
 UF: PI Município: TERESINA
 Telefone: (86)3237-2332 Fax: (86)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.520.329

Outros	DOCUMENTO_ASSINATURAS.docx	07/01/2022 23:04:46	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	07/01/2022 23:03:34	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	RECURSOS.docx	06/01/2022 20:36:00	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Outros	LATTES_JAIRO.pdf	06/01/2022 14:15:14	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Outros	TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE.docx	06/01/2022 14:11:42	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_INSTITUCIONAL.pdf	06/01/2022 14:10:43	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_Pesquisadores.docx	06/01/2022 14:06:22	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento.docx	06/01/2022 14:05:45	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	06/01/2022 13:38:17	KARINE KESSIA DE SOUSA FELIX MENDES	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

TERESINA, 11 de Julho de 2022

Assinado por:
Emidio Marques de Matos Neto
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI
Bairro: Ininga CEP: 64.049-550
UF: PI Município: TERESINA
Telefone: (88)3237-2332 Fax: (88)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br